

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SANTA MARIA DA FEIRA 2018-2021



rede social santa maria da feira

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018 – 2021

Promotor

Rede Social de Santa Maria da Feira

Coordenação Científica e Técnica

Professor Doutor Rogério Roque Amaro – Economista e Professor Associado no ISCTE-IUL

Membros da Equipa Técnica

Catarina Ferreira | Ana Teresa Rosa | Marta Coelho

ÍNDICE

1. Introdução	3
2 . Objetivos gerais	4
3. Enquadramento Teórico	5
4. Metodologia de construção adotada	7
5. Caracterização de enquadramento – Diagnóstico Geral do Concelho	10
5.1. Demografia	10
5.2. Educação	17
5.3. Saúde	20
5.4. Alojamento e Condições de Habitação	23
5.5. Economia e Emprego	25
5.6. Instituições, Serviços e Respostas Sociais presentes no Concelho	28
6. Diagnóstico de Problemáticas do Concelho	30
EIXO 1 – Intervenção junto de grupos vulneráveis (Coesão Social e Territorial)	33
6.1.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias	33
6.1.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social	37
6.1.3. Crianças e Jovens em Risco	39
6.1.4. Desempregados Jovens, de Longa Duração, em Idade Avançada e Jovens NEET	41
6.1.5. População de Etnia Cigana	43
6.1.6. Vítimas de Violência Doméstica e de Género	46
6.1.7. Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento	48
6.1.8. Cuidadores Informais	49
6.1.9. Saúde Mental	51
6.1.10. Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional	52
6.1.11. Comportamentos Aditivos e Dependências	53
6.1.12. Transportes e Acessibilidades	59
EIXO 2 – Componentes do Desenvolvimento Sustentável (Segurança Ambiental)	61
6.2.1. Problemas Ambientais	61

6.2.2. Prevenção e Defesa da Floresta	64
EIXO 3 – Capacitação e Governança Partilhada e Participativa	67
6.3.1. Ausência de participação cívica e de cidadania	67
6.3.2. Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações	68
6.3.3. Ausência de uma perspetiva de desenvolvimento na intervenção social	69
6.3.4. Excessiva dependência do Estado a todos os níveis	70
6.3.5. Níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias	70
6.3.6. Necessidade de uma avaliação sistemática e contínua das ações do PDS	71
7. Principais Linhas e Propostas de Ação	72
8. Recomendações de Governança Local Partilhada e Participativa	107
9. Parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias	109
10. Referências Bibliográficas	114

1. INTRODUÇÃO

O Bem-Estar, a Dignidade, o Bem Viver e a Sustentabilidade da Vida e das Comunidades e das Pessoas, individualmente consideradas, deve ser o grande desígnio da missão política e social das nossas sociedades. O Desenvolvimento Social, enquanto procura e programa de Dignidade Social, de Justiça Social, de Equidade e de Coesão Social, é precisamente uma das componentes desse desígnio. Daí que a preparação de um Plano de Desenvolvimento Social, mais simplificada designado por PDS, seja uma peça fundamental dessa missão.

Mas o Desenvolvimento Social é, como referimos, uma componente de uma finalidade mais ampla e exigente, que é a Sustentabilidade da Vida e das Comunidades/Pessoas, pelo que deve visar um objetivo mais ambicioso e abrangente: o Desenvolvimento Sustentável e o “Bem Viver” de todos os seres e espécies de Vida.

Por outro lado, esta é uma missão e uma tarefa que incumbe a todos, exigindo uma corresponsabilização, que não pode nem deve deixar ninguém de fora. Deve por isso ser debatida, decidida, definida, assumida e partilhada por todos, em particular pelos/as protagonistas do poder político e económico e das intervenções com impacto social.

Este documento pretende ser o resultado de um processo partilhado de diagnóstico, de debate e de definição de problemas, desafios e prioridades com incidência na área social e que sejam lidos em termos de Sustentabilidade da Vida e das Comunidades/Pessoas. É pois um instrumento de Diagnóstico Partilhado.

Mas é também uma plataforma de corresponsabilização para a ação e para a definição e a execução de respostas de Sustentabilidade na área social, sendo, por isso, um compromisso de gestão e de Ação Partilhada.

Está, em consequência, organizado em oito pontos, incluindo esta Introdução.

No segundo ponto, formulamos os objetivos gerais e específicos deste Plano, que sendo formalmente de Desenvolvimento Social, pretende assumir-se, desde já, como de Desenvolvimento Sustentável, pelo que o “S” de “PDS” deve entender-se em dois sentidos: de “Social”, como componente e alavanca de “Sustentável”.

No terceiro, abordamos o enquadramento teórico e estratégico do Plano, tomando como pilares os conceitos de Coesão Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local ou Comunitário e Governança Local Partilhada.

No quarto ponto, apresentamos a metodologia adotada para construir este Plano, tendo também em conta as várias técnicas utilizadas.

No quinto ponto caracterizamos o território de Santa Maria da Feira, nas suas várias componentes: demografia, educação, saúde, alojamento e condições de habitação, economia e emprego e instituições, serviços e respostas sociais presentes no concelho.

No sexto indicamos os problemas, necessidades e desafios identificados, segundo uma lógica de Diagnóstico Partilhado, envolvendo os vários atores e protagonistas da Rede Social e dos Fóruns Sociais de Freguesia, pertinentes e encarados como prioridades na área social, numa perspetiva de Sustentabilidade.

No sétimo ponto definimos as principais linhas e propostas de Ação, que permitirão concretizar os objetivos do Plano, servindo como referencial e plataforma de compromisso de Ação Conjunta e de cogestão, que envolva todos os parceiros e atores pertinentes.

Finalmente, no oitavo, propõem-se algumas recomendações, que sejam a base de um processo de Governança Local Partilhada e Participativa, ou de Parceria-Providência, de que este PDS pretende ser uma experiência inovadora.

O presente documento pretende ter a ambição de ser acessível e claro, na sua leitura e compreensão, e útil, prático e eficaz, na sua aplicação e concretização. Optamos, para isso, por uma lógica mais sintética e pragmática, evitando sobrecarregar o documento com muitos dados, estatísticas, quadros e textos descritivos.

2. OBJETIVOS GERAIS

De um modo sintético, o PDS tem como objetivos:

- Promoção da **Coesão Social** no concelho de Santa Maria da Feira, assegurando o Bem-Estar, a Dignidade e o Bem Viver para todos os seus membros, sem exceção, prevenindo ou combatendo todas as formas de pobreza (não acesso a recursos fundamentais de sobrevivência e de dignidade de Vida) e de exclusão e marginalização social e ecológica e as desigualdades de oportunidades e de níveis de Bem-Estar, ou seja, as situações e expressões de injustiça social;
- Assunção de um programa de **Desenvolvimento Social**, ou seja, um compromisso político e social de promoção e aplicação de políticas, medidas e ações direcionadas para o Bem-Estar social das Comunidades e das Pessoas das várias freguesias e uniões de freguesias que o compõem;
- Alcance do **Desenvolvimento Sustentável** das Comunidades, das Pessoas e da Vida dos territórios envolvidos e dos seus ecossistemas, traduzindo-se na prossecução de alguns dos principais ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adequados ao nível local;
- Corresponsabilização e de cogestão na regulação e na prossecução do Bem-Estar e do Bem Viver das Comunidades e das Pessoas do concelho, através de processos e de dinâmicas de **Desenvolvimento Local ou Comunitário**;
- Mobilização e envolvimento das comunidades locais e todos os atores, protagonistas, instituições e serviços pertinentes, numa lógica de **Governança Local Partilhada e Participativa**;

- Dinamização de processos e caminhos de Democracia Participativa e de reforço de Cidadania, concebido de uma forma mais implícita.

Podemos, pois, afirmar que o PDS combina objetivos sociais e de Sustentabilidade com objetivos políticos, na medida em que, ao mobilizar a corresponsabilização de todos os atores e protagonistas pertinentes e a participação das comunidades e de todas as pessoas, está a incentivar uma lógica de gestão do Bem Comum e de revitalização da Democracia e da Cidadania ativa.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Como ficou explícito no ponto anterior, são cinco os conceitos de referência estratégica, que guiam este Plano:

1. Coesão Social;
2. Desenvolvimento Social;
3. Desenvolvimento Sustentável;
4. Desenvolvimento Local ou Comunitário;
5. Governança Local Partilhada.

A **Coesão Social** traduz a capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, sendo que uma sociedade coesa é uma comunidade solidária composta por indivíduos livres que prosseguem fins comuns por vias democráticas.

Sem pretensões de um debate teórico aprofundado, podemos dizer que a **Coesão Social** comporta três componentes principais¹: “a igualdade, o laço social e a unidade”, e implica uma situação em que “as disparidades entre os indivíduos e os grupos sociais sejam reduzidas ou pelo menos aceitáveis e em que os indivíduos estejam inseridos em laços de pertença que lhes deem o sentimento de serem membros de corpo inteiro de uma mesma comunidade pacificada”.

Neste sentido, uma comunidade coesa será, portanto, uma comunidade “que minimiza as desigualdades e maximiza o capital social e o sentimento de pertença (...). Mais do que um estado passivo de paz social, ou mesmo de harmonia, requer uma intensidade forte de relações entre os seus membros, objetivos comuns e uma mesma visão de futuro.”² De uma forma pragmática, podemos dizer que promover a Coesão Social implica: igualdade e equidade; solidariedade: reconhecimento e pertença; participação e cidadania plena.

¹ Cf., por exemplo: CERC - Conseil de l'emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), *La Cohésion Sociale - Séminaire 2007*. Paris: Dossier n° 3 du CERC, pp. 5-6.

² Cf. CERC (2008), p. 6.

Tal promoção passa necessariamente por conjugar medidas e ações de cariz mais institucional (e de solidariedade mais vertical), a partir do Estado Social (Central e Local) e dos seus parceiros de intervenção social.

Quanto ao segundo conceito, o de **Desenvolvimento Social**, este pretende colocar as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento, assumindo-se como um processo que favorece prioritariamente a inclusão social das pessoas mais pobres e excluídas, reforçando a sua autonomia e contribuindo para se construir sociedades mais justas e coesas, com instituições mais transparentes.

Nos seus dez compromissos (políticos, ou seja, para os governos), a Conferência de Copenhaga assentava o Desenvolvimento Social em objetivos fundamentais como: “erradicar a pobreza absoluta (...); apoiar o pleno emprego (...); promover a integração social, através do aperfeiçoamento e da proteção de todos os direitos humanos; alcançar igualdade e equidade entre mulheres e homens; atingir o acesso universal e equitativo à educação e aos cuidados de saúde primários”³ (compromissos 2 a 6).

Neste sentido, o Desenvolvimento Social é um programa e um caminho para se atingir a Coesão Social, através da promoção da Dignidade Social e da defesa dos Direitos Humanos de todos.

Mas, como já referimos, o Desenvolvimento Social é, por seu turno, uma componente de um processo e de uma finalidade mais ambiciosa e exigente, que é o **Desenvolvimento Sustentável**, definido como o processo de satisfação das “necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas próprias necessidades”⁴.

Desde então o Desenvolvimento Sustentável tornou-se um conceito de referência estratégica para a Humanidade e para os seus diferentes atores e protagonistas (Estado, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos e cidadãs, em geral), na defesa da sua sobrevivência e dignidade de Vida e na procura de salvaguarda do seu futuro. Em dezembro de 2015, os países membros das Nações Unidas assumiram, em conjunto, o compromisso de definirem e realizarem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (mais sinteticamente designados por ODS), traduzidos em 169 metas, a cumprir até 2030⁵.

De uma forma mais pragmática, mas também mais ambiciosa e exigente, assumimos, para efeito da **finalidade última** deste Plano, um conceito de **Desenvolvimento Sustentável**, definido como o processo de conjugação ou integração de oito dimensões ou preocupações: a segurança económica; a coesão social; a segurança ambiental; a diversidade cultural; a coesão territorial; o conhecimento crítico e permanente; a governança partilhada e a ética para a sustentabilidade.

³ UN - UNITED NATIONS (1995), *The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments*. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), *Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development*. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.

⁴ WCED (1987), p.16.

⁵ UN (2015), *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1)*. New York (sustainabledevelopment.un.org).

Neste sentido, a Rede Social, os Fóruns Sociais de Freguesia (FSF) e de União de Freguesias e, conseqüentemente, este PDS assume a **Sustentabilidade** como um dos seus objetivos fundamentais, alinhando-se, ao nível local, com os **ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)** e as suas metas, enquanto desafios globais, proclamados pela ONU, para o horizonte de 2030.

O quarto conceito a ter em conta é o de **Desenvolvimento Local ou Comunitário**⁶, que constitui a principal referência estratégica e metodológica da Rede Social, dos FSF e também do PDS, no sentido de ser a principal inspiração dos seus métodos e da sua pedagogia de Ação, na medida em que visam contribuir para um **processo de mudança**, no sentido da procura do bem-estar, da felicidade, da dignidade e da sustentabilidade das suas comunidades, dando resposta às necessidades fundamentais não satisfeitas dessas comunidades.

Em quinto lugar, os FSF pretendem ser, no seu funcionamento, experiências inovadoras de **Governança Local Partilhada e Participativa**, conceito inovador, definido como um novo modelo de regulação dos problemas e desafios das comunidades locais, em que o papel do Estado (nesta caso, Local) deixa de ser exclusivo (o que se designava por "Governança"), para passar a ser **partilhado e participado**, envolvendo ativamente, além do próprio Estado, nos seus diferentes níveis (autarquias locais e serviços desconcentrados da Administração Pública Central), as organizações da sociedade civil, as empresas e as comunidades (nas suas expressões coletivas, formais e informais, e individuais), numa lógica de relações horizontais e equitativas, de parceria e de compromisso, para uma **Parceria-Providência Local**⁷.

4. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO ADOTADA

A elaboração deste Plano, tendo como horizonte o ano de 2021, teve como princípios metodológicos fundamentais os da **participação** e da **parceria**, ou seja, o do envolvimento ativo das pessoas e das comunidades e o da partilha de diagnósticos, ideias e propostas com os vários parceiros, instituições e serviços pertinentes, presentes nos territórios.

Por isso, a metodologia adotada foi mista, combinando a componente quantitativa e a componente qualitativa:

- **Métodos quantitativos**, como o recurso à análise de quadros e dados estatísticos e quantitativos, publicados pelo INE - Instituto Nacional de Estatísticas e pela base de dados do

⁶ Neste documento consideram-se estes dois conceitos como sinónimos, mas opta-se preferencialmente pela expressão **Desenvolvimento Comunitário**, porque mais explícita na relação com a ideia e a importância, que se pretende atribuir ao papel da comunidade.

⁷ Trata-se de um conceito de formulação recente e que conhece outras designações, como, por exemplo, "Governança Colaborativa" ou "Governança Integrada" (que, contudo, não é exatamente o mesmo). Ver, por exemplo: BASTOS, Maria Inês (2014), *Governança Partilhada em contextos de Desenvolvimento Local - O caso CLIP - Recursos e Desenvolvimento*. Dissertação de mestrado em "Estudos de Desenvolvimento", ISCTE-IUL, Lisboa, 84 páginas; GONÇALVES, João (2015), *O Envolvimento de Crianças e Jovens num modelo de Gestão Territorial Participada ao nível local*. Dissertação de doutoramento em Engenharia Civil - Especialização em Planeamento do Território e Ambiente, Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, 359 páginas.

PORDATA da Fundação Manuel Francisco dos Santos, e ainda, por dados fornecidos pelos serviços públicos e pelos parceiros locais;

- **Métodos qualitativos**, como o recurso à auscultação dos autarcas, dos técnicos das instituições e dos serviços parceiros, dos dirigentes das instituições e das associações locais e das comunidades, através das técnicas do “Focus Group” (ou ‘Grupo Focal’), da entrevista aberta ou da conversa informal, com registo das opiniões e sugestões e posterior sistematização.

Em simultâneo com estas técnicas, e na sequência de várias reuniões de auscultação dos parceiros no âmbito dos Fóruns Sociais de Freguesia (autarcas, técnicos de instituições, dirigentes associativos, técnicos da Câmara Municipal), que se realizaram entre janeiro e julho de 2017, procuramos sobretudo, **identificar e fundamentar o Diagnóstico partilhado dos principais problemas e necessidades, de modo a** enunciar **os objetivos específicos, as metas e as propostas de ação**, que se apresentam nos três pontos a seguir.

Procuramos, neste PDS, manter o foco nas questões sociais, decorrentes dos contributos da Rede Social, mas acrescentando-lhe já algumas preocupações ambientais (que também foram expressas pelos parceiros) e beneficiar da existência dos Fóruns Sociais de Freguesia, como plataformas de governança partilhada do PDS, que já existem como possibilidade, o que permite assumir neste documento uma perspetiva de transição do desenvolvimento social para o desenvolvimento sustentável.

Foram, portanto, diagnosticadas as seguintes problemáticas de acordo com três Eixos Estratégicos: o primeiro dos quais se centra na dimensão da Coesão Social; o segundo considera já a Dimensão Ambiental e o terceiro enuncia a Dimensão Política da Governança:

Eixo 1: Intervenção Junto de Grupos Vulneráveis (Coesão Social e Territorial):

- ✓ Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias;
- ✓ População Sénior, em particular séniores em situação de fragilidade social;
- ✓ Crianças e jovens em risco e em situação de institucionalização;
- ✓ Desempregados jovens, em Idade Avançada e Jovens NEET;
- ✓ População de Etnia Cigana;
- ✓ Vítimas de violência doméstica e de género;
- ✓ Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobreendividamento;
- ✓ Cuidadores informais;
- ✓ Saúde Mental;
- ✓ Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional;
- ✓ Comportamentos aditivos e Dependências;

- ✓ Transportes e Acessibilidades.

Eixo 2: Componentes Ambientais do Desenvolvimento Sustentável (Segurança Ambiental)

- ✓ Problemas ambientais;
- ✓ Prevenção e Defesa da Floresta.

Eixo 3: Capacitação e Governança Partilhada

- ✓ Ausência de participação cívica e de cidadania;
- ✓ Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações;
- ✓ Ausência de uma perspetiva de Desenvolvimento na intervenção social;
- ✓ Excessiva dependência do Estado a todos os níveis;
- ✓ Níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias;
- ✓ Necessidade de uma avaliação sistemática e contínua das Ações do PDS.

Em sede de Reunião Ordinária do Conselho Local de Ação Social, realizada no dia 05 de Dezembro de 2017, foi apresentada aos Parceiros presentes uma versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Social 2018-2021, destacando a metodologia de construção adotada deste instrumento de planeamento estratégico, os seus objetivos gerais, as principais problemáticas e as prioridades estratégicas identificadas. Ficou decidido em plenário o envio aos parceiros das problemáticas sociais e áreas de intervenção abrangidas, de modo a que as mesmas fossem priorizadas, tendo sido obtida a participação de 25 entidades parceiras da Rede Social, neste diagnóstico preliminar das problemáticas sociais e respetivas áreas de intervenção.

Foi adotada uma outra metodologia ao nível da auscultação dos Parceiros para identificação das problemáticas prioritárias e ações de intervenção, concretizada pela realização de 5 Encontros Inter-Fóruns, no mês de Abril, mediante, a territorialização dos Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesia:

- **1º Encontro** com 28 parceiros presentes (05 de Abril): Fórum Social de Lourosa, Fórum Social de Rio Meão, Fórum S. João de Ver e Fórum Social de Santa Maria da Lamas);
- **2º Encontro** com 22 participantes (10 Abril): União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; União de Freguesias das Caldas S. Jorge e Pigeiros e Fórum Social de Sanguedo;

- **3º Encontro** com 27 participantes (12 de Abril: Fórum Social de Argoncilhe; Fórum Social de paços de brandão; Fórum Social de S. Paio de Oleiros; Fórum Social de Mozelos; Fórum Social de Nogueira da Regedoura e Fórum Social de Fiães;

- **4º Encontro** com 10 participantes (19 de Abril): Fórum Social de Milheirós de Poiares; Fórum Social de Romariz; Fórum Social de Escapães; Fórum Social de Arrifana;

- **5º Encontro** com 17 participantes (26 de Abril): Fórum Social de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; Fórum Social da União de Souto e Mosteiro; e Fórum Social de Fornos.

Por outro lado, ainda de salientar que na elaboração deste documento estiveram também presentes as estratégias definidas em instrumentos de programação comunitários (Estratégia Europa 2014-2020), nacionais (Acordo de Parceria Portugal 2014-2020 e Programa Operacional Regional Norte 2020), bem como estratégias de planeamento regionais, quer a nível da Área Metropolitana do Porto (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial - AMP 2020 e o Plano Estratégico Metropolitano para a Ação Social na AMP 2014/2017), quer dos Municípios Entre Douro e Vouga (Estratégia e Plano de Ação - EDV 2020), cruzando com as prioridades definidas para o concelho.

5. CARACTERIZAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - DIAGNÓSTICO GERAL DO CONCELHO

5.1. DEMOGRAFIA

Do ponto de vista demográfico, o Concelho de Santa Maria da Feira, de forma mais ou menos pronunciada, tem acompanhado as grandes tendências de crescimento ou retrocesso demográfico nacional.

Como podemos observar na tabela 2, a população residente no concelho de Santa Maria da Feira registou um acréscimo entre 2001 e 2011, tendo vindo a diminuir nos anos seguintes (residiam no concelho 139 173 habitantes em 2016).

Tal evolução decrescente, em paralelo ao que ocorre com a maioria dos concelhos que integram a Área Metropolitana do Porto, é justificada quer pelo Saldo Natural que tem vindo a tornar-se negativo, quer sobretudo pelo Saldo Migratório, que também tem sido negativo, o que significa que a população não tem sofrido uma renovação de gerações, ou seja, o número de nascimentos não se revela suficiente para o número de óbitos registados e tem havido saídas do Concelho sem a compensação de entradas migratórias (Tabela 1).

Relativamente ao registo de óbitos, as três principais causas de morte dos residentes no Concelho de Santa Maria Feira foram, em 2016, as Doenças do Aparelho Circulatório (304), os Tumores Malignos (295) e as Doenças do Aparelho Respiratório (158) (Fonte: PORDATA).

Por outro lado, fruto de todas as alterações demográficas ocorridas no território nacional, e no território concelhio, constatamos igualmente que, em 15 anos, o número de idosos residentes aumentou 6,1%, sendo que o índice de envelhecimento mais do que duplicou (60,1% em 2001 e 129,0% em 2016). Ou seja, no nosso Concelho tem-se verificado, ao longo dos anos, a tendência para a inversão da pirâmide etária, em resultado da diminuição contínua do número de crianças (0-14 anos), de jovens (15-24 anos) e da população ativa (25-64 anos) e do aumento significativo do número de idosos (65 e mais anos) (Tabela 3), o que nos impõe uma série de desafios demográficos e, consequentemente, sociais aos quais o concelho terá que dar resposta em prol do bem-estar da sua população.

Tabela 1: Saldos Popacionais Anuais: total, natural e migratório

AMP	Saldo Total			Saldo Natural			Saldo Migratório		
	2001	2010	2016	2001	2010	2016	2001	2010	2016
Arouca	- 113,0	- 250,0	- 181,0	11	- 11	- 32	- 124	- 239	- 149
Espinho	2,0	- 332,0	- 148,0	96	- 74	- 115	- 94	- 258	- 33
Gondomar	1 022,0	- 220,0	- 595,0	758	248	- 159	264	- 468	- 436
Maia	1 912,0	1 142,0	333,0	782	643	110	1 130	499	223
Matosinhos	1 440,0	377,0	- 112,0	526	304	- 43	914	73	- 69
Oliveira Azeméis	111,0	- 450,0	- 482,0	188	- 33	- 170	- 77	- 417	- 312
Paredes	655,0	13,0	- 291,0	638	388	128	17	- 375	- 419
Porto	- 1 761,0	- 3 208,0	- 460,0	- 817	- 961	- 849	- 944	- 2 247	389
Póvoa de Varzim	317,0	- 191,0	- 178,0	335	223	-	- 18	- 414	- 178
Santa Maria da Feira	926,0	- 157,0	- 611,0	695	321	- 26	231	- 478	- 585
Santo Tirso	298,0	- 401,0	- 574,0	200	- 147	- 216	98	- 254	- 358
São João da Madeira	160,0	- 33,0	11,0	91	12	- 51	69	- 45	62
Trofa	324,0	36,0	- 54,0	195	102	62	129	- 66	- 116
Vale de Cambra	- 91,0	- 260,0	- 235,0	- 10	- 45	- 116	- 81	- 215	- 119
Valongo	1 013,0	539,0	223,0	466	429	131	547	110	92
Vila do Conde	749,0	343,0	- 72,0	255	259	94	494	84	- 166
Vila Nova de Gaia	2 398,0	457,0	- 1 171,0	1 186	711	- 139	1 212	- 254	- 1 032

Fonte: PORDATA (consultado a 4 de maio de 2018)

Analisando de forma mais pormenorizada, o território concelhio, e incidindo a nossa análise no âmbito das 16 freguesias e das 5 Uniões de Freguesias que o compõem (Tabela 4), constatamos que, no período de 10 anos (2001 – 2011)⁸, as freguesias que registaram um aumento mais significativo

⁸ De salientar que os dados estatísticos mais recentes existentes ao nível das freguesias reportam-se a 2011, motivo pelo qual a nossa análise toma 2011 como o último ano observado.

da sua população residente foram, quer do ponto de vista absoluto, quer relativo: a União das Freguesias da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (+ 3 960, +10,1%), São João de Ver (+ 1 763, + 20,0%) e Nogueira da Regedoura (+ 764, + 15,2%), sendo de assinalar o caso de Fornos, que tendo aumentado apenas 587 habitantes, foi, no entanto, a que registou maior crescimento relativo (20,9%). Sublinhe-se que estas freguesias estão todas geograficamente situadas no litoral do nosso território, o que acompanha a tendência nacional para a concentração da população nas áreas mais litorais, mais próximas dos centros concelhios e onde se concentram as grandes oportunidades.

Por outro lado, aquelas freguesias em que o número de residentes mais diminuiu, quer do ponto de vista absoluto, quer relativo, são as de Fiães (- 763, - 8,7%), de Romariz (- 627, - 17,2%) e de Lourosa (- 568, - 6,2%), existindo aqui um claro processo de desurbanização, ou seja, se, por um lado perdemos população nas áreas mais rurais (caso de Romariz), por outro verifica-se também uma perda nos pequenos centros urbanos (caso de Fiães e Lourosa, que são duas cidades) a favor dos territórios anteriormente referidos.

De referir ainda que, as freguesias com maior índice de envelhecimento são Arrifana (136,9%), Paços de Brandão (129,8%) e São Paio de Oleiros (120,1%).

Tabela 2: Caracterização Demográfica de Santa Maria da Feira

Indicadores Demográficos	População Residente		Taxa de Natalidade ⁹		Taxa de Mortalidade ¹⁰		Taxa de Fecundidade ¹¹		Índice Sintético Fecundidade ¹²	
	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP	SMF	AMP
2001	136 092	1 732 210	11,7	11,3	6,6	8,1	42,1	41,4	1,40	1,39
2011	139 706	1 760 033	8,9	9,0	6,8	8,1	34,9	36,1	1,25	1,28
2015	139 544	1 727 486	7,5	8,0	7,2	8,8	30,8	33,9	1,15	1,24
2016	139 173	1 721 320	7,7	8,3	7,9	9,1	32,1	35,5	1,20	1,31

Fonte: PORDATA (consultado a 16 de março de 2018)

Tabela 3: População Residente por Grupo Etário e Índice de Envelhecimento

População Residente por Grupo Etário	0 – 14	15 – 24	25 – 64	65 e mais anos	Índice de Envelhecimento ¹³
2001	25 263	19 828	75 883	15 122	60,1
2011	21 706	15 920	81 662	20 421	96,5
2015	19 683	15 874	80 776	23 215	121,9
2016	19 130	15 789	80 267	23 990	129,0

Fonte: PORDATA (consultado a 16 de março de 2018)

⁹ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo.

¹⁰ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo.

¹¹ Número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil (15-49 anos).

¹² Número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil (15-49 anos).

¹³ Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos.

Tabela 4: População Residente por Local de Residência e por Grupo Etário

População Residente por Freguesia/Escalão Etário	2001					2011				
	Total	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos	Total	0 -14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos
Argoncilhe	8 605	1 604	1 238	4 827	936	8 420	1 295	984	4 783	1 358
Arrifana	6 544	1 012	916	3 699	917	6 551	934	655	3 689	1 273
Escapães	3 028	533	459	1 669	367	3 309	451	385	1 958	515
Fiães	8 754	1 531	1 334	4 903	986	7 991	1 146	929	4 569	1 347
Fornos	2 810	514	404	1 570	322	3 397	599	334	2 017	447
Lourosa	9 204	1 697	1 297	5 289	921	8 636	1 235	1 027	5 012	1 362
Milheirós de Poiares	3 859	768	595	2 100	396	3 791	597	483	2 177	534
Mozelos	6 502	1 231	883	3 754	634	7 142	1 208	795	4 266	873
Nogueira da Regedoura	5 026	955	668	2 893	510	5 790	988	649	3 384	769
Paços de Brandão	4 590	692	650	2 574	674	4 867	678	510	2 807	872
Rio Meão	4 688	829	686	2 682	491	4 931	764	544	2 893	730
Romariz	3 650	773	582	1 890	405	3 023	456	405	1 650	512
Sanguedo	3 542	687	569	1 885	401	3 600	654	470	1 976	500
Santa Maria de Lamas	5 120	925	680	2 923	592	5 073	702	618	2 971	782

População Residente por Freguesia	2001					2011				
	Total	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos	Total	0 -14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 e mais anos
São João de Ver	8 816	1 685	1 309	4 995	827	10 579	1 864	1 120	6 362	1 233
São Paio de Oleiros	4 003	631	587	2 269	516	4 069	566	469	2 357	677
União das Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros	4 097	769	608	2 240	480	3 897	564	494	2 194	645
União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	9 358	1 757	1 536	4 933	1 132	9 458	1 647	1 106	5 386	1 319
União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	10 370	2 080	1 653	5 524	1 113	9 860	1 703	1 185	5 579	1 393
União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	16 520	3 154	2 414	9 368	1 584	18 194	3 004	2 097	10 738	2 355
União das Freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô	6 878	1 201	1 019	3 830	828	6 734	987	777	3 843	1 127
Total	135 964	25 028	20 087	75 817	15 032	139 312	22 042	16 036	80 611	20 623

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 16 de março de 2018)

Ao analisarmos demograficamente o Concelho de Santa Maria da Feira é igualmente importante abordarmos o fenómeno das migrações, na medida em que este provoca também oscilações na população residente.

A população com estatuto legal residente tem acompanhado a tendência decrescente visível no Concelho, ou seja, em 2008 residiam 1 456 pessoas de nacionalidade estrangeira, e em 2016 residiam 996 pessoas, representando 0,7% da população residente, o que é um valor baixo em relação aos concelhos que compõe a Área Metropolitana do Porto, cuja população estrangeira representava 1,4% da população residente, em 2016 (Fonte: PORDATA). Esta diminuição do número de imigrantes do Concelho, tal como aconteceu no país em geral, esteve, tudo indica, relacionado com os efeitos da crise ocorrida nesse período.

Apesar da diminuição verificada também nessas nacionalidades, o concelho de Santa Maria da Feira acolhe, maioritariamente, cidadãos de nacionalidade brasileira (274), ucraniana (201) e de outros países europeus (103). De salientar ainda que, nos períodos de crise económica, os cidadãos de nacionalidade chinesa foram aqueles que, até 2016, mantiveram uma tendência crescente (70 em 2008; 77 em 2011; 87 em 2015; e 82 em 2016) (Fonte: PORDATA), o que poderá ser explicado pelos investimentos que foram fazendo no nosso país, de forma geral, e no Concelho, de forma particular, e por todos os incentivos e apoios do nosso Governo de modo a captar investimento estrangeiro.

5.2. EDUCAÇÃO

Todos reconhecemos a Educação como uma parte fulcral da integração social e da construção da cidadania, na medida em que se revela uma condição e um processo de desenvolvimento individual e das próprias sociedades.

Além disso, a educação é um recurso decisivo em várias áreas, desde a economia, cultura, arte, ciência, entre outras. Daí que seja de especial importância a sua análise, de modo a compreender a evolução que se tem verificado no nosso Concelho.

Da análise efetuada dos dados disponíveis sobre a escolaridade da população residente no Concelho (2011), salienta-se uma preocupação: o baixo nível de escolaridade da nossa população, na medida em que, considerando apenas a população em idade escolar, cerca de 40% dos residentes têm um nível de escolaridade baixo, ou seja, 9,2% não tinha qualquer escolaridade e 30,6% tinha concluído o 1º ciclo (Tabela 5).

Por outro lado, fruto da diminuição do número de crianças e jovens, o Concelho de Santa Maria da Feira perdeu, em 10 anos, cerca de 5% dos alunos inscritos no 1º Ciclo (39 065 em 2011 e 35 941 em 2011) e aumentou os alunos nos níveis de escolaridade mais elevados, o que poderá ser explicado pelo aumento do nível de escolaridade obrigatória, que na presente data, o Ministério de Educação

definiu por 12 anos, e também pelo facto do mercado de trabalho exigir cada vez mais uma maior escolaridade, enquanto potenciadora de mais e melhores oportunidades para a população ativa.

Tabela 5: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade

População Residente com 15 e mais anos	2001	2011
Sem nível de Escolaridade	17 595	10 799
Básico 1º Ciclo	39 065	35 941
Básico 2º Ciclo	22 405	19 825
Básico 3º Ciclo	15 686	21 968
Secundário	10 868	15 581
Médio	353	980
Superior	4 964	12 176
Total	110 936	117 270

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

Apesar de todos os avanços realizados e das melhorias efetuadas nesta área de intervenção, nomeadamente ao nível das infraestruturas/estabelecimentos de ensino, da oferta formativa, da melhoria da escolarização da população mais jovem, a realidade é que os níveis de qualificação escolar da população adulta continuam a ser uma questão educativa de primeira importância, o que acarreta consequências não só económicas, mas igualmente sociais.

Em 2011, cerca de 4% da população residente no Concelho, com 10 e mais anos, era ainda analfabeta, o que impõe uma série de desafios sociais que necessitam ser debatidos e ultrapassados.

Tabela 6: População residente analfabeta com 10 e mais anos

População Residente Analfabeta	Total	Homens	Mulheres
2001	8 043	2 484	5 559
2011	4 982	1 497	3 485

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

No entanto, devem ser reconhecidos os esforços feitos e conseguidos a nível nacional e concelhio no sentido de diminuir as taxas de abandono escolar, as taxas de retenção e de insucesso escolar. A este nível, o Concelho de Santa Maria da Feira, apostando numa política educativa coordenada e

articulada entre todos os agentes educativos e os parceiros sociais interessados, dinamizando uma rede formativa mais diversificada e coerente com a realidade socioeconómica do concelho, registou nos últimos anos uma contínua diminuição da retenção e desistência escolar. De referir ainda que, em 2011, a taxa de abandono escolar era de 1,7% (Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística).

Tabela 7: Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico (%)

Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Ensino Básico	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2001/2002	10,5	6,3	11	15,8
2011/2012	8	2,8	9,8	13,2
2015/2016	4,6	2,4	3,2	8

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

Na sequência de toda a reorganização efetuada no âmbito das infraestruturas educativas, exigida em prol da redução do número de crianças e jovens, conforme mencionado anteriormente, ao nível dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública, o Concelho de Santa Maria da Feira, no ano letivo de 2015/2016, dispunha de 136 estabelecimentos de ensino, abrangendo um total de 20 421 alunos (3 278 no pré-escolar; 4 755 no 1º ciclo; 2 976 no 2º ciclo; 4 886 no 3º ciclo e 4 487 no secundário). Ao nível da Rede Privada, em 2016, o Concelho apresentava 26 estabelecimentos da educação pré-escolar, 2 do 1º ciclo, 2 do 2º ciclo, 3 do secundário e 2 do ensino superior.

Note-se que houve uma redução muito acentuada do número de escolas do 1º Ciclo pelo fecho das escolas em territórios de baixa densidade demográfica, tal como aconteceu no país em geral (Tabela 8).

Tabela 8: Número de Estabelecimentos de Ensino por nível de ensino e natureza institucional

Número de Estabelecimentos de Ensino	2001/2002		2011/2012		2015/2016	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Ensino Pré-Escolar	90	21	80	26	61	26
Ensino Básico – 1º Ciclo	87	2	66	3	51	2
Ensino Básico - 2º Ciclo	10	2	11	2	11	2
Ensino Básico - 3º Ciclo	11	2	11	2	11	2
Ensino Secundário	2	2	4	3	2	3
Ensino Superior	-	2	-	2	-	2
Total	200	31	172	38	136	37

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

Em todos estes esforços e desafios procura-se sempre priorizar a educação enquanto condição necessária para o desenvolvimento de qualquer território.

5.3. SAÚDE

A Organização Mundial de Saúde, criada em 1946, foi o primeiro organismo internacional a referenciar o Direito à Saúde, considerando-o o direito humano mais importante, de carácter universal.

Mais tarde, através do artigo 64.º da Constituição Portuguesa, o nosso país consagra também que todos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e proteger. Hoje, a área da saúde atravessa todos os setores de atividade de uma sociedade e, por isso, cruza todos os seus níveis de decisão, exigindo o envolvimento de todos os cidadãos e de toda a comunidade.

Por isso, a Saúde assume uma dimensão cada vez mais presente no plano das políticas públicas, assistindo-se, ao longo dos anos, a uma mudança no paradigma, passando-se de um modelo mais centrado na doença para um modelo mais centrado na promoção da saúde e na adoção de estilos de vida mais saudáveis.

O Concelho de Santa Maria da Feira dispõe, na área da saúde, do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, que agrupa o Hospital de São Sebastião, E.P.E., o Hospital Distrital de São

João da Madeira e o Hospital São Miguel (Oliveira de Azeméis), sendo responsável pela prestação de cuidados de saúde a cerca de 340 000 habitantes dos concelhos de Santa Maria da Feira, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar e de algumas freguesias do concelho de Castelo de Paiva.

Este Centro Hospitalar disponibiliza à população um conjunto vasto de serviços clínicos, nomeadamente: Cirurgia Geral, Obstetrícia/Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Urologia, Cardiologia/Unidade de cuidados intensivos coronários, Gastrenterologia, Medicina Interna, Neurologia, Oncologia Médica, Pneumologia, Pediatria/Neonatologia, Anestesiologia/Unidade da dor, Urgência Médico-Cirúrgica, Unidade de Cuidados Intensivos Polivalentes (UCIP) /Unidade de Cuidados Intermédios (UCI), Imagiologia, Medicina Física e de Reabilitação e Patologia Clínica/Unidade de Imunohemoterapia.

Tal como é perceptível na tabela 9, o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, centrado na sua missão de atender e tratar, em tempo útil, os doentes dos concelhos da parte norte do distrito de Aveiro, com eficácia, qualidade e custos socialmente comportáveis, tem apostado no aumento dos seus recursos humanos, sendo que, em 2016 trabalhavam nesta Unidade Hospitalar 1 894 pessoas, o que representa, em três anos, um aumento de 254 profissionais da área da saúde.

Por outro lado, nos últimos três anos aumentou a proporção de médicos por cada 1000 habitantes, situando-se esta nos 2,5% em 2016, e tem ainda apostado na melhoria da qualidade dos seus serviços de saúde primários, dispondo de 1 Centro de Saúde (Agrupamento Centros de Saúde Entre Douro e Vouga 1) e 15 Extensões dos Centros de Saúde. Em 2012 nestas extensões trabalhavam 112 médicos (82 em 1999), correspondendo a 0,8% por mil habitantes; 94 enfermeiros (54 em 1999), ou seja, 0,7% por mil habitantes, e 91 profissionais auxiliares da área da saúde (112 em 1999) (Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística).

Tabela 9: Indicadores relativos a Centros Hospitalares em Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira	Hospitais		Equipamentos		Movimento de Internados		Pessoal de Serviço					
	Público	Privado	Camas	Salas Operação	Internamentos	Dias de Internamento	Total	Médicos	Enfermeiros	Pessoal Auxiliar	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	Outros
2013	1	0	310	10	19 677	103 255	1 640	324	497	497	103	219
2015	1	0	318	10	19 329	102 898	1 813	350	581	546	111	225
2016	1	0	318	10	19 144	109 408	1 894	375	625	546	118	230

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

Em 2016, o Concelho de Santa Maria da Feira tinha ainda em funcionamento 26 farmácias, o que corresponde a uma proporção de 0,2 farmácias por cada 1000 habitantes.

Apesar de todas as melhorias realizadas no sentido de aumentar a qualidade das unidades de saúde existentes no concelho, muitos desafios ainda existem e, por isso, o Plano Local de Saúde – Agrupamentos dos Centros de Saúde Entre Douro e Vouga 1 (2012-2016), traçado para o Concelho procura a promoção da cidadania, das políticas públicas saudáveis, da equidade e do acesso adequado aos cuidados de saúde, o que requer parcerias sustentadas.

5.4. ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Analisar e avaliar a problemática da habitação e das condições habitacionais é extremamente complexa, na medida em que o significado de habitação varia consoante a situação temporal e os diversos grupos sociais, e não reduz apenas às dimensões da oferta e procura habitacional.

Para qualquer Ser Humano a habitação é uma necessidade básica, individual ou familiar, uma vez que todos necessitamos de ser e estar alojados, o que significa muito mais do que ter uma casa. É estar numa casa com e em determinadas condições.

A habitação é ainda resultado de um processo produtivo, de um património ou objeto de investimento e um elemento fundamental da estrutura e da imagem de qualquer território, satisfazendo, na sociedade, um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família.

Neste sentido, abordar e analisar a qualidade habitacional, enquanto conceito, revela-se uma tarefa complexa, dado que este não é um conceito absoluto nem estático, sendo, por isso, passível de diversas abordagens e interpretações.

No que se reporta ao Concelho, verificámos que a Habitação, enquanto competência direta do Município, tem sido uma preocupação constante, no sentido da melhoria da qualidade habitacional e, conseqüentemente, de vida dos seus munícipes, procurando que todos habitem num espaço condigno.

Conforme podemos constatar na tabela 10, o Concelho registou em 10 anos, um aumento significativo do número de alojamentos (8 114), em particular dos alojamentos familiares clássicos, que representam a grande maioria dos alojamentos (99,9% dos alojamentos eram, em 2011, de tipo familiar clássico), o que poderá ser explicado pela necessidade de dar uma resposta de âmbito habitacional ao aumento do número de famílias a residirem no Concelho (passaram de 44 244, em 2001, para 48 963, em 2011). Estes foram também anos coincidentes com o *boom* da construção habitacional, na medida em que a relação entre a oferta e a procura era uma exigência que se colocava aos vários territórios no âmbito nacional.

De referir ainda que, todos os esforços e melhorias efetuadas no Concelho ao nível da habitação, nomeadamente através do Programa Municipal de Realojamento iniciado em 2001, são visíveis ainda na diminuição significativa do número de alojamentos familiares não clássicos (barracas e casas rudimentares de madeira), sendo que, em 10 anos, o Concelho reduziu 91% este tipo de alojamento, passando, em 2001, de 237 alojamentos familiares não clássicos para 21 em 2011. A este nível importa ainda salientar o decréscimo acentuado do número de barracas (passamos de 51 em 2001 para apenas 4 em 2011).

Contudo, como se verá mais adiante no ponto 6.1.5, ainda existem, pelo menos, 31 barracas ou construções abarracadas em acampamentos ciganos que não foram consideradas para efeitos de recenseamento.

Tabela 10: Número de Alojamento e Tipo de Alojamentos no Concelho de Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira	Famílias Clássicas	Total	Tipo de Alojamentos							Alojamentos Coletivos
			Alojamentos Familiares							
			Clássicos			Não Clássicos				
Total	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Total	Barracas e Casas Rudimentares de Madeira	Outros				
2001	44 244	52 440	52 171	42 861	3 822	5 488	237	51	186	32
2011	48 963	60 554	60 499	48 587	6 764	5 148	21	4	17	34

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (consultado a 23 de março de 2018)

Relativamente à qualidade habitacional, foram analisadas dimensões como a existência de água canalizada, de duche/banho e de sistema de esgotos nos alojamentos familiares, sendo de referir que a habitação aumentou não só em quantidade, mas também em qualidade, ou seja, o número de alojamentos familiares com a presença de todas as dimensões acima mencionadas é praticamente de 100%, existindo melhorias no intervalo de 10 anos, nomeadamente através dos incentivos para as ligações à rede pública de água e saneamento.

Ainda assim, em 2011, existiam ainda 521 alojamentos sem água canalizada (0,9%) e 383 (0,6%) sem acesso a esgoto, factos comprovativos de que a habitação e todas as dimensões que a compõem podem ser entendidas não só como um investimento, um produto transacionado num mercado, mas também como um serviço e um bem social que terá que ser disponibilizado a todos os membros da sociedade (Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística).

5.5. ECONOMIA E EMPREGO

Em termos gerais, podemos definir o mercado de trabalho pela relação complexa existente entre a procura de mão-de-obra por parte das empresas e a oferta de trabalho pelos indivíduos, sendo que, nesta relação, o Estado atua não só como regulador, mas também como agente direto no sentido em que implementa medidas para o seu normal e correto funcionamento.

Dessa forma, o mercado de trabalho e os seus recursos humanos são dois aspetos determinantes no nível de desenvolvimento e de desempenho de uma sociedade. Ao analisarmos e abordarmos a questão do emprego e do desemprego conseguimos observar a capacidade da própria economia de um determinado espaço criar emprego e da capacidade da população ativa se inserir no mercado de trabalho.

Segundo os dados dos Censos 2011, a população ativa do concelho de Santa Maria da Feira era de 70 154 indivíduos, em 2011, o que corresponde a uma taxa de atividade¹⁴ de 50,3%. Desse universo, 59 761 tinham emprego, dos quais 436 (0,7%) no setor primário, 27 689 (46,3%) no sector secundário e 31 639 (53%) no setor terciário, registando, em 10 anos, uma inversão ao nível do setor de atividade, ou seja, registou-se uma queda no setor primário e secundário e um aumento da população empregada no setor terciário (tabela 11), embora, nos últimos anos, o concelho tenha vindo a apostar na dinamização de novas oportunidades de negócio, recuperando algum do seu setor secundário.

TABELA 11: População Empregada por Setor de Atividade

População Empregada por Setor de Atividade				
	Total	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
2001	67 424	892	41 829	24 703
2011	59 761	436	27 689	31 636

Fonte: PORDATA (consultado a 16 de março de 2018)

Observando as tabelas 12 e 13, verificámos que a população empregada é, maioritariamente, constituída por trabalhadores por conta de outrem (48 304), em regime de trabalho completo (31 308 em 2013) e com contrato de trabalho sem termo (25 455 em 2013), indicadores que são inerentes à segurança do trabalhador relativamente ao seu posto de trabalho, no que diz respeito à garantia de princípios e direitos no mercado de trabalho. Note-se, no entanto, que o número e a percentagem de

¹⁴ Peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos.

trabalhadores com contrato com termo aumentou sempre nos anos considerados (de 17,3%, em 2011, para 21,2%, em 2013), o que significa que tem aumentado a precaridade das condições de trabalho.

Acompanhando a tendência nacional, o Concelho tem registado, a partir de 2012, melhorias ao nível do emprego, reduzindo, após um período de grave crise económica e financeira, o número de trabalhadores a tempo parcial e aumentando os trabalhadores a tempo completo.

Tabela 12: População Empregada por Situação na Profissão

População Empregada por Situação na Profissão					
	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador Familiar Não Remunerado	Trabalhador por Conta de Outrem	Membro Ativo de Cooperativa	Outro
2001	11 928	270	54 842	20	364
2011	10 632	303	48 304	36	486

Fonte: PORDATA (consultado a 16 de março de 2018)

Tabela 13: População Empregada segundo o Tipo de Contrato e o Regime de Duração

População Empregada	Tipo de Contrato				Regime de Duração	
	Total	Contrato com termo	Contrato sem termo	Não Enquadrável	Tempo Completo	Tempo Parcial
2011	34 524	5 933	28 591	320	33 739	1 105
2012	31 916	6 185	25 731	151	30 871	1 196
2013	32 357	6 902	25 455	137	31 308	1 186

Fonte: PORDATA (consultado a 16 de março de 2018)

Um outro aspeto importante quando abordámos a questão da economia e do emprego diz respeito à formação e capacitação dos próprios recursos humanos, na medida em que estas se refletem no nível e na qualidade das suas competências, sendo ferramentas de valorização pessoal e um fator de competitividade do mercado.

Não dispondo de dados sobre a formação e a qualificação profissional dos trabalhadores, verifica-se, contudo, uma tendência decrescente no número de trabalhadores por conta de outrem com níveis de escolaridade mais baixos (inferior ao 1º ciclo, 1º ciclo e 2º ciclo) e um aumento do número de trabalhadores com níveis mais elevados de escolaridade (3º ciclo, secundário e superior) possuindo 54,5% trabalhadores por conta de outrem, em 2013, pelo menos o 3º ciclo de escolaridade.

Um outro aspeto que reflete igualmente a tendência de melhoria do próprio mercado de trabalho prende-se com o aumento dos valores relativos à remuneração base média mensal, que corresponde ao valor que é pago pelo serviço prestado no desempenho de uma qualquer atividade profissional, tendo consequências ao nível das condições de vida do trabalhador e da coesão social.

Muito por força dos aumentos do designado salário mínimo garantido, acertados em concertação social, de acordo com os dados disponíveis no portal PORDATA, em 2013, a remuneração base média mensal dos trabalhadores do concelho de Santa Maria da Feira era de 812,10€, mais 3,60€ do que em 2011, constatando-se, portanto, uma ligeira melhoria do nível salarial médio.

No entanto, aqui existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de se garantir uma igualdade de género, ou seja, apesar dos aumentos referidos, a remuneração base média mensal das mulheres continua a ser inferior à dos homens, já que, em 2013, as mulheres auferiam, em média, 716,30€ e os homens 882,40€ (Fonte: PORDATA).

Um outro desafio e preocupação que se colocam ainda ao Concelho de Santa Maria da Feira prende-se com a questão do desemprego, em particular do desemprego de longa duração e desemprego jovem. De acordo com os dados oficiais do IEFP, a situação do desemprego tem vindo a melhorar nitidamente. Tendo como referência o mês de fevereiro, podemos referir que, em 6 anos, o Concelho de Santa Maria da Feira reduziu em 7,1% a sua taxa de desemprego¹⁵, passando de 14,5% em fevereiro de 2013 para 13,7% em fevereiro de 2014, 11,6% em fevereiro de 2015, 10,6% em fevereiro de 2016, 8,8% em fevereiro de 2017 e 7,4% em fevereiro de 2018, correspondendo, segundo os dados mais recentes, a 5 221 indivíduos. (Fonte: Estatísticas IEFP).

Não obstante todos os esforços realizados no sentido de diminuir progressivamente o número de desempregados, importa, neste momento, concertar estratégias para reduzir o número de desempregados de longa duração (inscritos há um ano ou mais nos centros de emprego), que, em fevereiro de 2018, representavam 50,6% da população desempregada inscrita no IEFP (2 639 indivíduos) e os desempregados com idade até aos 34 anos, que representavam 27,1% da população desempregada (1 416 indivíduos) (Fonte: Estatísticas IEFP).

Por outro lado, em 2011, segundo os dados do Recenseamento, existiam 9 657 jovens “inativos” (dos 15 aos 24 anos), dos quais 8 937 eram estudantes, o que significa que existiam 720 jovens que não estavam nem a trabalhar nem a estudar, podendo ser tomado como uma estimativa aproximada de jovens “NEET”¹⁶.

Registe-se ainda que havia nesse ano, 3 053 “inativos incapacitados”, havendo ainda a registar 5 258 “domésticas/os”, dos quais poderão ser potenciais desempregados ocultos.

¹⁵ Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

¹⁶ Jovens que não estão nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação.

5.6. INSTITUIÇÕES, SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS PRESENTES NO CONCELHO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS, são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, que funcionaram durante muito tempo com a missão fundamental de proteção social.

Com a introdução da noção de Estado Providência, ocorrida na emergência da Democracia Portuguesa (1974), o papel das IPSS foi-se alterando um pouco, sendo que, agora, em articulação com o Estado, com as pessoas e as suas famílias e com as comunidades locais procuram as melhores soluções possíveis para responder às necessidades das populações.

Por força de todas as alterações conjunturais existentes na nossa sociedade, hoje em dia, as IPSS enfrentam novos desafios, que exigem uma mudança de mentalidades: continuarem a responder às necessidades sociais, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada em que os apoios públicos são apenas uma das muitas fontes de financiamento possível.

Santa Maria da Feira sempre procurou desenvolver um trabalho de cooperação e de articulação entre todas as instituições existentes para que os problemas sociais mais emergentes fossem mais atenuados/minimizados, dispondo, na atualidade, de 53 IPSS.

As entidades parceiras da Rede Social Concelhia constituem-se em fóruns privilegiados para intensificar o diálogo e a cooperação entre as instituições, através do seu Conselho Local de Ação Social, à frente designado por CLAS, e dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, condição necessária ao efetivo funcionamento em rede, procurando sempre estratégias de intervenção local mais eficazes, mais rápidas e mais adequadas face às necessidades populacionais sentidas em cada um dos seus territórios.

Tabela 14: Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social de acordo com as suas Valências

Infância e Juventude						População Sénior				Deficiência			
Creche	Jardim Infância	Centro Atividades Tempos Livres	Centro Acolhimento Temporário	Lar Infância e Juventude	CAFAP	Centro de Dia	Centro de Convívio	Serviço Apoio Domiciliário	ERPI	Centro Atividades Ocupacionais	Fórum Socio-Ocupacional	Formação Profissional	Reabilitação
27	21	20	2	1	1	24	2	27	16	3	1	1	3

Fonte: Rede Social Concelhia

Relativamente à valência Infância e Juventude, as IPSS existentes que trabalham neste domínio conseguem dar resposta a 2 785 utentes, existindo, no entanto, uma lista de espera de 103 indivíduos (65 na Creche e 38 no Jardim de Infância).

Importa ainda referir que o concelho de Santa Maria da Feira, ao nível da População Sénior, embora tenha a frequentar as suas respostas 1 740 idosos, regista um elevado número de utentes em lista de espera nas Estruturas Residenciais para Idosos (575), o que reflete, uma vez mais, a situação demográfica marcada pelo envelhecimento e a necessidade de se intervir nesta valência.

Ao nível da área da deficiência, as 4 IPSS que desenvolvem este trabalho abrangem um total de 223 utentes, existindo uma lista de espera de 58 indivíduos.

Além das valências tipificadas e apresentadas na tabela acima, o Concelho dispõe ainda de 12 SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Argoncilhe, Escapães, Fiães, Lobão, Lourosa, Milheirós de Poiares, Mozelos, Paços de Brandão, Sanguedo, São João de Ver, Souto e Feira), 6 Gabinetes de Inserção Profissional (Santa Maria da Feira, Nogueira da Regedoura, Lobão, Santa Maria de Lamas, Lourosa e Paços de Brandão), 6 Cantinas Sociais (Arrifana, Mozelos, Rio Meão, Fornos, Sanguedo e Santa Maria de Lamas), 1 Unidade de Cuidados Continuados (Escapães), 1 Residência Partilhada (Lourosa) e 1 Centro Comunitário (Mozelos).

6. DIAGNÓSTICO DE PROBLEMÁTICAS DO CONCELHO

Tendo por base o diagnóstico social efetuado do Concelho de Santa Maria da Feira, ao nível da demografia, educação, saúde, alojamento e condições de habitação, economia e emprego, e instituições, serviços e respostas sociais concelhias, e a auscultação junto dos parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias no sentido de serem elencados os pontos fortes e as maiores dificuldades existentes no nosso Concelho, foi elaborada a matriz abaixo representada, tendo por base três grandes eixos de intervenção, orientadores de todo o caminho a ser percorrido neste instrumento estratégico de planeamento:

- Eixo 1: Intervenção junto de grupos vulneráveis (Coesão Social e Territorial)
- Eixo 2: Componentes do Desenvolvimento Sustentável (Segurança Ambiental)
- Eixo 3: Capacitação e Governança Partilhada

De salientar que, no quadro 1 estão elencadas as problemáticas identificadas como prioritárias pelos vários parceiros sociais, em resultados dos cinco encontros realizados no decorrer da elaboração do presente documento, numa lógica de participação e parceria, procurando que este seja também um documento apropriado por todos os parceiros, numa perspetiva mais global e reforçando o incentivo à iniciativa de todos em prol de um bem comum: a Coesão Social.

Neste ponto, procurámos igualmente fazer um enquadramento, em cada uma das problemáticas, de modo a existir um planeamento facilitador e promotor de desenvolvimento social sustentável concelhio, incorporando, para cada uma delas, as principais linhas orientadoras das ações de intervenção.

EIXO 1 - INTERVENÇÃO JUNTO DE GRUPOS VULNERÁVEIS (COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL)

- Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias
- População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social
- Crianças e jovens em risco
- Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade avançada e Jovens NEET
- População de Etnia Cigana
- Vítimas de violência doméstica e de género
- Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento
- Cuidadores informais
- Saúde Mental
- Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional
- Comportamentos aditivos e dependências
- Transportes e Acessibilidades

EIXO 2 - COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEGURANÇA AMBIENTAL)

- Problemas Ambientais
- Prevenção e Defesa da Floresta

EIXO 3 - CAPACITAÇÃO E GOVERNANÇA PARTILHADA

- Ausência de participação cívica e de Cidadania
- Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações
- Ausência de uma perspetiva de Desenvolvimento na intervenção social
- Excessiva dependência do Estado a todos os níveis
- Níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias
- Necessidade de uma avaliação sistémica e contínua das Ações do PDS

Quadro 1: Priorização das Problemáticas Sociais pelos Parceiros nas Reuniões Inter-Fóruns

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
<ul style="list-style-type: none"> • População sénior, em particular em situação de fragilidade social • Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade Avançada e Jovens NEET • Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento 	<ul style="list-style-type: none"> • População sénior, em particular em situação de fragilidade social • Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento • Crianças e Jovens em Risco 	<ul style="list-style-type: none"> • População sénior, em particular em situação de fragilidade social • Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade Avançada e Jovens NEET • Saúde Mental 	<ul style="list-style-type: none"> • População sénior, em particular em situação de fragilidade social • Saúde Mental • Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde Mental • População sénior, em particular em situação de fragilidade social • Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento

Legenda:

Grupo 1 – Fórum Social da União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; Fórum Social da União de Freguesias das Caldas de São Jorge e Pigeiros; Fórum Social da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; e Fórum Social de Sanguedo.

Grupo 2 – Fórum Social de Argoncilhe; Fórum Social de Fiães, Fórum Social de Mozelos; Fórum Social de Nogueira da Regedoura; Fórum Social de Paços de Brandão e Fórum Social de S. Paio de Oleiros;

Grupo 3 – Fórum Social de Lourosa; Fórum Social de Rio Meão; Fórum Social de S. João de Ver e Fórum Social de Santa Maria de Lamas;

Grupo 4 – Fórum Social de Fornos; Fórum Social da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; e Fórum Social da União de Freguesias de Souto e Mosteiró;

Grupo 5 – Fórum Social de Arrifana; Fórum Social de Escapães; Fórum Social de Milheirós de Poiares; e Fórum Social de Romariz.

EIXO 1 – INTERVENÇÃO JUNTO DE GRUPOS VULNERÁVEIS (COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL)

6.1.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias

Reportando-nos agora à análise da população portadora de deficiência e/ou com incapacidade residente no Concelho, de acordo com os Censos de 2001 existiam 6223 indivíduos portadores de deficiência, sendo que predominam os homens (3383) face às mulheres (2840) (54% e 46% respetivamente). Quanto aos tipos de deficiência foram agrupados em 5 categorias, a auditiva (12,1%), a visual (25,3%), a motora (24,6%), a mental (13,1%) e a de paralisia cerebral (2,8%). Com deficiências não especificadas faziam parte 21,9%.

Posteriormente, nos Censos de 2011 foi criada uma nova tipologia relativa ao tipo de dificuldade existente, ao nível da visão, da audição, da dificuldade em andar ou subir degraus, à memória ou concentração, a tomar banho ou a vestir-se sozinho, e ainda, da compreensão dos outros ou de se fazer compreender. Para cada um destes tipos de dificuldade/incapacidade, foi realizada a correspondência ao nível de “Não ter dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação”, “Ter muita dificuldade em efetuar a ação”, e ainda “Não conseguir efetuar a ação”.

Analisando a tabela abaixo representada, observamos que, das pessoas que não conseguem efetuar a ação, a capacidade de “tomar banho ou vestir-se sozinho” é a mais predominante, assumindo 1,1% relativamente ao universo global da população residente no concelho (139 312 habitantes). De seguida, existem 0,8% de indivíduos que não conseguem efetuar a ação correspondente à capacidade “memória ou concentração”. A capacidade auditiva é a menos representativa na população, uma vez que apenas 0,2% da população residente é que não consegue efetuar a ação.

Tabela 15: População residente com 5 anos ou mais segundo o tipo de dificuldades e por grau de dificuldade sentido

2011	Tipo de Dificuldade											
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou Concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	122 155	87,6%	127 185	91,2%	121 789	87,4%	124 950	89,6%	127 598	89,6%	127 812	91,7%
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	10 543	7,56%	5 528	3,9%	10 089	7,2%	6 842	4,9%	3 865	2,7%	4 358	3,1%
Não consegue efetuar a ação	251	0,2%	236	0,17%	1 071	0,7%	1 157	0,83%	1 486	1,06%	779	0,55%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Atendendo às respostas sociais que acompanham e apoiam esta população mais fragilizada, constatamos a existência de cinco IPSS's no Concelho, nomeadamente:

A) Casa Ozanam – Associação das Obras Sociais de S. Vicente Paulo - Inaugurada a 2 de julho de 2006, tem como objetivos gerais o desenvolvimento de um projeto que visa a integração social e a melhoria das condições de vida de pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos, procurando aumentar os seus níveis de participação e de ação comunitária. Assente em duas grandes áreas de intervenção, a doença mental e a deficiência, esta instituição tem em funcionamento as seguintes respostas:

- Espaço Ser – Fórum Socio-Ocupacional, com uma capacidade para 20 utentes e frequência de 19 pessoas, que se baseia no combate à exclusão do doente mental crónico, sendo um programa de reabilitação destinado a pessoas com problemas de Saúde Mental grave, em desvantagem psicossocial, transitória ou permanente;

- Centro de Atividades Ocupacionais, destinado a adultos com idade superior a 16 anos com deficiência grave ou profunda, temporária ou permanente, e com uma capacidade para 30 utentes e uma frequência de 30 utentes, existindo uma lista de espera de 13 indivíduos. Este centro pretende proporcionar a valorização pessoas destas pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, psicológico e social;

- Serviço de Porta Aberta, que foi o primeiro serviço disponibilizado por esta instituição, que procura informar todos os munícipes sobre os serviços por ela prestados e os recursos sociais existentes, detetando as reais necessidades da comunidade e encaminhando os mais desfavorecidos;

- Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados, que apoio ao nível de bens alimentares famílias da freguesia de S. João de Ver.

De referir ainda que, a Casa Ozonam solicitou parecer ao Núcleo Executivo da Rede Social para a criação de uma nova resposta social, a Residência de Apoio Moderado, para 16 utentes. Esta será uma resposta dirigida a pessoas com doença mental clinicamente estabilizadas com elevado grau de incapacidade psicossocial, impossibilitadas de serem tratadas no seu domicílio por ausência de suporte familiar ou social adequado.

B) CERCIFEIRA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL, que desenvolve um Centro de Atividades Ocupacionais, com os serviços de:

- Apoio Técnico Especializado;

- Prestação de Cuidados de Saúde, Alimentação e Transporte;

- Formação Profissional nas áreas de Carpintaria, Costura, Hotelaria, Hortofloricultura Jardinagem, Limpeza, Restauração e Serralharia;

- Escola de Ensino Especial destinada a alunos com deficiência motora, mental e multideficiência, desenvolvendo atividades de inclusão social (trabalho ocupacional, participação em atividades na comunidade), reabilitação motora (fisioterapia, natação, psimotricidade), atividades didáticas (com professora do ensino básico) e lúdicas (artesanato, boccia);

- Lar Residencial com os serviços de alojamento permanente ou temporário, alimentação, higiene pessoal, prestação de cuidados de saúde e apoio técnico especializado;

C) CERCILAMAS – Cooperativa de Educação e Reabilitação para a Comunidade Inclusiva, que dinamiza as seguintes respostas sociais:

- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), que dispõe dos serviços de psicologia, terapia ocupacional, terapia da fala e fisioterapia. A intervenção do CRI decorre por planos de ação anuais com cada um dos Agrupamentos Escolares, ao nível das áreas de intervenção de: apoio pedagógico-terapêutico às Unidades Especializadas; programas para as férias escolares dos alunos das Unidades Especializadas; apoio à implementação dos Planos Individuais de Transição e apoio terapêutico aos alunos de educação especial;

- Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), que promove a afirmação da cidadania ao nível da autonomia pessoal, adaptação social e contribuição produtiva;

- Centro de Formação Profissional (CFP), que desenvolve programas de formação profissional especial dirigidos aos jovens e adultos que, por dificuldades cognitivas ou outras, não obtiveram qualificação no ensino básico nem mostram expectativas de sucesso num curso profissional comum. O Centro dinamiza atualmente quatro cursos com leques alargados de saídas profissionais: Hotelaria, Produção Corticeira e Jardinagem.

D) APN – Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares, sediada no Porto, mas com uma delegação na freguesia de S. Paio de Oleiros, dinamiza um Centro de Atendimento e Acompanhamento Social e Serviço de Fisioterapia motora e respiratória em casa de pacientes com doença neuromuscular, e o Projeto Vida IN – projeto com a retaguarda de voluntários e colaboradores da APN, proporciona às pessoas com doenças neuromusculares a oportunidade de desfrutar de uma experiência de vida independente, sem a retaguarda dos seus cuidadores habituais nas instalações da “Casa da Sãozinha e do Manel”, localizada em Valadares;

E) AMICIS – Associação de Amigos por um Comunidade Inclusiva em Sanguedo, que dinamiza um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, serviço especializado que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais. Este centro assume como principais objetivos:

- Informar, orientar e encaminhar para os serviços e equipamentos sociais adequados a cada situação;

- Promover programas de reabilitação inclusivos com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais;

- Assegurar o acompanhamento do percurso de reabilitação social com vista à autonomia e capacidade de representação;

- Capacitar e apoiar as famílias, bem como os cuidadores informais.

Em face das problemáticas enunciadas e das respostas existentes, surge como opções estratégicas prioritárias as seguintes:

- 1) Aumento e alargamento das respostas já existentes, de forma a responder às procuras não satisfeitas e existentes;
- 2) Articulação de forma mais frequente entre os diferentes serviços e áreas pertinentes para uma plena integração destas pessoas (Economia, Educação, Emprego, Saúde e Segurança Social);
- 3) Criação de respostas inovadoras, nomeadamente que mobilizem a participação e a criatividade destas pessoas;
- 4) Aprofundamento de todas as vias de integração mais plena destas pessoas na sociedade em geral e nos seus diferentes grupos, para que não permaneçam em dinâmicas à parte.

6.1.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social

O envelhecimento da população é um dos principais fenómenos demográficos e sociais da sociedade portuguesa, constituindo-se como um dos problemas cruciais do século XXI. Fruto das alterações demográficas e do aumento da esperança média de vida registámos um aumento significativo da proporção de pessoas idosas na população total, impondo novos e diversos desafios aos indivíduos e à sociedade.

Neste contexto de fortes alterações demográficas, o concelho de Santa Maria da Feira não se revela ser uma exceção, ou seja, acompanha a tendência nacional de decréscimo da população jovem e aumento da sua população idosa.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis na base de dados PORDATA, em 15 anos, a proporção da população idosa residente aumentou 6,1%, passando de 11,1% em 2001 para 17,2% em 2016, sendo este envelhecimento da população um fenómeno feminizado (56,91% das pessoas idosas são mulheres).

Constatamos igualmente que, em 15 anos, o número de idosos residentes aumentou 6,1% (em 2016, 23 990 residentes no Concelho tinham 65 ou mais anos), sendo que o índice de envelhecimento mais do que duplicou (60,1% em 2001 e 129,0% em 2016).

Esta tendência crescente dos indicadores relativos à problemática do envelhecimento reflete-se ainda quando analisámos o índice de dependência¹⁷, que aumentou, em igual período temporal, 9,2%, passando de 15,8% em 2001 para 25,0% em 2016, e o índice de longevidade, que nos indica que, além do aumento do número de idosos, registamos também um aumento do número de idosos com idade mais avançada, ou seja, em 2016, 44,6% dos idosos tinham 75 ou mais anos, enquanto em 2001 essa percentagem situava-se nos 38,0%.

¹⁷ Número de menores de 15 anos e de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos).

Em termos do território concelhio, de acordo com os dados dos Censos de 2011, a freguesia de Arrifana é aquela que regista uma maior percentagem de população idosa em relação ao total da sua população (19,4%), logo seguida das freguesias de Paços de Brandão (17,9%), Romariz (16,9%) e Fiães (16,9%), o que vem contrariar a ideia prevalecente no senso comum de que as populações mais envelhecidas se localizam nas freguesias mais do interior e menos desenvolvidas.

Uma outra preocupação inerente a este progressivo envelhecimento da população concelhia prende-se com o crescente isolamento social desta população, na medida em que, segundo os dados dos Censos de 2011, 15,3% dos idosos do Concelho vivem sozinhos (3 132), sendo que destes 54,3% (1 702) têm 75 ou mais anos.

Mais recentemente, e de acordo com o levantamento do número de idosos que vivem sozinhos e sem retaguarda familiar, realizado pela Guarda Nacional Republicana, em 2015, existiam no Concelho de Santa Maria da Feira 193 idosos nesta situação, sendo de destacar que 71,5% destes têm uma idade igual ou superior a 75 anos. Este número, contudo, não é comprável com o dos Censos, na medida em que o critério é mais restritivo, ou seja, não é apenas o de viver sozinho, mas também o de não ter acompanhamento e retaguarda familiar.

De acordo ainda com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Planeamento e Estratégia do Instituto de Segurança Social, em janeiro de 2018, existia um total de 1 961 residentes no nosso Concelho beneficiários do Complemento Solidário para Idosos e, em dezembro de 2017, 691 pensionistas ativos no regime de Pensão Social de Invalidez (552) e de Velhice (139).

Importa ainda referir que o envelhecimento da população, fruto da existência de uma vida mais longa, não é sinónimo de aumento do tempo vivido com saúde e qualidade e, por isso, procura-se dinamizar o conceito de envelhecimento ativo, sendo este um processo contínuo que visa a integração progressiva dos idosos na sociedade e uma expectativa de vida saudável com autonomia, independência e com qualidade de vida.

Considerando o envelhecimento ativo um processo contínuo, com consequências em diversas áreas, a Organização Mundial de Saúde desenvolveu o projeto global Cidades Amigas das Pessoas Idosas, visando levar as cidades a tornarem-se mais amigas dos idosos de modo a beneficiarem do potencial que elas representam para a comunidade.

Refletindo o compromisso em responder às necessidades de envelhecimento da população, avaliar e monitorizar a convivialidade com a geração mais velha e trabalhar em colaboração com estas, o Município submeteu em 2017 candidatura à OMS para integrar a Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, tendo aderido formalmente em 8 de março de 2017 e integrando, desde essa data, uma plataforma global para partilha de informações, aprendizagem mútua e apoio.

Nesse sentido, importa desenvolver estratégias que tenham em conta pelo menos as seguintes vertentes:

- 1) Aproveitamento mais ativo dos saberes e dos conhecimentos dos seniores;

2) Promoção de segundas carreiras (remuneradas ou não, consoante os casos), em alguns casos a tempo parcial, que ainda mobilizem e aproveitem competências úteis para a sociedade, nomeadamente em tarefas comunitárias ou de utilidade pública;

3) Dinamização de atividades intergeracionais que aproximem crianças, jovens e seniores que, por vezes, têm tendência a não se complementarem nas suas curiosidades e riquezas;

4) Criação de processos de empreendedorismo intergeracional que, aproveitando intenções e sonhos de empreendedorismo jovens e de empreendedorismo sénior, conjuguem ideias e talentos para atividades inovadoras de geração de rendimentos e de novos tipos de lógicas económicas, como por exemplo no âmbito da economia social e solidária;

5) Melhor articulação entre os serviços pertinentes para uma abordagem mais integrada e eficaz das demências que normalmente acompanham algumas destas pessoas de forma a maximizar a sua qualidade de vida durante o maior número de anos possível;

6) Aumento e alargamento das respostas já existentes e promoção de respostas sociais inovadora, de forma a responder às procura não satisfeitas.

6.1.3. Crianças e Jovens em risco

O conceito de crianças e jovens em risco é um conceito extremamente complexo que, por isso, tem que ser analisado à luz de diferentes perspetivas: médica, psicológica, educativa, social e a de direito.

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei 147/99, com alterações impostas pela Lei 31/2003), “uma criança ou jovem em risco é aquela cujo bem-estar está comprometido ou ameaçado pondo em causa o seu desenvolvimento integral.”

O grande desafio que se coloca quando analisámos e abordamos esta problemática é o de saber a partir de que momento e qual o limite a ultrapassar para se poder dizer que se está ou não em perigo. Além disso, afirmar que uma criança e um jovem estão em situação de perigo é um pouco redutor, visto que integram diversos grupos (exemplo: indivíduos em risco de abandono escolar, em situação de abuso de droga, maternidade e/ou paternidade na adolescência, delinquência juvenil, abuso sexual, entre outros).

De forma a orientar o trabalho dos técnicos que trabalham diretamente com esta problemática, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens elenca algumas das situações que se enquadram no conceito de crianças e jovens em risco, sendo elas:

- Estar abandonada ou viver entregue a si própria;
- Sofrer maus tratos físicos ou psíquicos;
- Ser vítima de abusos sexuais;
- Não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;

- Ser obrigada a atividades ou trabalhos excessivos /inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Estar sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

Santa Maria da Feira dispõe de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que se define como sendo uma instituição não judiciária com autonomia funcional visando promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ do nosso Concelho desenvolve um trabalho com base em dois grandes Eixos: por um lado, a prevenção apostando na ação das entidades de primeira linha, demonstrando que esta é uma problemática que deve ser trabalhada e debatida em conjunto, e, por outro, a efetiva intervenção através da implementação das medidas legais de promoção e proteção das crianças e jovens.

Embora os dados existentes não nos permitam tecer muitas considerações acerca da problemática no sentido de avaliarmos a sua evolução, podemos referir que o número de casos rececionados (transitadas, reabertos, encaminhados por outras CPCJ's e novos processos) pela CPCJ de Santa Maria da Feira registou um aumento no último ano (738 entradas em 2015, 727 em 2016 e 801 entradas em 2017).

Em 2017, dos 801 processos rececionados, 371 referem-se a novos processos, 330 a processos transitados de 2016, 81 reabertos e 19 recebidos de outras Comissões. Tendo em conta a saída de 430 processos, a CPCJ de Santa Maria da Feira contabilizava 371 processos ativos, em dezembro de 2017.

Quanto às problemáticas mais sinalizadas, e de acordo com o número de casos registados, nos últimos anos, as que registam maior incidência são: a exposição a violência doméstica; a negligência; os comportamentos antissociais/indisciplina e outros; os consumos; o absentismo/abandono/insucesso escolar; a exposição a comportamentos/maus tratos; o abandono e outras situações de perigo.

Relativamente às respostas sociais destinadas ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em risco existem no Concelho dois Centros de Acolhimento Temporário: um no CASTIIS – Sanguedo, com uma capacidade para 20 crianças do sexo feminino, e outro no Centro Social de Santa Cruz - Irmãs Passionistas – Feira, com uma capacidade para 15 crianças. O período de permanência nestas respostas não deve ultrapassar os seis meses, acolhendo maioritariamente crianças na primeira infância e até à puberdade.

Estas respostas sociais, tidas como o último recurso existente para salvaguardar e acautelar os direitos das crianças e jovens em situações de risco quando todas as outras respostas fracassam, desempenham um papel fulcral no sentido de proteger os menores, estando responsáveis pela sua socialização primária, quando se verifica que a família não é capaz de o fazer, e pela construção de um projeto de vida futuro.

Existe ainda no Concelho um Lar de Infância e Juventude (Obra do Frei Gil – Lobão), que prevê o acolhimento de adolescentes e jovens adultos do sexo masculino com mais de 12 anos em situação de perigo, de duração superior a 6 meses. Este Lar de Infância e Juventude tem uma capacidade para acolher 30 adolescentes e jovens, tendo, à data, a frequência máxima.

O trabalho que se procura desenvolver junto das crianças e jovens institucionalizados é um trabalho com perspetivas de longo prazo no sentido de os dotar de todas as competências necessárias à prossecução do seu caminho após a desinstitucionalização, sendo este um dos grandes desafios.

De facto, constatamos que ainda não existem respostas sólidas quando se cessa a institucionalização desta população particularmente vulnerável, quando não existe uma retaguarda familiar.

Face a estas considerações, revela-se fundamental desenvolver estratégias que tenham em conta pelo menos as seguintes componentes:

1) Melhoria do trabalho de prevenção junto de famílias onde se possam detetar situações de risco ou de pré-risco, articulando com as informações e as possibilidades que decorrem de medidas, como por exemplo o RSI;

2) Aumento, se possível, do número de respostas às situações mais problemáticas;

3) Melhoria e reforço das respostas já existentes, tendo em conta os problemas e as insuficiências já detetadas;

4) Aprofundamento da articulação entre os serviços públicos e as instituições que trabalham nesta área, para que as respostas sejam mais rápidas, adequadas e integradas, nomeadamente tendo em conta os domínios da educação, saúde, apoio psicossocial e emprego (nos jovens em idade pré-laboral, com vista à sua autonomização);

5) Procura, tanto quanto possível, de situações que promovam o papel das famílias de acolhimento.

6.1.4. Desempregados Jovens, de longa duração, em Idade Avançada e Jovens NEET

A problemática do desemprego é bastante ampla e, por isso, de difícil definição. No entanto, podemos defini-la como o desequilíbrio, quantitativo e qualitativo, entre a procura e a oferta de mão-de-obra, o número de indivíduos pertencentes à população ativa que procuram um trabalho não remunerado e não o encontram.

Independentemente da sua definição, o desemprego é um fenómeno social que marca a realidade das sociedades contemporâneas e que despoleta um conjunto de impactos negativos ao nível individual, grupal ou social.

Por outro lado, é importante relacionar o desemprego com as situações de emprego precário, na medida em que o desemprego acaba por ser muitas vezes uma transição para empregos desse tipo,

o que provoca aquilo que poderíamos chamar de desemprego recorrente (conceito novo), mesmo que sejam trabalhos temporários.

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (fevereiro de 2018), a taxa de desemprego no concelho situa-se, atualmente, nos 7,4%, correspondendo a 5 221 indivíduos desempregados.

Apesar das evidentes melhorias registadas ao nível da redução da taxa de desemprego, pois, em 6 anos, o Concelho de Santa Maria da Feira reduziu em 7,5% a sua taxa de desemprego, ainda existe um longo caminho a percorrer no sentido da redução do desemprego jovem, do desemprego em idade avançada e da diminuição do número de jovens NEET.

Os jovens têm sido os mais afetados pelas constantes transformações no mercado de trabalho e pelas novas formas de organização das empresas, o que limita os seus projetos de vida, nomeadamente a saída de casa dos pais, o casamento e a constituição de famílias.

Cada vez mais os jovens sentem dificuldades em conseguir uma posição estabilizada no mercado de trabalho. O Concelho, apesar da redução nítida nos valores do desemprego jovem, não é exceção nesta problemática, dado que 27,1% dos seus desempregados (1 416 indivíduos) têm até 34 anos, ou seja, são desempregados jovens, sendo que, do total de desempregados (5 221), 8,3% encontram-se em situação de 1º emprego. Por isso, esta continua a ser uma das problemáticas mais identificadas pelos parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias.

Uma outra preocupação prende-se de igual forma com o número de desempregados em idade avançada, correspondente a 55 e mais anos, que, na atualidade, representam no nosso concelho 31,3% dos desempregados, ou seja, indivíduos que são considerados demasiado novos para serem beneficiários dos sistemas de reforma e proteção social e demasiado velhos para as exigências do mercado de trabalho.

Relativamente ao fenómeno dos Jovens NEET (jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação), segundo a estimativa aproximada resultante dos dados do Recenseamento de 2011, referidos anteriormente, poderão existir cerca de 720 jovens NEET.

Tendo desde sempre presente esta preocupação, o Concelho procurou desenvolver e dinamizar, em parceria com outras entidades, respostas que apoiassem este público-alvo. A este propósito é de referir o papel interventivo que a ALPE – Agência Local em Prol do Emprego tem desenvolvido, sendo que, em 2017, apoiou 127 pessoas no âmbito da criação de negócio; realizou 266 atendimentos e foram criados formalmente 22 negócios, o que significou 37 postos de trabalho. Foram ainda dinamizados 5 Pontos ALPE, localizados em Argoncilhe, Canedo, Fiães, São João de Ver e Souto, atendendo um total de 417 munícipes.

Esta entidade orientou ainda 397 pessoas, em 2017, para respostas de educação-formação, existindo um leque diversificado e variado de oferta de formação profissional, principalmente em articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga.

Neste domínio, é importante qualificar melhor as respostas relativas à empregabilidade jovem, propondo-se algumas pistas com esse objetivo:

- 1) Envolvimento mais ativo e empenhado das empresas, como corresponsáveis na resolução deste problema, numa perspetiva de governança partilhada, de forma a aumentar e a melhorar as ofertas de estágios e emprego para jovens NEET e para desempregados em idade avançada;
- 2) Hipótese de criação de um prémio de responsabilidade social para as melhores práticas empresariais neste domínio;
- 3) Maximização das possibilidades de emprego, que possam ser oferecidas pelas organizações de economia social e solidária;
- 4) Desenvolvimento de formas de apoio financeiro e técnico, em condições mais favoráveis, a iniciativas de empreendedorismo jovem, empreendedorismo intergeracional e empreendedorismo social e solidário, para criação individual ou coletiva do próprio emprego, aproveitando inclusive programas de apoio que já existam a nível nacional;
- 5) Alargamento do apoio à procura de emprego, em áreas como o conhecimento dos direitos do trabalhador e em tempo de acompanhamento para além do momento de acesso a um posto de trabalho, para melhor defesa do trabalhador na conquista de um “trabalho digno” (conceito da OIT) e para não se sentir tão desacompanhado nos primeiros tempos do seu novo trabalho;
- 6) Melhor articulação entre todos os serviços públicos e instituições, parceiros da Rede Social, na resposta e acompanhamento a estas situações.

6.1.5. População de Etnia Cigana

Considerada uma comunidade com uma cultura e costumes muito próprios, a população de etnia cigana, durante muito tempo, e ainda no atual, foi alvo de incompreensões e de uma invisibilidade social, que dura há cerca de 500 anos, e que aos poucos se vai esbatendo. No entanto, ainda não se conseguiu quebrar definitivamente o ciclo vicioso existente, no sentido em que as barreiras à sua inclusão impedem as comunidades ciganas de saírem das situações de vulnerabilidade e exclusão social em que se encontram.

Desta forma, é necessário criar condições adequadas para que a participação destas comunidades na sociedade se concretize em igualdade da restante população e definir ações específicas, integradas e eficientes para combater as desigualdades estruturais existentes.

Na atualidade existem ainda Comunidades Ciganas que vivem ainda em precárias condições de habitação, são detentoras de baixas qualificações escolares e profissionais e são confrontadas com a dificuldade de acesso à maioria dos bens e serviços, enfrentando, por isso, processos nos quais se desenvolvem estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias que culminam na constituição de barreiras à sua inclusão social.

No Concelho, as comunidades ciganas representam uma percentagem muito residual, uma vez que existem três comunidades de população de etnia cigana abrangendo um universo de 52 famílias, residentes em habitações precárias próprias. Na freguesia de Sanguedo, no Acampamento da

Baralha, residem 19 famílias compostas por 34 homens e 34 mulheres, em habitações próprias, de construção abarracada ou em barracas, inacabadas e em condições precárias, predominando soluções de alvenaria de tijolo, madeira, painéis metálicos, entre outros materiais degradáveis, sem todas as infraestruturas básicas, com disfunções construtivas/arquitetónicas e insuficientes para o número de pessoas residentes. Em Castanheira, Sanguedo, existem 7 famílias, residentes em habitações próprias, de construção abarracada ou em barraca; e no lugar de Quinxoso, também em Sanguedo, existem 7 famílias residentes em casa degradadas em regime de arrendamento privado. O Concelho tem ainda 4 famílias residentes em habitação de construção abarracada, no lugar de Espinheira, na freguesia de Milheirós de Poiares.

Tabela 16: Tipologia das Famílias das Comunidades Ciganas

Tipologia das Famílias							
Território	Alargada	Avó com Netos	Unipessoal	Monoparental	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Total
Sanguedo – Baralha	0	0	1	0	15	3	19
Sanguedo – Castanheira	0	0	0	0	6	1	7
Sanguedo – Arrendamento Privado	0	0	1	0	0	0	1
Fiães (Mário Castro)	1	0	0	0	0	0	1
Fiães – Ferradal	1	0	0	0	0	0	1
Milheirós de Poiares – Espinheira	0	0	0	0	0	4	4
Total	2	0	2	0	21	8	33

Fonte: Questionário efetuado no âmbito da candidatura do Município ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano – 2016

Tabela 17: Regime de Propriedade de Habitação das Comunidades Ciganas

Regime Propriedade Habitação							
Território	Própria		Arrendamento Mercado Informal		Arrendamento Mercado Formal		Total
	Construção Abarracada	Barraca	Barraco	Casa Degradada	Casa Independente	Andar Moradia	
Sanguedo – Baralha	19		0	0	0	0	19
Sanguedo – Castanheira	7		0	0	0	0	7
Sanguedo – Arrendamento Privado	0	0	0	7	0	0	7
Fiães (Mário Castro)	0	0	1	0	6	2	9
Fiães – Ferradal	0	0	0	0	1	0	1
Milheirós de Poiares – Espinheira	4	0	0	0	0	0	4
Total	30		1	7	7	2	47

Fonte: Questionário efetuado no âmbito da candidatura do Município ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano - 2016

Analisando as principais vulnerabilidades destes grupos da etnia cigana são a baixa qualificação profissional, o abandono precoce da escola, o desemprego, as habitações degradadas ou abarracadas onde algumas comunidades ainda residem, e a ausência de infraestruturas, sem água e saneamento básico, o que origina frequentemente doenças de foro dermatológico (psoríase, atópicos), cardiovascular, respiratório, estomatológico (com maior incidência na população adulta) e doenças decorrentes da consanguinidade.

Sendo uma problemática com uma história muito antiga, as respostas neste domínio exigem tempo e persistência e, provavelmente, demorarão gerações a darem resultados visíveis. Nesse sentido, é importante iniciar processos de mudança, que precisam de ser considerados a longo prazo, entre os quais sugerem-se os seguintes:

1) Aprofundamento do conhecimento efetivo da história, das estórias, dos valores e das identidades próprias desta etnia, procurando sistematiza-los e divulga-los;

- 2) Aproveitamento desses valores e expressões culturais próprios para a sua valorização junto da sociedade maioritária, nomeadamente enriquecendo os programas escolares (nas escolas onde haja crianças desta etnia) e os eventos comunitários onde essas expressões possam fazer sentido (por exemplo ao nível dos contos, das músicas e das danças);
- 3) Acolhimento no Concelho das experiências de mediação intercultural, cujos resultados positivos já foram evidenciados em vários projetos de localidades no território nacional;
- 4) Desenvolvimento de projetos específicos focados nesta comunidade, que potenciem os seus conhecimentos e talentos, mobilizem a sua participação e qualifiquem as suas oportunidades de integração social, como por exemplo o Projeto MIDAS, alargando, eventualmente, a sua lógica a outras situações;
- 5) Melhoria das condições habitacionais, de forma sistemática e generalizada, quer através do apoio à autoconstrução melhorada (como o projeto MIDAS prevê), quer através de processos de realojamento em habitação social;
- 6) Apoio à empregabilidade (emprego por conta de outrem) e empreendedorismo cigano (criação do próprio emprego ou melhoria do seu negócio), aproveitando e reforçando as suas competências e talentos e tornando mais viáveis as suas atividades económicas junto da sociedade maioritária.

6.1.6. Vítimas de violência doméstica e de género

O conceito de violência, enquanto produção e representação social, tem uma origem e uma função social presentes em todas as sociedades ao longo do tempo, devendo ser entendido como um conceito dinâmico.

Não existindo uma única forma de o definir, um ato é considerado como violento a partir do momento em que alguém o classifica como tal, quer seja a vítima, o agressor ou a própria sociedade em que estão inseridos.

A violência doméstica e de género não é um problema recente, mas o aprofundamento do seu conhecimento começou a ganhar visibilidade apenas nos anos 70. O Conselho da Europa atualmente refere que este problema, que deixou de estar sob o olhar cúmplice de todos e extrapolou as barreiras do seio familiar, prejudica a paz, a segurança e a própria democracia, devendo ser, por isso, considerada uma área crítica e prioritária de intervenção.

Ciente de todas as implicações sociais e do crescimento exponencial que esta problemática tem conhecido nos últimos anos, com o número de vítimas a aumentar, Portugal, desde os anos 90, tem apostado numa intervenção sistematizada para proteção destas vítimas, começando a definir políticas públicas de forma estruturada, sendo disso exemplo os Planos Nacionais Contra a Violência.

Reconhecendo a importância deste fenómeno ao nível comportamental e social, o Concelho de Santa Maria da Feira tem vindo a demonstrar a sua preocupação para com o mesmo, tendo, desde 2006, em funcionamento um gabinete de intervenção na violência doméstica, o **Espaço Trevo**, que surgiu

como resposta a um conjunto de necessidades, diagnosticadas no concelho no que se refere a situações de violência doméstica.

Atualmente integrado enquanto ação do Projeto Direitos & Desafios – Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), este espaço assenta a sua intervenção nas linhas orientadoras dos Planos Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género desenvolvidos até à data e irá prosseguir o seu trabalho de acordo com as diretrizes da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual, de acordo com o Plano Nacional de Ação e Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (PNAVMVD).

O Espaço Trevo disponibiliza apoio psicológico e psicossocial, intervenção na crise, apoio informacional e apoio jurídico a homens e mulheres vítimas de violência doméstica (crianças, adultos/as e idosos/as) e realiza encaminhamento social, de acordo com as necessidades e particularidades de cada situação.

Desde início de 2006 até ao final 2017, o Espaço Trevo apoiou um total de 1429 situações, sendo que 932 são apoios prestados a vítimas (889 sexo feminino, 43 sexo masculino), 273 a agressores/as (21 sexo feminino; 252 sexo masculino), 175 a familiares das situações de violência doméstica (99 sexo feminino; 76 sexo masculino), 47 outro tipo de atendimento (36 feminino; 11 masculino) e 2 crimes sexuais (2 sexo masculino).

Desde final do ano 2015, e em parceria com o Departamento de Investigação e Ação Penal de Aveiro – Secções de Santa Maria da Feira, o Espaço trevo dinamiza o Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV), numa lógica de concertação dos recursos existentes para as vítimas dos crimes de Violência Doméstica, Maus Tratos e Crimes Contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual nos territórios de intervenção de Santa Maria da Feira, de São João da Madeira, de Oliveira de Azeméis, de Vale de Cambra, de Arouca, de Castelo de Paiva e de Espinho).

Ao longo dos 12 anos de funcionamento, o Espaço Trevo tem vindo a dirigir esforços de atuação também na vertente preventiva e de sensibilização com atividades direcionadas para a comunidade em geral e em contexto escolar e ainda desenvolvendo formação dirigida a públicos-alvo estratégicos, reconhecendo o longo caminho que ainda necessita de ser percorrido.

Neste âmbito, urge melhorar as respostas, em particular nos seguintes aspetos:

- 1) Melhoria das estratégias de sensibilização e formação sobre esta problemática para a sociedade em geral, por forma a maximizar a prevenção destas situações e a dar-lhes resposta logo que ocorram;
- 2) Aprofundamento do conhecimento destas situações e das suas causas e contextos de ocorrência;
- 3) Desenvolvimento de respostas mais eficazes e integradas ao nível psicológico, social e de enquadramento económico;

4) Melhor articulação entre os parceiros da Rede Social pertinentes neste domínio (educação, emprego, ordem e segurança, saúde e segurança social), com vista a um conhecimento mais completo e precoce e a intervenções mais integradas.

6.1.7. Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento

A crise económica que o nosso país viveu, e sobre a qual o concelho de Santa Maria da Feira não ficou excluído, teve um forte impacto na vida dos indivíduos, na medida em que provocou a deterioração do mercado de trabalho e das condições de emprego, causando elevadas taxas de desemprego, que se refletiram no rendimento das famílias.

Aliado a este facto está igualmente o desemprego de longa duração e os fracos sistemas de proteção social que corresponderam a uma diminuição considerável no rendimento disponível dos agregados familiares, causando-lhes sérias dificuldades económicas e, em alguns casos, situações de verdadeira pobreza.

Note-se que, segundo os dados do INE, o índice de poder de compra¹⁸ do Concelho vinha a melhorar por comparação com o Continente (60,7% em 1993; 79,0% em 2002; 79,4% em 2007). Contudo, a informação existente para 2009 (76,9%), ano em que os efeitos da crise económica já se manifestaram, ao verificar-se uma diminuição do índice do concelho, isso significa que a crise foi aí mais acentuada do que a média no Continente, continuando a existir várias situações de pessoas e famílias com dificuldades económica e/ou sobre-endividadas, com particular destaque para as famílias unipessoais ou isoladas e as famílias monoparentais.

Segundo os dados dos Censos de 2011, residem no Concelho 48 963 famílias, sendo que, deste universo, 6 529 (13,3%) são famílias unipessoais ou isoladas e 4 619 são famílias monoparentais (9,4%). De salientar ainda que, 86,7% das famílias monoparentais existentes são compostas por mães com os filhos.

De forma a responder às necessidades económicas e sociais emergentes, em consequência da crise económico-financeira que o País sofreu a partir de 2009, o Município desenvolveu programas específicos de apoio a estas situações de maior vulnerabilidade:

- **Programa Concelho Solidário - Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos:** apoiou 49 famílias, em 2017, num total de 68 apoios nas seguintes vertentes: despesas de arrendamento – 38; despesas domésticas (água, luz, etc.) – 11; despesas de saúde – 10; prestações de habitação – 8 e despesas de educação – 1. Em 2016 e 2017, a verba destinada ao Programa Concelho Solidário foi distribuída da seguinte forma: 9,6% para despesas de saúde; 66% para despesas com rendas e prestação de habitação e 24,7% para pagamento a despesas domésticas (alimentação, água, luz).

¹⁸ Índice que traduz o poder de compra em termos *per capita*.

- **Rede Solidária de Restaurantes e Padarias:** envolvendo 21 restaurantes e 4 padarias, apoiou 152 munícipes em 2017, num total de 2 249 refeições (em 2016, tinha apoiado 155, com 2 196 refeições). Por outro lado, as 4 padarias solidárias disponibilizaram mensalmente 150 pães.

- **Mercado da Solidariedade:** com o envolvimento de 13 instituições intermediárias, este Mercado apoiou, 441 famílias em 2017, através da atribuição de 742 cabazes alimentares.

Além destas respostas municipais, refiram-se ainda as medidas desenvolvidas pelos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, no âmbito da sua atuação local, dirigidas a famílias vulneráveis socio economicamente, nomeadamente as beneficiárias de RSI ou de Ação Social, tentando promover a sua capacitação e autonomização por um lado, e dignificando os apoios recebidos, por outro.

Nesta lógica de intervenção procedeu-se à criação e dinamização de quatro **Mercearias Sociais**, que visam adequar a resposta alimentar às necessidades das famílias, facilitando o acesso aos bens alimentares; duas **Hortas Sociais**, com 26 talhões no total, numa lógica de complementaridade de subsistência alimentar das famílias; e uma **Loja Social**, facilitadora do acesso a bens como vestuário, calçado, puericultura, têxteis-lar e pequenos eletrodomésticos.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Planeamento e Estratégia do Instituto de Segurança Social, em 2017, existiam 2 641 beneficiários de RSI (1,9%) com processamento, residentes no Concelho, num total de 1 353 agregados familiares (2,8%).

Quanto a esta problemática, para lhe fazer face podem ser importantes as seguintes propostas:

- 1) Continuação e reforço das respostas solidárias anteriormente referidas;
- 2) Mobilização mais alargada dos parceiros da Rede Social, em particular ampliando-os às empresas e às entidades bancárias, numa perspetiva de governança partilhada, que permitam amenizar as situações mais dramáticas que ainda existem;
- 3) Realização de ações de formação em gestão doméstica para famílias envolvidas nestas situações, nomeadamente para os beneficiários do RSI;
- 4) Envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias na identificação de situações ainda ocultas e na procura de respostas solidárias de proximidade

6.1.8. Cuidadores Informais

O cuidador informal é todo o cidadão que tomou sobre si o dever e a responsabilidade de cuidado de outra pessoa, ou seja, é a pessoa que assume como função a assistência a uma outra pessoa que, por razões diferenciadas, sofre de uma incapacidade que não lhe permite cumprir, sozinha, todos os atos necessários à sua existência.

Em resultado do envelhecimento demográfico e da dependência subjacente a esse envelhecimento, cada vez mais se fala na problemática dos cuidadores informais, na medida em que estes são um dos fatores de sustentabilidade dos sistemas sociais e de saúde.

Contudo, o conceito de cuidador informal é muito mais complexo do que o simples cuidar, pois este dá resposta às necessidades de vida de uma pessoa de alguma forma dependente, o que requer e exige um esforço, não só físico, como emocional e cognitivo.

O cuidador informal quando assume a responsabilidade de cuidar de alguém sabe que tal exigirá uma readaptação e articulação das suas atividades sociais e profissionais, exigindo de si um esforço suplementar. Por isso, cada vez mais existe a preocupação para com o bem-estar físico e psicológico dos cuidadores informais, que são o elemento-chave de apoio à pessoa dependente, sendo que através deles é possível cuidar os dependentes em contexto familiar.

No entanto, denota-se uma insuficiente resposta de apoio para com os cuidadores informais, que sofrem cada vez mais de stress, de ansiedade e de depressão, em resultado do enorme esforço físico que fazem diariamente e da ausência de períodos de descanso.

Consciente desta necessidade e do papel cada vez mais importante do cuidador informal, o Concelho de Santa Maria da Feira, em 2009, em parceria com o CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, e a UNIFAI – ISCBAS.UP¹⁹, lançaram o Projeto Cuidar de Quem Cuida, projeto que, através de um programa psicoeducativo, da formação e criação de bolsas de cuidadores formais e voluntários de apoio, este programa procurou ser uma resposta específica ao cuidador informal de pessoas com doença de Alzheimer, tendo, hoje uma abrangência ao nível da Região de Entre Douro e Vouga e da Área Metropolitana do Porto e sendo reconhecido como um programa inovador e uma excelente prática.

A nível concelhio, o Projeto Cuidar de Quem Cuida concretiza-se através do seu Gabinete de Apoio ao Cuidador, promovido pela Liga dos Amigos do Hospital de São Sebastião, tendo efetuado em 2017 apoio a 20 cuidadores informais, ao nível jurídico, psicológico e social, e dinamizado o Programa Psicoeducativo destinado a cuidadores informais de pessoas com demência de *Alzheimer*, em parceria com o Agrupamento dos Centros de Saúde Feira/Arouca.

Neste domínio, seria importante definir linhas de resposta que cubram as seguintes vertentes:

- 1) Organização de sessões de formação para os cuidadores informais, que os preparem para as responsabilidades e as exigências e bom desempenho da sua ação;
- 2) Garantia da sua permanente relação com as instituições que trabalham nesta área para que o trabalho seja convergente nas suas lógicas e finalidades;
- 3) Organização de encontros, seminários ou workshop's sobre o tema dos Cuidados Informais para aprofundamento das suas implicações e reconhecimento institucional;

¹⁹ Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – Universidade do Porto

- 4) Criação de uma Rede de Cuidadores Informais que possam organizar estas respostas e partilhar experiências, apoiando-se mutuamente;
- 5) Incentivo à existência de uma retaguarda de serviços públicos e instituições, no âmbito dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, que apoiem e incentivem os cuidadores informais.

6.1.9. Saúde Mental

De uma forma geral, podemos afirmar que a Saúde Mental é o termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de doença mental. Significa equilíbrio físico, mental, social e espiritual do Ser Humano, fulcral para a construção de uma sociedade saudável, inclusiva e produtiva. É uma parte integrante da saúde e um fator determinante para a coesão social, o progresso económico e o desenvolvimento sustentável.

A problemática da Saúde Mental, ao longo dos anos, foi perspetivada de formas muito diversas, reconhecendo-se, hoje, que não se esgota na ansiedade nem na depressão e não é apenas a prevenção e o tratamento da doença mental, abarcando também as implicações dos comportamentos aditivos relativos à toxicodependência e ao alcoolismo bem como as diversas formas de demência nas várias idades. Por isso, envolve todos os setores da sociedade que afetam o bem-estar social, a todos os níveis etários.

Portugal é o país da Europa com maior prevalência de doenças mentais na população adulta. Segundo dados do Plano Nacional para a Saúde Mental de 2017, em 2016, 1 em cada 5 portugueses sofrem de uma doença psiquiátrica, sendo que uma percentagem importante de pessoas com doenças mentais graves permanece sem acesso a cuidados de saúde mental.

O Concelho de Santa Maria da Feira acompanha, a este nível, a tendência nacional, no sentido em que se verifica um hiato entre as necessidades de cuidados aos indivíduos portadores de doença mental e a oferta de respostas por parte dos serviços locais, denotando-se uma carência de respostas adequadas para pessoas com doença psiquiátrica grave.

Note-se que esta é uma problemática que foi assinalada insistentemente por vários dos parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias. Além do mais, as respostas existentes são normalmente parcelares, ou seja, ao nível médico e psiquiátrico, por um lado, e ao nível social, por outro, sem haver uma perspetiva integrada do problema e das soluções.

Não existindo dados globais, e sendo o Serviço de Psiquiatria recente no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga – E.P.E., de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, constata-se um aumento contínuo, nos últimos 4 anos, do número de consultas efetuadas no serviço de psiquiatria. Em 2013 foram realizadas 2 463 consultas e em 2016 registaram-se 3 028 consultas, correspondendo a 1,41% do total de consultas realizadas no Centro Hospitalar.

Em 2016, trabalhavam no serviço de psiquiatria 4 médicos, o que corresponde a uma média de 757 consultas por médico (Fonte: CHEDV). No Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga

1 Feira/Arouca, trabalhavam 3 psicólogos, em 2016, com capacidade para consultas a 600 pessoas/ano (Fonte: ACES).

Tratando-se de uma problemática preocupante e nova na perceção dos serviços, uma vez que configura uma fragilidade que conduz a uma exclusão psicossocial, e não meramente social, é necessário criar respostas inovadoras que tenham em conta os seguintes aspetos:

- 1) Realização de diagnósticos integrados, que situem o percurso e o contexto destas situações, de forma a obterem uma compreensão sistémica das mesmas;
- 2) Criação de respostas integradas, que tenham em conta as diferentes dimensões que estas situações envolvem;
- 3) Articulação persistente entre os serviços públicos e instituições que interferem neste domínio, de maneira a se atingirem as respostas integradas anteriormente referidas;
- 4) Envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias na procura de soluções de proximidade, que também envolvam a comunidade;
- 5) Preocupação de apoio às famílias onde estas situações ocorrem.

6.1.10. Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional

A habitação é uma questão intrínseca a toda e qualquer realidade social, sendo um aspeto transversal a todos os países e central para o seu desenvolvimento económico. Portugal caracteriza-se, em termos habitacionais, por um forte acesso à propriedade com encargos de crédito por parte das famílias, sendo que uma grande parte das suas despesas recaem sobre a habitação; por dificuldades no acesso ao mercado de arrendamento e por um forte investimento em construção nova em detrimento da reabilitação.

A oferta de habitação pode ser determinada pelo ritmo de construção, estando condicionada a meios de financiamento e a programas desenvolvidos, sendo estes fulcrais para garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura.

Atualmente, a falta de casa e as deficientes condições de habitabilidade desempenham um papel relevante nas preocupações das famílias e das autarquias, que, fruto da sua relação de proximidade com os cidadãos e com os territórios, conseguem ter uma noção mais precisa dos desafios e dos próprios recursos existentes e necessários.

Nos últimos 18 anos, ao nível autárquico, a política habitacional pautou-se pela disponibilização de uma oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis e carenciados, importando referir que, a este nível, o Município dispõe de um Parque Habitacional composto por 21 Empreendimentos Sociais, num total de 773 frações habitacionais e 2000 residentes.

Todavia, por força do envelhecimento populacional e do aumento da pobreza, do número de agregados familiares monoparentais e das famílias que, por causa da crise financeira, não conseguiram cumprir as suas obrigações, em termos de crédito habitacional, o modelo da oferta pública revela-se

hoje completamente desajustado, sendo, por isso, necessário repensar o mercado habitacional e as soluções a serem encontradas.

Assim, e em linha com as novas estratégias nacionais para as políticas de habitação, o Município tem como objetivos dar resposta às famílias que vivem em situações de grave carência habitacional e garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado privado, uma vez que existem os seguintes problemas: rendas elevadas e elevados custos de habitação, face à situação económica das famílias; degradação da habitação e habitação sem adequadas condições de habitabilidade; dificuldades de apoio/integração social nos grandes aglomerados, ausência de habitação adequada às famílias isoladas e aos casos de mobilidade reduzida; e falta de estruturas de proximidade, para mediação de conflitos e negociação.

De acordo com o estudo efetuado pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, apresentado em fevereiro de 2018, no Concelho de Santa Maria da Feira residiam 121 famílias com necessidades de realojamento, mencionando como solução a construção de novas habitações em virtude de existirem situações de casas em más condições.

O arrendamento e a reabilitação são as respostas apontadas como necessárias para resolver os atuais desafios da habitação, defendendo-se que a aposta deve-se centrar na contenção da construção nova e nos apoios à reabilitação e reutilização dos recursos edificados existentes, e na promoção de uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços acessíveis numa lógica de revitalização do mercado de arrendamento, que se pretende mais competitivo.

No que se refere a esta problemática, e numa perspetiva social, pode-se definir algumas linhas de atuação:

- 1) Promoção de uma nova geração de políticas de habitação social a nível local, que tenham em conta as novas necessidades de apoio decorrentes da crise económico-financeira recente;
- 2) Aposta autárquica na reabilitação das habitações que se encontrem em condições degradadas;
- 3) Incentivo, por parte do município, à existência de ofertas de arrendamento a preços acessíveis para a população em geral;
- 4) Eventual apoio a projetos de autoconstrução para grupos ou comunidades em que tal faça sentido (como no caso das comunidades ciganas).

6.1.11. Comportamentos Aditivos e Dependências

De acordo com o Relatório da Rede de Referenciação de Riscos e Minimização de Danos, a magnitude dos problemas ligados aos Comportamentos Aditivos e Dependências, na sua definição, mais abrangente, baseada na evidência científica, representa um problema de saúde pública, em todo o mundo.

Os Comportamentos Aditivos e Dependências são fenómenos que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo, tendencialmente de evolução crónica, sujeitos a períodos de recaídas e de remissão associando-se, muito frequentemente, a outras patologias físicas e/ou psíquicas e a riscos e danos variados.

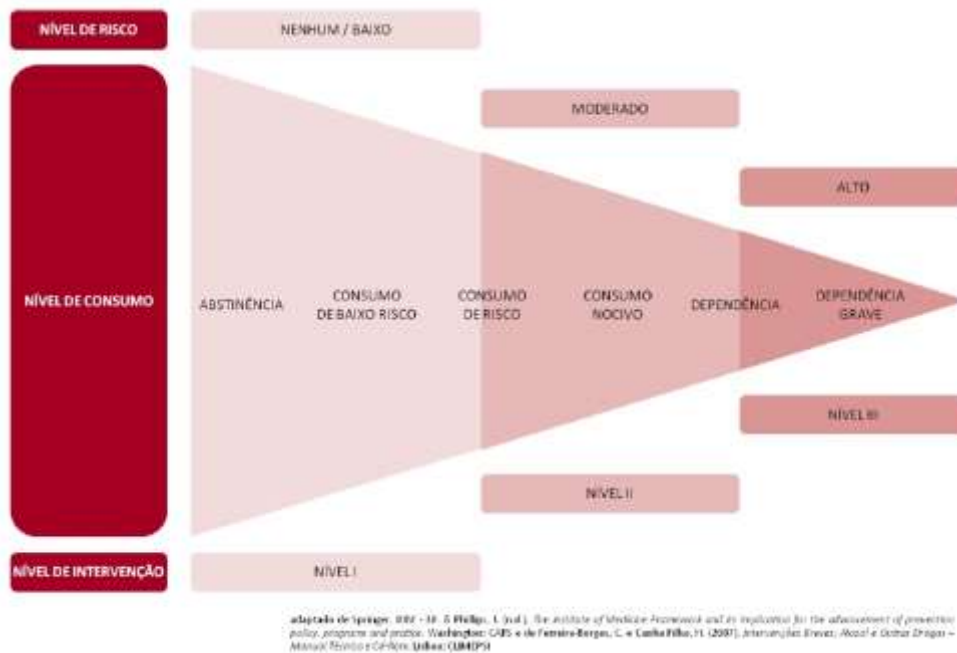
Segundo a Organização Mundial de Saúde, a adição de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas), significa consumo repetido de uma ou várias substâncias psicoativas, em que o consumidor/adito fica periódica ou permanentemente intoxicado, apresenta compulsão para o consumo e grande dificuldade para o interromper ou alterar voluntariamente.

Por outro lado, os comportamentos aditivos também se denominam como “processos de adição”, com características impulsivas-compulsivas em relação ao jogo, internet, relações sexuais, compras, etc. envolvendo também um potencial de prazer. A continuidade e a perseverança deste tipo de comportamento, coexistindo com outros fatores neurobiológicos, psicológicos, genéticos e ambientais, poderá evoluir para o ciclo de adição.

De acordo com o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral – Portugal 2016/2017 – Relatório Final, o álcool é a “substância psicoativa com maiores prevalências de consumo experimental (ao longo da vida) entre a população geral em Portugal com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, oscilando entre um mínimo de 73,6% (registado em 2012) e um máximo de 86,3%”. A segunda substância psicoativa mais consumida, a nível nacional, é o tabaco, que regista “prevalências entre os 40% (em 2001) e os 49% (em 2007 e 2016/17)”. Quanto ao consumo de medicamentos (sedativos, tranquilizantes e/ou hipnóticos) existe, de acordo com o Inquérito mencionado, uma descida nas “prevalências do consumo ao longo da vida entre 2001 (22,5%) e 2007 (19,1%), estabilização entre 2007 e 2012 (20,4%), e nova descida entre 2012 e 2016/17 (12%)”.

O quadro abaixo representado ilustra a articulação entre o nível de risco nos consumos e o tipo de dependência dos consumos.

Figura 1: Nível de risco nos consumos e o tipo de dependência dos consumos



Fonte: Rede de Referência/Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências - 2013

Um outro fenómeno atual das sociedades contemporâneas é a progressiva dependência face aos jogos digitais e à internet, sobretudo mais visível nas camadas mais jovens.

Face a esta problemática, as respostas de intervenção deverão ser pensadas numa lógica de envolvimento e articulação das diversas entidades locais e supramunicipais, seguindo as orientações expressas no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das dependências 2013-2020, ao nível das Áreas:

- Prevenção - dirigida a grupos populacionais específicos, nomeadamente, as crianças e jovens em risco e famílias mais vulneráveis;
- Reinserção – enquadrada em iniciativas de mediação social, socio ocupacional e profissional que apoiem a inserção dos indivíduos;
- Redução de Riscos e Minimização de Danos – de acordo com a tipificação legal da Rede RRMD, desde 2001, existem as seguintes estruturas e programas: Gabinetes de apoio a toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar; Centros de acolhimento; Centros de abrigo; Pontos de contacto e de informação; Espaços móveis de prevenção de doenças infecciosas; Programas de substituição em baixo limiar de exigência; Programas de troca de seringas; Equipas de rua; e Programas para consumo vigiado.

As respostas existentes no Concelho de Santa Maria da Feira que trabalham ao nível dos comportamentos aditivos e dependências estão enquadradas no Plano Municipal de Prevenção das Dependências:

- Núcleo Prevenir – é o Núcleo Operativo do Plano Municipal de Prevenção das Dependências que proporciona apoio técnico às instituições concelhias, disponibilizando serviço de consultoria, formação e ações de sensibilização, e visa a implementação de projetos de intervenção ao nível da prevenção adequadas às necessidades da população, promovendo a sua inclusão social e criando alternativas positivas para um estilo de vida saudável. Tem como objetivos principais: sensibilizar a comunidade para a problemática do consumo/tráfico de drogas; desenvolver conhecimentos/competências sobre as temáticas das toxicodependências e da prevenção; desenvolver estratégias preventivas em articulação com instituições concelhias; e promover competências pessoais, sociais, parentais e institucionais. O Núcleo Prevenir desenvolve a sua intervenção com a parceria da FapFeira – Federação da Associação de Encarregados de Educação, dos Agrupamentos Escolares Concelhios, da Ser Mais Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, do Gabinete de Juventude e Desporto, da Unidade de Saúde Pública do ACES Entre Douro e Vouga I, da Escola Segura (PSP e GNR) e do Centro de Resposta Integradas do Porto Central - Unidade de Intervenção Local que integra o Território de Santa Maria da Feira.

- Espaço OK - Consulta de Jovens é um projeto promovido pelo Município de Santa Maria da Feira, pelo CRI do Porto Central do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT, IP), pela Associação Pelo Prazer de Viver – Saúde, Cultura e Vida (APPV) e a Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira (AARSMF), no âmbito do Programa de Respostas Integradas não-financiado (PRI) de Santa Maria da Feira. Este projeto apresenta-se como uma resposta e apoio, orientação e aconselhamento para jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos e as suas famílias, professores ou outros significativos, intervindo assim ao nível da prevenção desenvolvida numa lógica de diagnóstico e intervenção precoce, no início dos consumos de substâncias psicoativas ilícitas e/ou lícitas;

- Ponto P – é uma iniciativa de prevenção e redução de comportamentos de risco nas áreas da sexualidade e no consumo de substâncias, promovendo estilos de vida saudáveis. Resulta da conjugação de esforços de várias instituições locais, nomeadamente através da intervenção articulada nos principais eventos recreativos e de diversão que vão acontecendo ao longo do ano com ampla participação dos jovens do concelho. Dinamiza também anualmente uma Mostra de Talentos Ponto P para reforçar a aproximação ao seu público-alvo, jovens frequentadores da noite, através dos seus interesses musicais e culturais assentes no contexto recreativo noturno.

No âmbito da problemática do Alcoolismo, existe no Concelho a Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira – *Ser + Pessoa*, que ao nível do acompanhamento em Alcoologia presta diversos serviços, como: Encaminhamentos/Sinalização de pessoas diagnosticadas com o problema; Atendimento ao domicílio ou Reconciliação, em que o utente é informado sobre as consequências do consumo maciço de álcool, suas consequências e oportunidades de tratamento disponíveis; Atendimento Psicossocial prestado na fase inicial do processo de desintoxicação em ambulatório, com o objetivo de preparar o utente para o processo de desintoxicação; Encaminhamento de doentes para tratamento; Apoio ao internamento e tratamento; Acompanhamento Psicológico Individual para Monitorização/Avaliação do Regime de Abstinência; Acompanhamento Psicológico Individual para familiares de doentes alcoólicos; e ainda dinamização de reuniões de autoajuda que têm como objetivo prevenir a recaída, e promover a reinserção dos indivíduos em fase de recuperação.

No ano de 2014, a Ser Mais Pessoa apoiou 86 novos casos e realizou 852 atendimentos, sendo que destes 661 a doentes alcoólicos e 251 familiares. No âmbito da articulação com a Unidade de Alcoologia de Coimbra, encaminhou 163 para consultas de acompanhamento e 24 para internamentos.

No ano de 2016, apoiou 32 novos casos e realizou 640 atendimentos, sendo que destes 572 a doentes alcoólicos e 21 familiares. No âmbito da articulação com a Unidade de Alcoologia de Coimbra, encaminhou 28 para primeiras consultas, 215 para consultas de acompanhamento e 28 para internamentos.

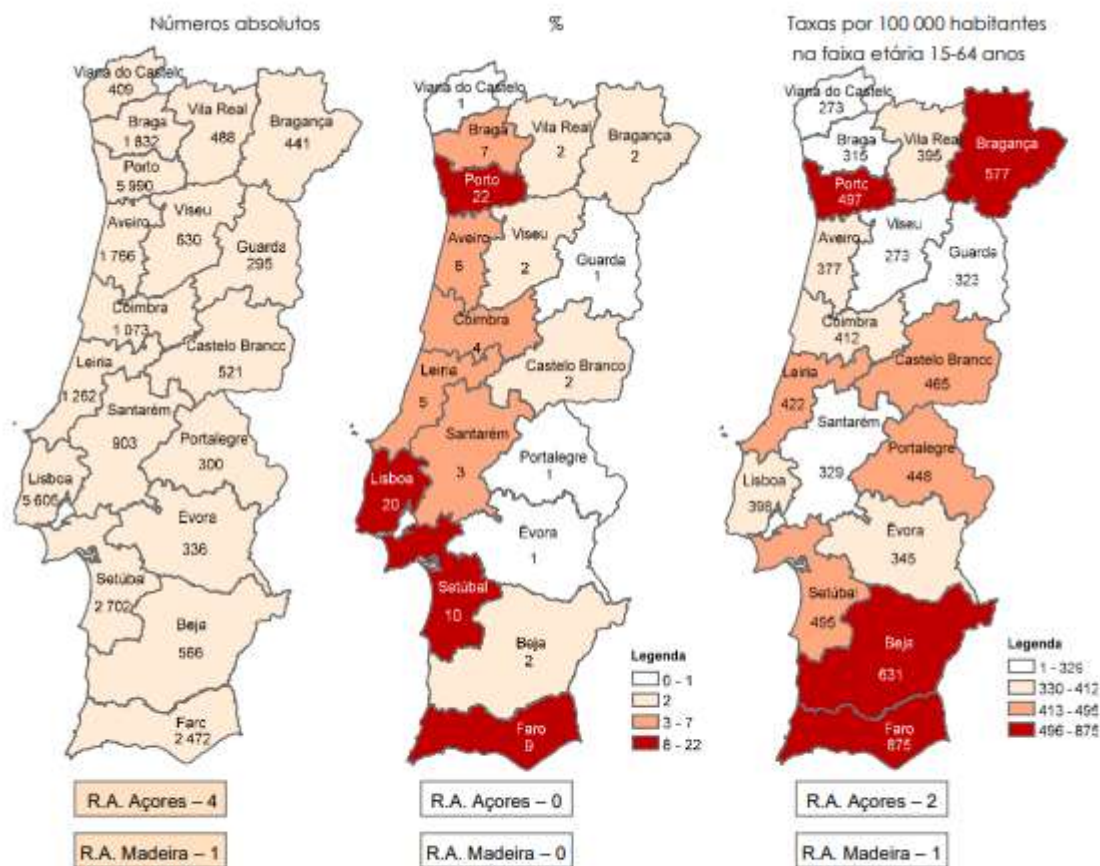
No ano de 2017, apoiou 42 novos casos e realizou 474 atendimentos, sendo que destes 453 a doentes alcoólicos e 21 familiares. No âmbito da articulação com a Unidade de Alcoologia de Coimbra, encaminhou 20 doentes para primeiras consultas, 165 para consultas de acompanhamento e 17 para internamentos.

Assim, face a este período temporal assistimos a uma diminuição no número de doentes alcoólicos a necessitar de acompanhamento, uma vez que a *Ser + Pessoa* registou em média 53,3 novos doentes, efetuou em média 655 atendimentos e encaminhou em média 181 doentes para consultas de acompanhamento e 23 internamentos para a Unidade de Alcoologia de Coimbra.

Por outro lado, e ainda no âmbito dos eixos da prevenção e reinserção, a *Associação Pelo Prazer de Viver – Saúde, Cultura e Vida* dinamiza a sua Comunidade Terapêutica Casa Grande, unidade residencial de estada prolongada de tratamento e reinserção, com capacidade para 15 indivíduos do sexo masculino, baseada num processo terapêutico estruturado através de um sistema de regras e valores que permitam a manutenção de um ambiente capaz de gerar equilíbrio, autoconfiança e socialização, capaz de sustentar um projeto de vida abstinente de drogas e álcool para os utentes.

Por último, referimos ainda que no Concelho está sediada uma Equipa Técnica Especializada de Tratamento, pertencente ao Centro de Respostas Integradas – Porto Central, e que, de acordo com o mapa abaixo representado, presta apoio a uma grande percentagem de indivíduos com comportamentos aditivos ao nível da toxicodependência. Analisamos igualmente que, de acordo com este mapeamento, as regiões que apresentam valores mais elevados, no ano de 2016, a nível nacional, de utentes em tratamento são Porto, Lisboa, Setúbal e Faro.

Figura 2: Utentes em Tratamento no ano de 2016



Data da recolha de informação: 2.º semestre de 2017.

* Utentes inscritos com problemas relacionados com o uso de drogas e com pelo menos um evento assistencial no ano.

** Desconhece-se o local de residência de 238 indivíduos.

Fonte: Relatório Anual 2016 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências - SICAD

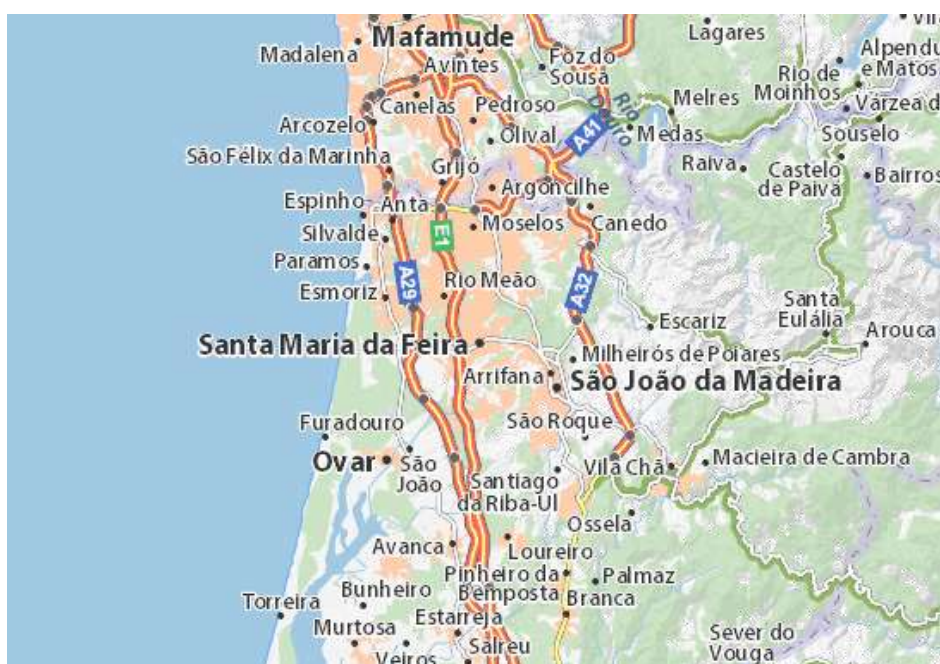
Analisando a problemática dos comportamentos aditivos e dependências no contexto concelhio, pensamos que, o Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021 deverá seguir a estratégia global de atuação sugerida pelo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020, que assenta no potenciar de sinergias entre os serviços e organizações com intervenção nesta área, com o fim de “prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências, através de uma intervenção integrada, baseada em mecanismos de prevenção, dissuasão, redução de riscos, minimização de danos, tratamento e reinserção, utilizados em consonância com a etapa do ciclo de vida do cidadão e o contexto em que este se encontra e estruturados numa rede de referenciação e articulação de cuidados”.

6.1.12. Transportes e Acessibilidades

A rede de transportes coletivos desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das populações, na medida em que estrutura o território e assegura a mobilidade das pessoas entre diferentes áreas.

O concelho de Santa Maria da Feira encontra-se geograficamente bem localizado relativamente às capitais de distrito, Porto e Aveiro, a uma distância de 30km e 47km respetivamente. Em termos de acessibilidades é abraçado pela autoestrada do Norte A1, A29, A32 e A41, que permitem a fácil deslocação da população, para quem entrar ou sair do concelho, acedendo a cidades como o Porto, Aveiro, Gondomar, Paredes, Felgueiras, entre outras. Para além destas, o IC2 atravessa as freguesias de Arrifana, Argoncilhe, Lourosa, Sanfins, São João de Ver, Mozelos e Escapães.

Figura 3: Mapa das Acessibilidades Interconcelhias



Fonte: https://www.viamichelin.pt/web/Mapas-plantas/Mapa_planta-Santa_Maria_da_Feira_-_Aveiro-Portugal (2018)

No atual quadro de competências administrativas e jurídicas municipais, os serviços de transporte rodoviário resultam da existência de carreiras (linhas) concessionadas, ao longo do tempo pelo Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT), às diversas empresas de transporte. O Município de Santa Maria da Feira, na observância das suas competências, colocou à disposição um transporte coletivo regular de passageiros na cidade, denominado Transfeira, cuja definição resultou das principais dinâmicas do território, da coordenação com serviços de transporte já existentes e concessionados aos operadores privados, e de uma preocupação em disponibilizar um melhor serviço aos cidadãos. Este transporte é feito semanalmente, embora ao fim de semana tenha horários mais reduzidos.

Apesar deste transporte regular de passageiros, o Concelho não dispõe de uma Rede de Transportes Urbanos, existindo, no entanto, Carreiras de Transportes Públicos, garantidas por empresas de transportes coletivos como a Auto Viação do Souto - Inácio, Auto Viação Feirense, União de Transportes dos Carvalhos e a Transdev, empresas essas que efetuam a ligação interna concelhia e a outros concelhos como S. João da Madeira, Arouca, Porto, Espinho, Ovar, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Todavia, tendo em conta os movimentos da população residente dentro e fora do concelho, não conseguem fazer uma cobertura suficiente face às necessidades da população em termos de acesso a emprego, serviços públicos, estabelecimentos escolares, de saúde, desportivos, entre outros.

No período de auscultação sobre as problemáticas prioritárias, por parte dos parceiros dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, a problemática dos “Transportes e Acessibilidades” foi manifestamente identificada e assinalada como sendo uma problemática transversal a todas as outras, uma vez que uma rede de transportes coletivos permite um desenvolvimento da atividade económica, a fixação de emprego, o emprego produtivo e o acesso a serviços de apoio às empresas e às pessoas.

De acordo com esta análise qualitativa, pensamos ser pertinente contemplar neste Plano de Desenvolvimento Social, um diagnóstico de caracterização sobre o sistema de transporte atual e necessidades da procura, compreendendo os fatores demográficos e territoriais que têm incidência na intensidade e tipo de procura de transporte. Este diagnóstico permitirá uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de um sistema de transportes mais sustentado, diminuindo a distância entre as necessidades de mobilidade da população, possibilitando a sua liberdade de movimentos, e potenciando para a sua qualidade de vida.

EIXO 2 – COMPONENTES AMBIENTAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEGURANÇA AMBIENTAL)

6.2.1. Problemas ambientais

O Ambiente é um tema cada vez mais central na sociedade portuguesa, reconhecendo-se a existência de uma relação entre as ações dos seres humanos e a situação de crise ambiental que hoje todos os países enfrentam.

Embora Portugal tenha iniciado o processo de preocupação ambiental com um atraso significativo face a outros países europeus, fruto dos anos de ditadura que viveu, hoje as políticas ambientais são tidas como decisivas e centrais para a afirmação do nosso país quer no contexto europeu, quer no contexto mundial.

À medida que a Democracia se foi consolidando, os problemas ambientais acentuaram-se e todos os concelhos desenvolveram esforços para os minimizar, proporcionando maior qualidade de vida às suas populações residentes, sendo que, na atualidade, a opinião pública sobre o Ambiente assume um importante papel, em termos críticos e ao nível da sensibilização ambiental.

Tendo como grande desígnio a melhoria dos serviços prestados à população relativamente às questões ambientais, o Município tem feito esforços significativos neste domínio, principalmente ao nível da Gestão de Resíduos, que, em 2016, representava 94,7% da sua despesa em Ambiente.

De acordo com os dados disponibilizados no portal PORDATA, em 2016, a população residente no Concelho produziu 48 853 toneladas de resíduos urbanos (mais 1 350 toneladas em relação a 2015), o que corresponde a um rácio de 351 Kg por habitante. Deste universo, 41 748 toneladas correspondem a uma recolha indiferenciada e apenas 7 105 toneladas são referentes a uma recolha seletiva.

Comparativamente aos Concelhos que compõem a AMP - Área Metropolitana do Porto, Santa Maria da Feira ocupa o penúltimo lugar ao nível da quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante (351 Kg/habitante), estando em último o concelho de Arouca (305,4 Kg/habitante). Os três concelhos em que esta recolha é superior são os do Porto (644,6 Kg/habitante), Espinho (580,3 Kg/habitante) e Póvoa de Varzim (553,1 Kg/habitante).

Apelando à consciência cívica dos munícipes, é visível o esforço desenvolvido pela Autarquia, principal responsável pela gestão dos resíduos, para encontrar uma solução para que estes sejam depositados em segurança.

Dispondo de 31 pontos de recolha de resíduos urbanos indiferenciados, o Município apela a que todos os residentes acondicionem em sacos os seus resíduos e os coloquem junto ao portal de entrada das suas habitações, nos dias e horários definidos pela Câmara. Posteriormente, são transportados e depositados no aterro sanitário em Sermonde, Vila Nova de Gaia.

Segundo os dados disponibilizados pela Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos, S.A., em 2018, estavam para tratamento 27 020 toneladas de Resíduos Urbanos.

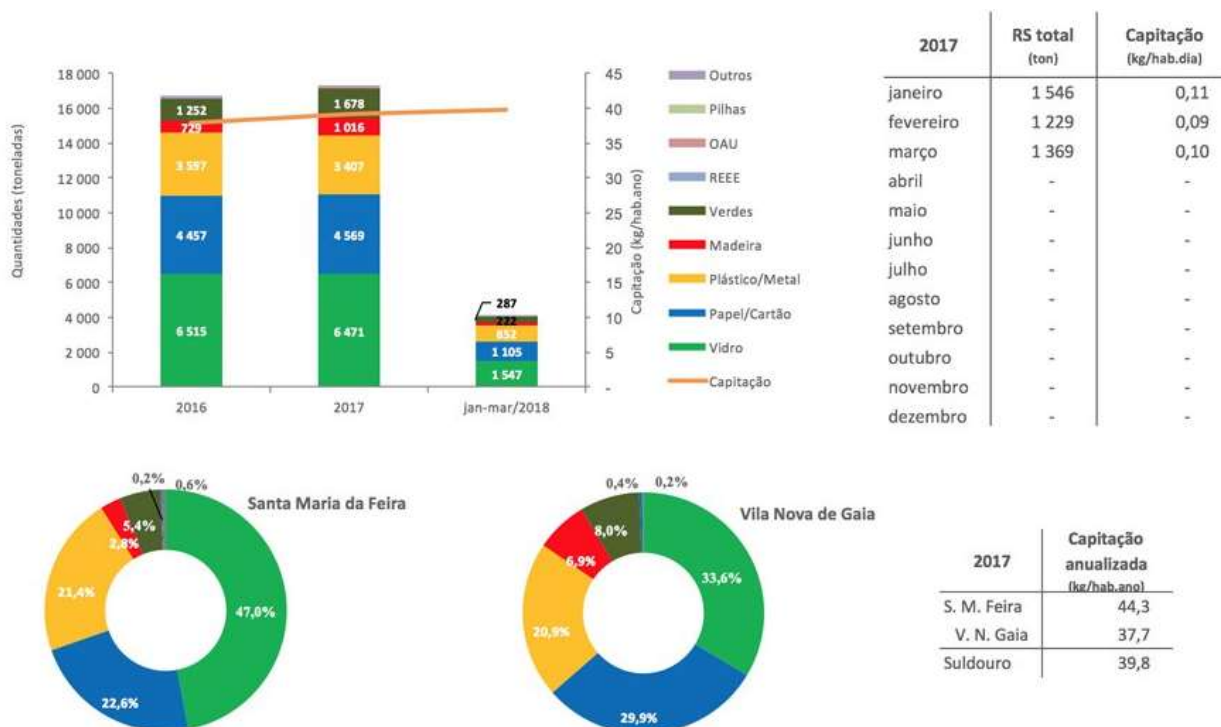
À exceção de Santa Maria da Feira, cidade sede concelhia, que dispõe de quatro dias para recolha de resíduos, dado o elevado volume de resíduos produzidos, todos os outros lugares do território do município têm dois dias para recolha.

Quanto à recolha seletiva de resíduos urbanos, esta é realizada no Município através de 422 ecopontos e 30 oleões, distribuídos por todas as freguesias, e 2 ecocentros, situados nas vilas de S. Miguel de Souto e Lobão.

Em 2016, no Concelho foram recolhidas seletivamente 7 105 toneladas de resíduos urbanos, (mais 707 do que em 2015), o que corresponde a 51,1 Kg/habitante, sendo de referir que este tipo de recolha tem vindo a aumentar desde 2012. Este contínuo aumento pode ser justificado pela maior consciencialização de todos para a separação seletiva dos seus resíduos, sendo que, comparativamente com os concelhos da AMP, o nosso Concelho ocupa o décimo lugar. Os resíduos aqui colocados são recolhidos pela entidade responsável por este tipo de recolha, Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos, S.A., e transportados até ao Centro de Triagem, onde são sujeitos a uma segunda seleção.

De salientar ainda que, de acordo com os dados disponibilizados pela Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos, S.A., em termos percentuais, em Santa Maria da Feira destaca-se, ao nível dos resíduos seletivos, o vidro (48,1%), o papel/cartão (22,4%) e o plástico/metal (21,1%).

Figura 4: Tipos de Resíduos Seletivos recolhidos em Santa Maria da Feira

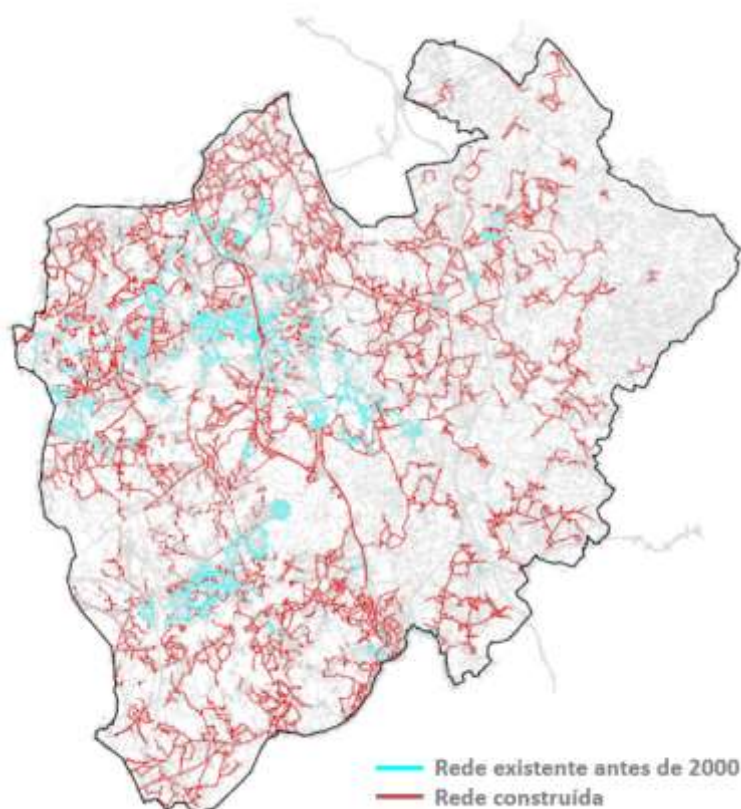


Fonte: Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos, S.A.

Uma outra preocupação ambiental que o Concelho tem diz respeito ao tratamento e controlo de qualidade da água, sendo que a exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento está concessionada à empresa INDAQUA FEIRA – Indústrias de Água de Santa Maria da Feira, SA.

Na atualidade, o Concelho dispõe de 4 ETAR's – Estação de Tratamento de Águas Residuais, situadas nas freguesias de Argoncilhe, de Fiães e de Canedo (2), igualmente sob a responsabilidade da INDAQUA FEIRA, sendo que a taxa de cobertura do sistema público de águas residuais passou de 15% para 90% com a execução de novas infraestruturas (Figura 5).

Figura 5: Mapa das Infraestruturas de águas residuais no Concelho de Santa Maria da Feira



Fonte: INDAQUA – Indústria e Gestão de Água, S.A.

Ao nível do controlo da qualidade da água destinado ao consumo humano são realizados, periodicamente, análises e publicados, trimestralmente, os resultados das mesmas.

Procurando reforçar a relação entre a coesão social e territorial e a segurança ambiental, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, propõe-se ter em conta as seguintes preocupações:

1) Continuação e melhoria das soluções de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e das águas residuais;

- 2) Promoção de campanhas de sensibilização nas escolas de todos os níveis e na comunidade em geral sobre os comportamentos favoráveis à defesa do ambiente, nomeadamente quanto à redução de consumos, reutilização de produtos e reciclagem de materiais (“Política dos 3 R’s”);
- 3) Definição de uma política de desenvolvimento sustentável a nível do conselho e freguesias, que possam servir de indicadores e metas de realização local;
- 4) Desenvolvimento de projetos específicos nesta matéria que mobilizem a participação da comunidade e das instituições;
- 5) Envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia e União de Freguesias na concretização dessas preocupações tendo em conta o contexto de cada território;
- 6) Passagem progressiva do plano de desenvolvimento social para um plano de desenvolvimento sustentável.

6.2.2. Prevenção e Defesa da Floresta

De acordo com o Plano Municipal de Defesa e Proteção das Florestas 2012-2016 de Santa Maria da Feira, o território do Concelho de Santa Maria da Feira é ocupado pela floresta em cerca de 50%, encontrando-se esta dispersa pela generalidade das freguesias, e apesar dos rendimentos que gera terem diminuído fortemente nos últimos anos, este setor continua a ser uma importante fonte de receita para os proprietários florestais, principalmente nos meios mais rurais.

Contudo, assistimos ao facto destes, por se encontrarem mais afastados das suas propriedades, tendem a visitá-las apenas no momento de limpeza dos matos, o que vai permitindo a ocorrência de incêndios que se estendem por espaços florestais (arborizados ou não arborizados).

O Plano mencionado identifica 6 fases de perigo de ocorrência de incêndio, denominadas: ALFA (1 de janeiro a 14 de maio); BRAVO (15 de maio a 30 junho); CHARLIE (1 de julho a 30 de setembro); DELTA (1 outubro a 31 outubro) e ECHO (1 novembro a 31 dezembro). Nestas fases existe uma maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais que se concentra entre os meses de julho e setembro, que por norma são os meses em que se registam as temperaturas mais altas, que associadas a ventos, tendem a reduzir a humidade relativa dos combustíveis.

A nível do Concelho, nas freguesias situadas mais a norte existe a maior parte dos espaços florestais, coincidentes com situações de maior declive e elevada probabilidade de ocorrência de incêndios.

Quanto ao dispositivo de defesa concelhia da floresta contra incêndios, existem três corporações voluntárias de bombeiros, a de Santa Maria da Feira, a de Arrifana e a de Lourosa, que asseguram a responsabilidade na prevenção, vigilância, 1ª intervenção, combate e rescaldo.

Analisando as causas de incêndio, existem 5 tipos para os incêndios florestais: intencional, negligente, natural, sem classificação e desconhecida. De acordo com o Plano Municipal de Defesa e Proteção das Florestas 2012-2016, no período temporal compreendido entre 2007 e 2011, no concelho

registou-se que a média mais alta é a que corresponde a “desconhecida” (48,6%), seguida de “sem classificação” (37,1%). A média correspondente a causa “natural” tem um valor muito residual (0,02%).

Tabela 20: Causas de Incêndio em Santa Maria da Feira (%)

Causas	Anos					
	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Desconhecida	22,4	60,2	35,8	59,6	64,8	48,6
Intencional	2,4	0,7	0,2	0,2	0,1	0,7
Negligente	14,6	34,8	6,2	1,8	10,8	13,6
Sem Classificação	60,6	4,3	57,8	38,4	24,2	37,1
Natural	0	0	0	0	0,1	0,02

Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2012 - 2016

A diminuição de população registada nas últimas décadas no Concelho, na generalidade das suas freguesias, em paralelo com uma alteração estrutural a nível da ocupação profissional dos munícipes, essencialmente nas zonas mais rurais, permitiu o aumento da carga combustível em muitos espaços florestais, criando um problema nessas zonas. O abandono progressivo destes sistemas acarretou um acréscimo do perigo de elevados danos para pessoas e bens em resultado do desenvolvimento desordenado da carga de combustível em espaços marcados pelo absentismo dos proprietários. Este absentismo provoca uma falta de investimento e gestão, ainda prejudicado pela tradição de floresta de monocultura muito vulnerável ao fogo e promotora da sua rápida propagação, e pela pequena dimensão da maior parte das propriedades o que dificulta o seu ordenamento, gestão e em consequência a sua proteção.

Acresce que, em muitos casos, os proprietários já têm bastante idade e/ou possuem fracos recursos, nomeadamente para conseguirem fazer efetivamente, em condições apropriadas, a gestão das suas manchas florestais e, em particular, no momento atual, as obrigações de limpeza dos matos e de desbaste e corte de árvores, que foram definidas pelo Governo atual, até 31 de maio, como parte da estratégia de prevenção dos incêndios. Estamos assim perante um problema ambiental com uma forte componente social (e económica), ou seja, um desafio sócio-ambiental e económico, a requerer uma abordagem em termos de Desenvolvimento Sustentável.

Por todas estas razões, e de acordo com o Plano Municipal de Defesa e Proteção das Florestas 2012-2016, a problemática da “Prevenção e Defesa da Floresta” deve ser incorporada neste Plano de Desenvolvimento Social, pautando-se pelas seguintes vertentes:

- 1) Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;

2) Aposta na redução da incidência dos incêndios, através da promoção de ações de sensibilização junto da comunidade em geral, aproveitando as dinâmicas dos Fóruns Sociais de Freguesia, com vista à reabilitação e ao equilíbrio dos ecossistemas ambientais mais vulneráveis;

3) Definição de estratégias de apoio socioeconómico aos proprietários e às famílias mais carenciadas;

4) Assunção desta problemática como uma das prioridades dos FSF, sobretudo daqueles em cujos territórios ela seja mais relevante.

EIXO 3 – CAPACITAÇÃO E GOVERNANÇA PARTILHADA E PARTICIPATIVA

6.3.1. Ausência de participação cívica e de cidadania

Quando abordamos a problemática da cidadania constatamos que o “ser-se cidadão” é muito mais complexo do que apenas o fazer parte de uma sociedade. Ser cidadão é ser membro em pleno direito de um país, de uma região, de uma comunidade.

A cidadania, em termos abstratos, diz respeito à capacidade dos indivíduos em exercerem os seus direitos nas escolhas e decisões políticas, o que implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política e na vida social.

Atualmente, deparamo-nos com um ambiente profundamente marcado por várias mudanças que colocam em evidência as limitações do modelo de cidadania dos regimes democráticos. Quando analisamos o que se define por participação cívica, ou seja, quando abordamos todos os mecanismos e todas as possibilidades de intervir na vida pública e política por parte dos cidadãos, constatamos uma crescente descrença e indiferença para com as tomadas de decisão, refletindo-se, por exemplo, também em elevadas taxas de abstenção em momentos eleitorais.

Santa Maria da Feira, em linha com a tendência nacional, regista igualmente elevadas taxas de abstenção nos seus atos eleitorais, sendo de destacar que quanto mais abrangentes as eleições, maiores as taxas de abstenção. Por exemplo, em 2014, o concelho registou 64,0% de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu. Já em 2016, nas eleições para a Presidência da República, a taxa de abstenção fixou-se nos 50,8%, tendo vindo entretanto a aumentar (foi de 34,1% em 2006 e 49,8% em 2011). Relativamente ao ato eleitoral para a Assembleia da República, em 2015, Santa Maria da Feira registou uma taxa de abstenção de 41,8%.

Em 2017, nas eleições para a autarquia local, dos 125 741 eleitores feirenses apenas 72 081 participaram no acto eleitoral, representando 57,3% dos eleitores.

Todos estes dados nos demonstram que, atualmente, os cidadãos têm-se desprendido do seu direito de escolher e decidir politicamente quem governa e orienta a sociedade em que vivem, denotando-se uma crescente falta de participação cívica.

Mas a participação cívica e a cidadania ativa não se esgotam nem se confinam a atos eleitorais, implicando um envolvimento, direto, ativo e responsável, nos processos e nas decisões mais permanentes das escolhas do dia-a-dia e dos caminhos de procura de Bem-Estar, de Dignidade e de Sustentabilidade.

Por isso, e de forma a também contornar aquela tendência de descrença e de desresponsabilização cidadã, o Concelho procura aumentar a participação juvenil, o que exige um adequado desenvolvimento do associativismo jovem, na medida em que muitos jovens ainda se mantêm alheados das associações. Exemplo disso é a existência de uma Assembleia de Crianças, que promove

a sua participação ativa, na qual se fazem ouvir manifestando os problemas existentes na sua freguesia e projetando soluções, com vista à concretização permitindo a liberdade de opinião e de expressão.

Uma outra medida tomada e que obteve um grande impacto é o Projeto “Jovem Autarca”, que pretende potenciar comportamentos de cidadania, valorizar as opiniões, as ideias e as perspetivas para o futuro por parte dos jovens. Assumindo uma participação ativa nas decisões políticas do seu concelho, o jovem autarca eleito dá voz aos seus pares, sendo corresponsável pela gestão de um orçamento que lhe é atribuído e procurando concretizar os projetos que idealizou numa lógica de diálogo e sustentabilidade.

Refira-se ainda que, no Concelho, existe, pelo menos formalmente, uma forte dinâmica associativa, bem patente no facto de existirem 240 associações: 127 associações culturais, 110 associações desportivas, 2 associações socioeducativas e 1 com a categoria ‘Outra’.

Existe portanto um potencial de participação associativa no Concelho, que faz todo o sentido valorizar, apoiar e qualificar, através de incentivos financeiros e técnicos ao seu funcionamento e viabilidade e de ações de capacitação para os seus dirigentes, técnicos e associados. Estas associações, de base local, tanto podem ser uma alavanca e uma “passadeira” para a Participação Comunitária e Cidadã, como, pelo contrário, serem um seu obstáculo, através da desmobilização e da perda do seu fulgor e da sua legitimidade democrática (nomeadamente pelo esvaziamento das suas reuniões e assembleias de associados e pela falta de rotatividade ou excessiva longevidade dos seus dirigentes). É pois fundamental que, nos FSF, elas tenham lugar e um papel relevante, como parte do estímulo a dinâmicas participativas, a par das outras organizações mais de cariz social, com intervenção no Concelho.

6.3.2. Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações

Conforme testemunhos e opiniões recorrentes, recolhidos junto das instituições parceiras da Rede Social e dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias (FSF), dos seus técnicos e dos autarcas, ainda persistem perspetivas e formas de trabalho institucional fechadas e isoladas, impedindo uma visão Integrada dos problemas e das soluções e a procura e construção de respostas e ações partilhadas (em parceria).

Esta filosofia de trabalho, ainda muito frequente, é contrária à lógica que subjaz aos FSF e é um sério obstáculo à obtenção de resultados sociais mais eficientes (pela partilha de recursos), mais eficazes (pela procura de respostas conjuntas) e mais sustentáveis (pelo comprometimento partilhado e continuado) e, portanto, à conversão dos FSF em verdadeiras experiências inovadoras de Governança Local Partilhada e Participativa.

É contudo um obstáculo difícil de ultrapassar, pela existência enraizada de hábitos de “propriedades de intervenção e de públicos”, que, nalguns casos, já fazem parte das culturas de certas instituições.

6.3.3. Ausência de uma perspetiva de Desenvolvimento na intervenção social

Constatamos também um predomínio muito frequente, por parte dos Serviços Públicos e das Instituições Particulares com intervenção social, de lógicas e modelos de Ação que privilegiam:

- Uma visão setorial restrita e fragmentada, em vez de uma perspetiva integrada;
- Uma tendência assistencialista (“dar o peixe”), nas suas respostas, em vez de uma pedagogia emancipatória e autonomizadora (“ensinar a pescar”);
- Uma referência e um tratamento dos “seus” “beneficiários”, “utentes”, “público-alvo” ou, como agora, numa lógica de imitação empresarial, alguns passaram a preferir dizer, “clientes”, como objetos das suas intervenções, em vez de uma consideração das Pessoas, Indivíduos, Famílias e Grupos da Comunidade, como Sujeitos e Participantes das suas próprias ações e processos de emancipação e Bem-Estar;
- Uma abordagem essencialmente tecnocrática a partir do “gabinete” e da atribuição de recursos e subsídios, em vez de um trabalho de envolvimento e de enraizamento na Comunidade, para Animação dos processos individuais e coletivos de conquista e construção da sua Dignidade e Felicidade;
- Uma acomodação a respostas “pronto-a-vestir”, já estereotipadas e de rotina, em vez da procura criativa e inovadora de soluções flexíveis e “à medida” de cada caso e situação;
- Uma preferência por impor, com base numa lógica “top-down” e hierárquica, instruções, condições imperativas e “programas de vida”, em vez de propor, numa dinâmica “bottom-up” e democrática, caminhos e planos negociados;
- Uma maior valorização das competências técnicas de intervenção, em vez da mobilização adequada das competências relacionais de interação (com a Comunidade e com as instituições e parceiros).

Todas estas opções, que predominam nas lógicas de Intervenção Social, como se pode facilmente constatar e foi relatado, nas auscultações que estiveram na base deste Diagnóstico Partilhado, configuram uma visão muito restritiva do “Social”, tendencialmente de assistencialismo social e impede e opõe-se a uma outra perspetiva de “Desenvolvimento”, mais emancipatória e autonomizadora, que possa abordar o “Social” (na perspetiva da “Coesão Social”) como uma componente fundamental do

Desenvolvimento Sustentável das Comunidades e dos seus Territórios e adotar o Desenvolvimento Comunitário como a metodologia mais adequada para conquistar a Coesão Social.

6.3.4. Excessiva dependência do Estado a todos os níveis

No trabalho de preparação e elaboração deste PDS, contactamos também que, na maior parte dos casos, um grande número de instituições que organizam respostas na área social evidenciam uma dependência muito expressiva em relação ao Estado, quer Central, quer Local, a dois níveis.

Por um lado, por dependerem de subsídios e apoios estatais e/ou de protocolos com o Estado (como, em particular, as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, em relação à Segurança Social), passando a subordinarem-se às condições e critérios imperativos, que lhes são impostos pelas autoridades públicas, perdendo a sua autonomia, em questões fundamentais, como a natureza dos serviços a prestar, as normas de qualidade, os números máximos de respostas e correspondentes rácios, os perfis e remunerações dos/as técnicos/as a contratar, em vez de os poderem negociar e propor, caso a caso, sendo depois naturalmente acompanhadas no seu cumprimento.

Por outro lado, porque, embora de implantação tardia, a lógica do Estado-Providência impôs-se de uma maneira em Portugal, que tendeu a criar a ideia de que compete ao Estado resolver todos os problemas sociais (embora se reconheça que com falhas, em termos de quantidade e de adequação), desresponsabilizando os outros atores da Sociedade, nomeadamente todas as empresas, pela sua responsabilidade social, as instituições sociais, pela sua autonomia, e todos/as os/as cidadãos/cidadãs, pela sua participação. É como se os problemas sociais e da promoção da Coesão Social fosse só um problema de governação e de políticas públicas e não também um problema da Sociedade e de todos e todas.

Esta excessiva dependência do Estado, que depois tem correspondência na subsidiodependência, por parte de muitas pessoas, famílias e grupos sociais, impede aquela que é a resposta mais adequada aos inúmeros e enormes desafios e dificuldades com que nos defrontamos atualmente nas nossas sociedades, que é a de uma regulação social assente numa lógica de corresponsabilização e de partilha de desafios e recursos, que aqui temos designado por Governança Partilhada (e Participativa), e de que os Fóruns Sociais de Freguesia podem ser uma plataforma extraordinária de experimentação ao nível Local.

6.3.5. Níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

Os contactos estabelecidos, em particular no âmbito da preparação deste PDS, com os técnicos, os autarcas e os dirigentes associativos envolvidos nos 21 FSF do Concelho, permitiu verificar que os níveis de mobilização e envolvimento neles das diferentes entidades e grupos parceiros são muito variados, encontrando-se situações tão díspares quanto as seguintes: desconhecimento; presenças

esporádicas e/ou irregulares; presenças formais, mas sem grande envolvimento; envolvimento genuíno e interessado, mas pouco enquadrado e esclarecido; envolvimento ativo, solidário e bem fundamentado. Estas situações limitam, inibem ou dificultam, ou então potenciam e maximizam as suas possibilidades, enquanto plataforma e modelo de Governança Local Partilhada e Participativa e de promoção da Coesão Social e de Desenvolvimento Sustentável.

Para que os FSF possam ser um instrumento eficaz no trabalho e na metodologia a utilizar pelos diferentes FSF, há que inscrever no PDS esta problemática e definir estratégias explícitas de mobilização e de envolvimento neles das entidades, grupos e Comunidade, que deles fazem ou devem fazer parte.

6.3.6. Necessidade de uma avaliação sistemática e contínua das Ações do PDS

Não se trata propriamente de um problema, mas de uma necessidade fundamental, a de inscrever neste Plano uma Avaliação: sistemática e contínua, e não esporádica e/ou final; partilhada e participada, e portanto democrática, e não meramente tecnocrática; de aprendizagem e de sistematização de novos conhecimentos e de novas práticas (ou que possam ser corrigidas), e não como instrumento de simples fiscalização e controle; criativa e flexível e assente nas ações e nas pessoas, e não como um ato de auditoria documental e administrativo-financeira; e multidimensional, ou seja, que analise vertentes como a pertinência, a coerência, a execução, a eficiência, a eficácia, os impactos e a sustentabilidade dos projetos e das ações, e não apenas a sua execução e eficácia (não raramente as confundindo).

7. PRINCIPAIS LINHAS E PROPOSTAS DE AÇÃO

Tendo em conta os problemas e necessidades enunciadas no capítulo anterior, neste apresentam-se, nos quadros a seguir, as principais linhas e propostas de ação, que procuram balizar e concretizar os projetos e as medidas de intervenção deste PDS, para o período 2018-2021. Resultam, no essencial, dos contributos dos parceiros, dos autarcas e dos técnicos auscultados em várias reuniões, nomeadamente dos FSF, depois trabalhados e sistematizados, pela Equipa do PDS.

Entende-se contudo que este PDS é dinâmico e flexível, devendo adaptar-se permanentemente à evolução da realidade, pelo que estas propostas não podem ser encaradas como rígidas e imutáveis, devendo antes ser vistas como uma plataforma de trabalho para os parceiros da Rede Social Concelhia com vista a um Desenvolvimento Sustentável do Concelho.

As propostas de Ações que se formulam a seguir, por objetivos específicos, são de três tipos:

- A. As que são fundamentais e transversais a todo o Concelho, pelo que deverão ser consideradas de cumprimento prioritário e obrigatório e que estão a fundo azul mais forte. Têm indicadas metas e indicadores quantitativos, parceiros de referência e datas de realização.
- B. As que são desejáveis mas de difícil realização nos calendários deste PDS, sendo contudo recomendável a sua iniciação ou experimentação, até pelo carácter inovador que algumas delas apresentam, e que estão a fundo azul mais claro. Têm também indicadas metas e indicadores quantitativos, parceiros de referência e datas de realização (neste caso, normalmente as do término do PDS - 31 de dezembro de 2021).
- C. As que obedecem a uma lógica de descentralização, bem assumida neste PDS, sendo a sua realização remetida, como sugestões, para os FSF, no quadro das suas prioridades e estratégias, pelo que não terão de ser realizadas por todos. Neste caso sugerem-se metas e indicadores, sem quantificação, ficando normalmente os tipos de parceiros e as calendarizações a cargo de definição por parte de cada FSF.

EIXO 1 – INTERVENÇÃO JUNTO DE GRUPOS VULNERÁVEIS (COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL)

1.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.1.1. Realizar um levantamento exaustivo e caracterização das necessidades e problemas das pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias.	A. 1.1.1. Elaboração de um diagnóstico exaustivo que complemente uma abordagem global, articulada e fundamentada sobre os problemas identificados, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência • Centro de Reabilitação Profissional de Gaia 	Julho 2019
OE 1.1.2. Aumentar e criar de respostas sociais ao nível da inserção e reinserção dirigidas a pessoas portadoras de deficiência.	A. 1.1.2. Apoio no alargamento ou criação de Respostas específicas, nomeadamente: CAO, Lar Residencial, nas organizações que já trabalham nesta área, com uma articulação estreita entre os Fóruns Sociais de Freguesia e as instituições desta área, permitindo um acompanhamento de proximidade dos casos em cada território.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de respostas novas criadas • N.º de respostas com alargamento na capacidade • N.º de vagas criadas • N.º de pessoas a frequentar 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Segurança Social 	Dezembro 2021

1.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.1.3. Desenvolver atividades artísticas, desportivas e lúdicas durante os fins-de-semana e as pausas letivas, dirigidas a crianças e jovens com necessidades especiais.	A. 1.1.3. Desenvolvimento de atividades artísticas, desportivas e lúdicas durante os fins-de-semana e as pausas letivas dirigidas a crianças e jovens com necessidades especiais.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades dinamizadas • N.º de pessoas abrangidas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.1.4. Promover a criar de postos de trabalho adaptados e protegidos com vista à integração profissional desta população.	A. 1.1.4. Dinamização das ações de sensibilização junto de empresas locais de forma a criar postos de trabalho adaptados e protegidos com vista à integração profissional desta população.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades dinamizadas • N.º de pessoas abrangidas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de empresas envolvidas • N.º de postos de trabalho criados 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Centro de Reabilitação Profissional de Gaia • Tecido empresarial 	2018 - 2019

1.1. Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.1.5. Incentivar a autonomia e capacitação individual das pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, no sentido da mobilização da sua participação e integração cívica.	A. 1.1.5. Criação de um Centro de Recursos para a Inclusão orientado para responder às necessidades da população portadora de deficiência nas áreas: cidadania, desporto, cultura, educação, emprego.	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Recursos criado • N.º de parceiros envolvidos • N.º de pessoas a abranger 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência • Segurança Social • Instituto de Emprego e Formação Profissional 	Dezembro de 2021
OE 1.1.6. Dinamizar e apoiar processos de Cidadania Participativa para pessoas com necessidades específicas de funcionalidade e incapacidade.	A. 1.1.6. Criação de uma Assembleia participativa de Cidadãos com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia criada • N.º de participantes a nível concelhio • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência 	2020 - 2021

1.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.2.1. Melhorar as condições habitacionais das pessoas seniores em situação de maior vulnerabilidade social.	A. 1.2.1. Pequenas obras de melhorias do conforto habitacional das pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade através do envolvimento da comunidade empresarial do setor, na sua componente de responsabilidade social.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de casas intervencionadas • N.º de empresas envolvidas • N.º de idosos apoiados • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.2.2. Alargar a Rede de Voluntariado de Proximidade do Concelho a todas as freguesias.	A. 1.2.2. Criação e capacitação de grupos de voluntários que visitem os idosos mais isolados, dispondo um pouco do seu tempo para estarem com eles, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de grupos criados • N.º de voluntários • N.º de ações de formação • N.º de visitas realizadas • N.º de idosos abrangidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia • Banco Local de Voluntariado • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social • Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria • Cruz Vermelha Portuguesa 	31 de dezembro de 2021 (operacionalização a partir de 2018)

1.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.2.3. Incentivar e apoiar a criação de respostas potenciadoras de um envelhecimento ativo mais inclusivo, permitindo uma expectativa de vida saudável com autonomia, independência e qualidade de vida da população sénior, em particular dos seniores em situação de fragilidade social.	A. 1.2.3. Aumento e alargamento das respostas já existentes e promoção de respostas sociais inovadoras de forma a responder às procuras não satisfeitas, como por exemplo os Centros de Convívio Sénior, espaços onde os idosos se podem encontrar, conversar e passar algum do seu tempo, minimizando eventuais contextos de solidão e isolamento.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de espaços de convívio criados • N.º de idosos a frequentar • N.º de atividades dinamizadas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.2.4. Criar oportunidades de mobilização das competências úteis dos seniores, para tarefas comunitárias ou de utilidade pública.	A. 1.2.4. Criação de Programas de Promoção de Segundas Carreiras que mobilizem as competências úteis dos seniores para tarefas comunitárias ou de utilidade pública, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de programas criados • N.º de idosos envolvidos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria • Fóruns Sociais de Freguesia • Banco do Tempo • Banco Local de Voluntariado • Câmara Municipal – Bizfeira • Empresas Locais • Associação Empresarial da Feira • Agência Local em Prol do Emprego 	Dezembro 2021 (operacionalização prevista a partir de janeiro de 2020)

1.2. População Sénior, em particular seniores em situação de fragilidade social				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
<p>OE 1.2.5. Dinamizar processos de cooperação e partilha de competências entre seniores e jovens, de forma a promover oportunidades de conjugação de fazeres e saberes, numa lógica de Empreendedorismo Intergeracional, com efeitos na criação de emprego.</p>	<p>A. 1.2.5. Criação de um programa de interajuda e intergeracional entre seniores e crianças/jovens estudantes, de forma a promover momentos de partilha de fazeres e saberes, numa componente de Empreendedorismo Intergeracional, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Intergeracional criado • N.º de jovens envolvidos • N.º de idosos envolvidos • N.º de parceiros envolvidos • N.º de atividades criadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria • Fóruns Sociais de Freguesia • Banco Local de Voluntariado • Câmara Municipal – Bizfeira • Empresas Locais • Agência Local em Prol do Emprego • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Gabinetes de Inserção Profissional • CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social • Cooperativa Casa dos Choupos 	<p>Dezembro 2021 (operacionalização prevista a partir de janeiro de 2020)</p>

1.3. Crianças e Jovens em Risco				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.3.1. Promover ações de educação parental, mais descentralizadas, que facilitem o envolvimento saudável de crianças e jovens e seus familiares.	A. 1.3.1. Desenvolvimento de ações de educação parental, mais descentralizadas, que facilitem um envolvimento saudável de crianças e jovens e seus familiares, adequadas à sua faixa etária.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de famílias envolvidas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.3.2. Aumentar as possibilidades de deteção de situação de risco ou pré-risco, articulando com as informações e as oportunidades de acompanhamento, que decorrem de medidas, como por exemplo, o RSI.	A. 1.3.2. Dinamização de formas de intervir e sinalizar mais inovadoras que possam detetar situações de risco ou de pré-risco, dirigidas aos técnicos da área de intervenção social.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações de intervenção desenvolvidas • N.º de técnicos envolvidos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.3.3. Realizar um trabalho mais aprofundado e articulado com os serviços públicos e as instituições que trabalham nesta área, no sentido de desenvolver junto das crianças e jovens em risco, pré-risco ou institucionalizados, dotando-os de competências necessárias à prossecução do seu caminho após uma eventual sinalização/institucionalização.	A. 1.3.3. Sensibilização para a necessidade da existência de uma Bolsa de Famílias de Acolhimento no Concelho/uma rede de mentores/tutores de crianças e jovens em risco, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações dinamizadas • Bolsa de Famílias de Acolhimento criada e aprovada pela Segurança Social • N.º de famílias envolvidas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens • Câmara Municipal • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Fóruns Sociais Freguesia • Segurança Social • Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira 	Dezembro de 2021

1.3. Crianças e Jovens em Risco				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.3.4. Estudar o interesse e a possibilidade de criação de uma Bolsa de Famílias de Acolhimento no Concelho/uma rede de mentores/tutores de crianças e jovens em risco.	A. 1.3.4. Início de um processo de negociação com a Segurança Social para a criação de uma Bolsa de Famílias de Acolhimento, a partir das condições criadas pela A. 1.3.3.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de famílias de acolhimento aprovadas pela Segurança Social • N.º de crianças e jovens em risco envolvidos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens • Câmara Municipal • Segurança Social 	31 de dezembro de 2021
OE 1.3.5. Sensibilizar as entidades culturais e desportivas para a necessidade de integrar, nas suas diversas atividades, crianças e jovens em risco.	A. 1.3.5. Sensibilização das entidades culturais e desportivas para a necessidade de integrar, nas suas diversas atividades, crianças e jovens em risco.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de entidades envolvidas • N.º de ações de sensibilização desenvolvidas • N.º de participantes 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.3.6. Proporcionar às crianças e jovens em risco a frequência de atividades culturais e desportivas, de modo a ocupar o seu tempo de uma forma enriquecedora, prevenindo a exposição a comportamentos e situações de risco.	A. 1.3.6. Incentivo à frequência de crianças e jovens em risco em atividades culturais e desportivas de ocupação dos tempos livres, em parceria com as coletividades locais.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de crianças/ jovens participantes em atividades culturais/desportivas • N.º de parceiras estabelecidas • N.º de atividades realizadas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

1.4. Desempregados Jovens, de Longa Duração, em Idade Avançada e Jovens NEET				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.4.1. Criar/organizar cursos em áreas estratégicas territoriais de Empregabilidade e Empreendedorismo e a certificação de profissionais em áreas-chave.	A. 1.4.1. Criação de cursos em áreas estratégicas territoriais e a certificação de profissionais em áreas-chave (ex.: serralharia, design, som e vídeo, carpintaria, eletricidade, moldagem).	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de cursos dinamizados • N.º de alunos/desempregados a frequentar 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.4.2. Requalificar profissões tradicionais e relacioná-las com o Empreendedorismo intergeracional.	A. 1.4.2. Promoção da requalificação de profissões tradicionais através da criação de atelier's de aprendizagem de artes e ofícios e relacioná-los com o empreendedorismo intergeracional.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atelier's dinamizados • N.º de participantes • N.º de parceiros envolvidos • N.º de projetos intergeracionais criados 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.4.3. Estimular o Empreendedorismo, a promoção do autoemprego e/ou a procura ativa de emprego em novos setores.	A. 1.4.3. Estímulo ao Empreendedorismo, à promoção do autoemprego e/ou à procura ativa de emprego em novos setores como o turismo rural, organização de eventos, património cultural e artesanato.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes/ação • N.º de negócios criados • N.º de postos de trabalho criados • N.º de desempregados abrangidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

1.4. Desempregados Jovens, de Longa Duração, em Idade Avançada e Jovens NEET				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.4.4. Promover aprendizagens práticas junto de jovens NEET, através de estágios.	A. 1.4.4. Envolvimento mais ativo e empenhado das empresas, como co-responsáveis na resolução do problema do desemprego, numa perspetiva de governança partilhada, de forma a aumentar e a melhorar as ofertas de estágio e emprego para jovens NEET e para desempregados em idade avançada	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de empresas envolvidas • N.º de ofertas de estágios criados • N.º de desempregados envolvidos • N.º de parceiros envolvidos • N.º de jovens NEET envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.4.5. Estimular e incentivar boas práticas de Responsabilidade Social Corporativa, em particular no que se refere a ofertas de estágios e emprego para jovens NEET e para desempregados em idade avançada.	A. 1.4.5. Criação e atribuição de um Prémio de Responsabilidade Social Corporativa, a nível concelhio, por parte da Rede Social, para as melhores práticas empresariais, no que se refere a ofertas de estágio e emprego para Jovens NEET e para desempregados em idade avançada, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de prémios atribuídos • N.º de desempregados envolvidos • N.º de parceiros envolvidos • N.º de jovens NEET envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Local em Prol do Emprego • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Gabinetes de Inserção Profissional • Associação Empresarial da Feira • Fóruns Sociais de Freguesia • Câmara Municipal • Tecido Empresarial 	15 de setembro de 2018 a 31 de dezembro de 2021

1.5. População de Etnia Cigana

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.5.1. Caracterizar e conhecer, com rigor, as Comunidades Ciganas do concelho.	A. 1.5.1. Organização de um estudo de caracterização em profundidade das Comunidades Ciganas residentes no concelho, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado • N.º de comunidades caracterizadas • N.º de pessoas de etnia cigana caracterizadas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros do Projeto MIDAS • CASTIIS • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia • Cooperativa Casa dos Choupos • Instituições Particulares de Solidariedade Social do território do projeto MIDAS • Agrupamentos escolares • Unidades de Saúde • Segurança Social 	1 de outubro de 2018 – 31 de dezembro de 2021
OE 1.5.2. Aprofundar o conhecimento efetivo da história, das estórias, dos valores e das identidades próprias das populações de etnia cigana, procurando desmontar estereótipos e preconceitos.	A. 1.5.2. Recolha dos valores e das bases culturais das populações de etnia cigana, em articulação com o Projeto MIDAS e com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações de recolha • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes das Comunidades Ciganas 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros do Projeto MIDAS • CASTIIS • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia • Cooperativa Casa dos Choupos • Instituições Particulares de Solidariedade Social do território do projeto MIDAS • Agrupamentos escolares • Unidades de Saúde • Segurança Social • ACM • CONCIG 	31 de dezembro de 2021

1.5. População de Etnia Cigana				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.5.3. Promover ações de informação e sensibilização sobre “boas práticas” de projetos com Comunidades Ciganas, em particular de mediação intercultural.	A. 1.5.3. Organização de workshop's, seminários ou encontros, para divulgação de “boas práticas” já existentes de projetos com Comunidades Ciganas, em particular ao nível das experiências de mediação intercultural, em articulação com o projeto Midas e com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de Comunidades envolvidas • N.º de participantes/ação • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros do Projeto MIDAS • CASTIIS • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia • Cooperativa Casa dos Choupos • Instituições Particulares de Solidariedade Social do território do projeto MIDAS 	1 de outubro de 2018 – 31 de dezembro de 2021
OE 1.5.4. Aumentar a escolaridade das crianças e jovens ciganos/as, reduzindo o insucesso, o absentismo e o abandono escolar.	A. 1.5.4. Definição conjunta de estratégias de apoio e incentivo à escolaridade das crianças e jovens ciganos/as, procurando reduzir o insucesso, o absentismo e o abandono escolar, envolvendo também as respetivas famílias e contando com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do nível médio de escolaridade das crianças e jovens ciganos/as • N.º de crianças e jovens envolvidos • N.º de famílias envolvidas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos escolares • Unidades de Saúde • Segurança Social • ACM • CONCIG 	31 de dezembro de 2021

1.5. População de Etnia Cigana

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
<p>OE 1.5.5. Melhorar a empregabilidade e o empreendedorismo das Comunidades Ciganas, mobilizando e valorizando as suas competências, talentos, valores, conhecimentos e sonhos.</p>	<p>A. 1.5.5. Organização de ações de capacitação e apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo das Comunidades Ciganas, mobilizando e valorizando as suas competências, talentos e valores culturais, em articulação com o Projeto MIDAS e com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de pessoas das Comunidades Ciganas empregadas por conta de outrem • N.º de pessoas das Comunidades Ciganas que melhoram as suas atividades económicas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes/ação 	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros do Projeto MIDAS • CASTIIS • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia • Cooperativa Casa dos Choupos • Instituições Particulares de Solidariedade Social do território do projeto MIDAS • Agrupamentos escolares • Unidades de Saúde • Segurança Social • ACM • CONCIG • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Gabinetes de Inserção Profissional • Bizfeira • Agência Local em Prol do Emprego 	<p>1 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2021</p>

1.6. Vítimas de Violência Doméstica e de Género				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.6.1. Sensibilizar a comunidade para a consciencialização da violência doméstica como crime público, bem como a consciencialização dos direitos humanos, a igualdade de género, a violência de género e no namoro.	A. 1.6.1. Realização de ações de sensibilização na área da prevenção primária da violência doméstica, dirigidas aos moradores dos 5 empreendimentos sociais e aos estudantes do 3º ciclo e ensino secundário de 2 agrupamentos escolares.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes/ação 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Portuguesa de Apoio à Vítima • Espaço Trevo – Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Agrupamentos Escolares • Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género 	Dezembro 2021
OE 1.6.2. Promover a capacitação e emancipação das vítimas, através da criação de um centro de alojamento de emergência, de apartamentos transitórios e apoiados, ou outro tipo de resposta.	A. 1.6.2. Dinamização de ações junto dos parceiros sociais, empresas locais e juntas de freguesia em prol da criação de alojamentos de emergência, nomeadamente de apartamentos transitórios e apoiados, ou outro tipo de resposta.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de respostas dinamizadas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de vítimas acompanhadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Portuguesa de Apoio à Vítima • Espaço Trevo – Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica • Segurança Social • Câmara Municipal – Bizfeira • Associação Empresarial da Feira • Fóruns Sociais de Freguesia 	Dezembro 2021

1.6. Vítimas de Violência Doméstica e de Género				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.6.3. Potenciar a capacitação social e profissional dos sujeitos vítimas de violência doméstica.	A. 1.6.3. Dinamização de ações de formação que contribuam para uma reinserção profissional mais facilitada e organizada de, pelo menos, 5 vítimas apoiadas pelo Espaço Trevo, de acordo com as necessidades das mesmas, através do estabelecimento de parcerias com todas as entidades concelhias que trabalham na oferta e formação profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações dinamizados • N.º de parceiros envolvidos • N.º de vítimas apoiadas e acompanhadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço Trevo – Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Gabinetes de Inserção Profissional • Centros de Formação Profissional • Câmara Municipal – Bizfeira • Associação Empresarial da Feira • Agência Local em Prol do Emprego 	Dezembro 2021

1.7. Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.7.1. Criar respostas solidárias de proximidade dirigidas a famílias com dificuldades económicas e/ou sobre-endividadas.	A. 1.7.1. Elaboração de um estudo identificativo de situação de famílias com dificuldades económicas e/ou sobre-endividadas, com o estrito envolvimento dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado • N.º de respostas dinamizadas e criadas • N.º de famílias apoiadas • N.º de FSF envolvidos • N.º de parcerias realizadas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia • Câmara Municipal • Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social • Segurança Social 	Dezembro 2019
OE 1.7.2. Capacitar as famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobre-endividamento, ao nível da garantia do seu património financeiro e gestão das duas despesas familiares diárias, procurando o apoio possível das entidades bancárias para este efeito.	A. 1.7.2. Realização de campanhas de sensibilização, no âmbito da literacia financeira e legal, junto de, pelo menos 15 famílias acompanhadas pelos SAAS, beneficiárias do RSI e apoiadas pela Divisão Social e Mercearias Sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações desenvolvidas • N.º de famílias/ação • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

1.8. Cuidadores Informais

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.8.1. Identificar e caracterizar os Cuidadores Informais ao nível de cada freguesia/união de freguesia.	A. 1.8.1. Realização de um diagnóstico exaustivo, através do envolvimento estreito dos Fóruns Sociais de Freguesia .	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico realizado • N.º de cuidadores informais identificados • N.º de fóruns envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia • Projeto Cuidar de Quem Cuida – CASTIIS • Liga dos Amigos do Hospital de S- Sebastião • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Doutor e Vouga I – Feira/Arouca • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga 	Junho 2020
OE 1.8.2. Promover a recuperação física e psicológica do Cuidador Informal.	A. 1.8.2. Dinamização de um Programa de Voluntariado de suporte ao Cuidador Informal, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia , que permita um equilíbrio psicossocial mais saudável, através de colaboradores substituintes.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Voluntariado dinamizado • N.º de voluntários • N.º de cuidadores apoiados 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Local do Voluntariado • Projeto Cuidar de Quem Cuida – CASTIIS • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Fóruns Sociais de Freguesia 	Dezembro 2021

1.8. Cuidadores Informais

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.8.3. Criar uma Rede de Cuidadores Informais.	A. 1.8.3. Criação de uma Rede de Cuidadores Informais, para intercâmbio de experiências e apoio mútuo, de modo a permitir um melhor desempenho junto das pessoas cuidadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de Cuidadores Informais criada • N.º de cuidadores informais envolvidos • N.º de pessoas cuidadas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Doutor e Vouga I – Feira/Arouca • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga 	Dezembro 2021
OE 1.8.4. Dinamizar a partilha de experiências e apoio mútuo por parte dos cuidadores informais, permitindo um melhor desempenho junto das pessoas cuidadas.	A. 1.8.4. Realização de, pelo menos 5 ações de formação dirigidas aos cuidadores informais, de forma a transmitirem conhecimentos que os preparem para as responsabilidades, exigências no bom desempenho da sua ação.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações de formação realizadas • N.º de participantes/ação • N.º de parceiros envolvidos • N.º de cuidadores informais abrangidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Projeto Cuidar de Quem Cuida – CASTIIS • Banco Local do Voluntariado • Fóruns Sociais de Freguesia 	Dezembro 2020

1.9. Saúde Mental				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.9.1. Compreender sistemicamente a problemática da Saúde Mental e caracterização do percurso e contexto vivenciado pelos doentes.	A. 1.9.1. Elaboração de um diagnóstico exaustivo que complemente uma abordagem global, articulada e fundamentada sobre a problemática da Saúde Mental, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Doutor e Vouga I – Feira/Arouca • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga – Serviço de Psiquiatria • Projeto Cuidar de Quem Cuida - CASTIIS • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Fóruns Sociais de Freguesia • Câmara Municipal • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública 	2020 - 2021
OE 1.9.2. Estimular o debate sobre questões relacionadas com a Saúde Mental, de modo a delinear respostas concelhias, no âmbito da prevenção, tratamento e reinserção.	A. 1.9.2. Dinamização de um grupo temático no âmbito do Conselho Local de Ação Social, articulado com a Comunidade Local de Saúde.	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático definido • N.º de reuniões realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Doutor e Vouga I – Feira/Arouca (UCP e UCC) • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga – Serviço de Psiquiatria • Casa Ozanam • Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião • Fóruns Sociais de Freguesia • Câmara Municipal 	Dezembro 2018

1.9. Saúde Mental				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.9.3. Promover a inclusão e o pleno acesso a uma cidadania ativa das pessoas com doença mental, incentivando a participação da comunidade com vista ao conhecimento e à minimização desta problemática.	A. 1.9.3. Procura de soluções de proximidade para com os doentes, nomeadamente através da dinamização de programas socio-ocupacionais e terapêuticos, oficinas artísticas e atelier's ocupacionais, através do envolvimento estreito dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de programas e atividades desenvolvidas •N.º de doentes envolvidos e participantes •N.º de parceiros envolvidos •N.º de famílias abrangidas 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 1.9.4. Capacitar os dirigentes e técnicos de intervenção social ao nível de novas competências, conhecimentos e respostas concelhias/nacionais no âmbito da prevenção, tratamento e reinserção.	A. 1.9.4. Realização de ações de capacitação no âmbito da prevenção, tratamento e reinserção das pessoas com doença mental, permitindo aos técnicos a aquisição de novas competências e conhecimentos, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas • N.º de técnicos envolvidos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca (Unidade de Saúde Pública e Unidade de Cuidados na Comunidade) • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga – Serviço de Psiquiatria • Casa Ozanam • Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião • Fóruns Sociais de Freguesia • Câmara Municipal 	2018 - 2021

1.10. Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.10.1. Apoiar projetos de autoconstrução e reabilitação habitacional para agregados familiares com dificuldades de acesso ao mercado habitacional.	A. 1.10.1. Envolvimento da comunidade empresarial do setor da construção, na sua componente de responsabilidade social, com o apoio do Município, no sentido de apoiar projetos de autoconstrução e reabilitação de habitações que se encontrem em condições degradadas.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de projetos apoiados • N.º de agregados familiares apoiados • N.º de parcerias estabelecidas • N.º de empresas aderentes • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Bizfeira • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias • Associação Empresarial da Feira • Agência Local em Prol do Emprego 	Dezembro 2021
OE 1.10.2. Promover uma nova geração de políticas de habitação a nível local, que tenham em conta as novas necessidades de apoio decorrentes da crise económico-financeira.	A. 1.10.2. Ponderação por parte do Município à construção de empreendimentos habitacionais de arrendamento/aquisição mais acessíveis à população com necessidades de apoios decorrentes da crise económico-financeira.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de empreendimentos habitacionais construídos • N.º de agregados familiares apoiados • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia 	Dezembro 2021

1.11. Comportamentos Aditivos e Dependências				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.11.1. Compreender sistemicamente a problemática dos comportamentos aditivos e dependências, principalmente ao nível da comunidade estudantil.	A. 1.11.1. Elaboração de um diagnóstico exaustivo que complemente uma abordagem global, articulada e fundamentada sobre os problemas identificados, principalmente ao nível da comunidade estudantil, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Respostas Integradas – Porto Central • Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS 3G • Câmara Municipal • Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca • Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga • Fóruns Sociais Freguesia • Associações Juventude • Agrupamentos Escolares • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Núcleo Prevenir – Espaço OK Consulta Jovem • SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências • Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira • APPV – Associação Pelo Prazer de Viver 	2018 - 2019

1.11. Comportamentos Aditivos e Dependências				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.11.2. Potenciar sinergias entre os serviços e organizações com intervenção na área dos comportamentos aditivos e dependências, de modo a prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.	A. 1.11.2. Dinamização de espaços de participação, reflexão e formação para as famílias sobre comportamentos aditivos e dependências, através da promoção de grupos de auto-ajuda, ao nível da prevenção e reinserção, em articulação com as entidades que trabalham esta problemática.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações dinamizadas • N.º de participantes/ação • N.º de famílias envolvidas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
	A. 1.11.3. Promoção da constituição de grupos de auto-ajuda, ao nível da prevenção e reinserção, em articulação com as entidades que trabalham esta problemática.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de grupos de auto-ajuda criados • N.º de pessoas apoiadas pelos grupos de auto-ajuda • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
	A. 1.11.4. Realização de, pelo menos 20 ações de sensibilização, ao nível da prevenção no consumo de substâncias psicoativas em contextos recreativos, estabelecimentos e eventos de diversão noturna.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações realizadas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes/ação 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

1.12. Transportes e Acessibilidades				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 1.12.1. Incentivar o desenvolvimento de um sistema de transportes mais adequado, diminuindo a distância entre as necessidades de mobilidade da população (emprego produtivo e acesso a serviços de apoio), possibilitando a sua liberdade de movimentos e potenciando a sua qualidade de vida.	A. 1.12.1. Elaboração de um diagnóstico de caracterização sobre o sistema de transporte atual e necessidades da procura, compreendendo os fatores demográficos e territoriais que têm incidência na intensidade e tipo de procura de transporte, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico elaborado • N.º de empresas abrangidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Empresas Privadas de Transportes • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias 	2018 – 2019
	A. 1.12.2. Sensibilização das empresas de transporte para a criação de novas rotas e alargamento de horários, que abranjam territórios atualmente desprotegidos.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de rotas criadas • N.º de horários alargados • N.º de empresas aderentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Hipermercados existentes no Concelho 	2019 - 2021

EIXO 2 – COMPONENTES AMBIENTAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEGURANÇA AMBIENTAL)

2.1. Problemas Ambientais

Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 2.1.1. Incentivar a comunidade em geral para a proteção ambiental, ao nível das florestas, despoluição dos rios, reciclagem de resíduos domésticos, garantindo o equilíbrio do ecossistema concelhio.	A. 2.1.1. Dinamização de ações de sensibilização para a proteção ambiental junto da população escolar, em idade ativa e não ativa, empresas, escolas e IPSS's.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações dinamizadas • N.º de parceiros envolvidos • N.º de participantes/ação 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
	A. 2.1.2. Criação e atribuição, por parte do município, de um Prémio Concelhio de Responsabilidade Ambiental, dirigido às empresas promotoras de medidas de defesa e proteção ambiental, contribuindo ativamente para um equilíbrio mais sustentável do ecossistema.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamento criado • N.º de prémios atribuídos • N.º de empresas aderentes • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção Civil do Concelho de Santa Maria da Feira • Fóruns Sociais de Freguesia • Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. • Câmara Municipal – Pelouro do Ambiente • Tecido Empresarial 	2019 – 6ª Edição do Mosaico Social 2021 – 7ª Edição do Mosaico Social

2.2. Prevenção e Defesa da Floresta				
Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 2.2.1. Apostar na Prevenção e Defesa da Floresta concelhia pautada pelo aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da sua incidência, no sentido da reabilitação e equilíbrio dos ecossistemas ambientais mais vulneráveis.	A. 2.2.1. Promoção de ações/formações de sensibilização (e.g. riscos de incêndios...) com vista à reabilitação e ao equilíbrio dos ecossistemas ambientais mais vulneráveis, aproveitando as dinâmicas dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações dinamizadas • N.º de parcerias estabelecidas • N.º de participantes/ação 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
	A. 2.2.2. Definição de estratégias de apoio socioeconómico aos proprietários de terrenos florestais, em situação de vulnerabilidade económica, no sentido de promover uma atempada e regular limpeza dos terrenos, a fim de evitar a ocorrência de incêndios.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de apoios concedidos • N.º de proprietários apoiados • N.º de parcerias estabelecidas • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social Qualidade de Vida • SAAS • Proteção Civil de Santa Maria da Feira • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Juntas de Freguesia e de União de Freguesias • Fóruns Sociais de Freguesia 	2018 – 2021

EIXO 3 – CAPACITAÇÃO E GOVERNANÇA PARTILHADA E PARTICIPATIVA

3.1. Ausência de participação cívica e de cidadania

Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.1.1. Alargar, consolidar, reforçar e qualificar as experiências de Orçamentos Participativos e de outras dinâmicas participativas a nível descentralizado.	A. 3.1.1. Criação de novos orçamentos participativos e/ou sociais, promovendo o aumento da participação cívica e institucional, por Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de novos OP criados: • N.º de participantes: • N.º de instituições envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.1.2. Capacitar as associações locais e os seus dirigentes e técnicos de intervenção social para os novos desafios da Sustentabilidade, da Democracia Associativa e da Gestão Participada.	A. 3.1.2. Organização de um Programa de Capacitação e formação de dirigentes e técnicos das associações e grupos locais, sobre estratégias de Sustentabilidade e modelos de Democracia Associativa e de Gestão Participada.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações de capacitação: 2, no 1.º ano, e 4, em cada 1 dos outros • N.º de participantes: 10 a 15 participantes, em cada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia • Parceiros locais • Juntas de Freguesia ou de Uniões de Freguesia • Associações e Coletividades locais • Instituições Particulares de Solidariedade Social 	2019, 2020 e 2021

3.1. Ausência de participação cívica e de cidadania				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.1.3. Apoiar e reforçar as iniciativas dinamizadas pela Assembleia Municipal de Crianças já existente (ver atrás Eixo 1 - A. 1.3.7.)) numa perspetiva de dinamização participativa.	A. 3.1.3. Acompanhamento, reforço e articulação com as iniciativas da Assembleia Municipal de Crianças, procurando potenciar o seu carácter de Cidadania Participativa das crianças, sobretudo das que são menos ouvidas.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de iniciativas apoiadas – pelo menos 1 por ano • N.º de crianças envolvidas – 30 • N.º de parceiros envolvidos - 30 	<ul style="list-style-type: none"> • CM (DASQV e Pelouro da Educação) • FSF • Agrupamentos escolares • FAPFeira 	1 outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2021
OE 3.1.4. Dinamizar e apoiar processos de Cidadania Participativa para a População Sénior do Concelho, em articulação com o Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria (ver atrás Eixo 1 - A. 1.2.8.).	A. 3.1.4. Criação e dinamização de Assembleias Participativas de Cidadãos e Cidadãs Seniores, em articulação com o Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Assembleias criadas: pelo menos 7, ao nível das Freguesias ou União de Freguesias • N.º de participantes totais: 30 • N.º de parceiros envolvidos: 28 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia • Banco Local de Voluntariado • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social • Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria da Feira • Cruz Vermelha Portuguesa 	2020 e 2021
OE 3.1.5. Dinamizar e apoiar processos de Cidadania Participativa, para pessoas com necessidades específicas de funcionalidade e incapacidades (ver atrás Eixo 1 - A. 1.1.7.).	A. 3.1.5. Criação e dinamização de Assembleias Participativas de Cidadãos com necessidades específicas de funcionalidade e incapacidades, com a participação ativa dos Fóruns Sociais de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Assembleias criadas: pelo menos 7, ao nível das Freguesias ou União de Freguesias • N.º de participantes totais: 30 • N.º de parceiros envolvidos: 28 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal – Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida • Fóruns Sociais de Freguesia • Instituições Particulares de Solidariedade Social • Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência 	2020 e 2021

3.1. Ausência de participação cívica e de cidadania				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.1.6. Dinamizar processos de Cidadania Participativa, para os Jovens do Concelho.	A. 3.1.6. Organização de uma Assembleia de Jovens por cada FSF, traduzindo-se anualmente numa Assembleia no Concelho onde se discutam os seus problemas.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de Assembleias criadas: pelo menos 7, ao nível das Freguesias ou Uniões de Freguesias •N.º de participantes totais: 30 •N.º de parceiros envolvidos: 28 	<ul style="list-style-type: none"> •Câmara Municipal •Fóruns Sociais de Freguesia e Uniões de Freguesia •Instituições Particulares de Solidariedade Social •Associações juvenis •Associações e coletividades culturais, recreativas e desportivas locais •Agrupamentos escolares 	2020 e 2021
OE 3.1.7. Promover a sistematização, articulação e divulgação das atividades das várias associações e coletividades locais.	A. 3.1.7. Elaboração de um plano global de atividades das associações sediadas em cada Fórum Social de Freguesia ou União de Freguesia, com posterior divulgação junto dos mesmos.	<ul style="list-style-type: none"> •Plano elaborado •N.º de parceiros envolvidos •N.º de associações envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> •A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

3.2. Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.2.1. Sensibilizar e mobilizar as instituições parceiras dos FSF, para a importância e as vantagens da realização de projetos em parceria.	A. 3.2.1. Ações de sensibilização e de mobilização de projetos em parceria, no quadro dos FSF	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de ações •N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.2.2. Incentivar e promover projetos em parceria, no âmbito dos FSF.	A. 3.2.2. Organização de pelo menos um projeto-piloto em parceria por cada FSF, por ano, numa das problemáticas identificadas neste PDS.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de projetos-piloto •N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.2.3. Estimular as instituições parceiras dos FSF, para para desenvolverem projetos em parceria.	A. 3.2.3. Organização de concursos de apoio a instituições locais, que desenvolvam projetos em parceria.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de concursos •N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

3.3. Ausência de uma perspetiva de Desenvolvimento na intervenção social				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.3.1. Capacitar os parceiros dos FSF para a adoção sistemática de uma perspetiva de Desenvolvimento nas suas ações de intervenção social.	A. 3.3.1. Organização, em cada FSF, de ações de sensibilização e de formação sobre o Desenvolvimento como objetivo e estratégia de intervenção.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de ações •N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.3.2. Promover, em cada FSF, projetos de Desenvolvimento, a partir das áreas sociais.	A. 3.3.2. Realização, em cada FSF, de projetos de Desenvolvimento (pelo menos um em cada), a partir da intervenção social, numa das problemáticas identificadas neste PDS.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de projetos •N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

3.4. Excessiva Dependência do Estado a todos os níveis				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.4.1. Estimular estratégias de Responsabilidade Social Corporativa, por parte de empresas locais, com o apoio dos FSF, em ligação com as ações congéneres definidas no Eixo 1.	A. 3.4.1. Apoio, a partir de cada FSF, a estratégias de Responsabilidade Social Corporativa, por parte das empresas localizadas no território.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de parceiros envolvidos • N.º de empresas a contactar 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.4.2. Apoiar e participar, ao nível dos FSF, nos Prémios de Responsabilidade Social Empresarial, ou ações equivalentes de incentivo e valorização de “boas práticas empresariais” no domínio do Desenvolvimento Social e Sustentável, previstos no Eixo 1.	A. 3.4.2. Apoio aos Prémios de Responsabilidade Social Empresarial, ou ações equivalentes de incentivo e valorização de “boas práticas empresariais” no domínio do Desenvolvimento Social e Sustentável, previstos no Eixo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de parceiros envolvidos • N.º de empresas a contactar 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.4.3. Estimular a promoção de projetos autónomos em parceria, por parte das Instituições locais, no âmbito dos FSF.	A. 3.4.3. Organização de concursos de apoio a instituições locais, que desenvolvam projetos autónomos, sobretudo em parceria.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de concursos • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.4.4. Estimular a existência de iniciativas autónomas, por parte das coletividades e associações ou outros grupos (mesmo informais) locais, no âmbito dos FSF.	A. 3.4.4. Incentivo, por parte dos FSF, a iniciativas autónomas, por parte das coletividades e associações ou outros grupos (mesmo informais) locais.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de iniciativas • N.º de coletividades envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF

3.5. Níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.5.1. Promover e dar a conhecer a existência dos FSF e dos seus objetivos e modos de funcionamento.	A. 3.5.1. Definição e concretização de uma estratégia de divulgação e sensibilização dos objetivos e das lógicas de funcionamento dos FSF, junto dos parceiros potenciais e da sociedade em geral (Marketing Social).	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações: pelo menos 1 ação anual, em cada FSF • N.º de parceiros envolvidos: pelo menos 5 parceiros, em cada ação 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias • Câmara Municipal • Instituições parceiras 	2018 - 2021
OE 3.5.2. Mobilizar e envolver as empresas locais nos FSF.	A. 3.5.2. Ações de mobilização, em cada FSF, das empresas localizadas no território, para o seu envolvimento nas reuniões e nas atividades do FSF.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de empresas envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.5.3. Mobilizar e envolver as instituições da área social localizadas no território nos FSF.	A. 3.5.3. Ações de mobilização, em cada FSF, das diversas instituições da área social localizadas no território, para o seu envolvimento ativo nas reuniões e nas atividades do FSF.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de parceiros envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.5.4. Mobilizar e envolver as coletividades locais do território nos FSF.	A. 3.5.4. Ações de mobilização, em cada FSF, das coletividades locais do território, para o seu envolvimento nas reuniões e nas atividades do FSF.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações • N.º de coletividades envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> • A definir pelos FSF 	A definir pelos FSF
OE 3.5.5. Valorizar e reforçar o papel dos FSF e as articulações entre eles.	A. 3.5.5. Organização de reuniões inter-fóruns para partilha de experiências e de estratégias de futuro.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de reuniões inter-fóruns: 1 por ano • N.º de parceiros participantes em cada inter-fórum: pelo menos 10 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias • Câmara Municipal • Instituições parceiras 	2018 - 2021

3.6. Necessidade de uma avaliação sistemática e contínua das ações do PDS				
Objetivo Geral	Ações a desenvolver	Indicadores e Metas de Monitorização	Parceiros a Envolver	Cronograma de Execução
OE 3.6.1. Definir os critérios para um modelo de avaliação das ações do PDS.	A. 3.6.1. Definição conjunta nos FSF dos critérios e das lógicas de avaliação sistemática e contínua das ações do PDS.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de reuniões: pelo menos 1 em cada FSF •N.º de parceiros envolvidos: pelo menos 5 em cada reunião 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias • Câmara Municipal • Instituições parceiras 	Até 31 de março de 2019
OE 3.6.2. Escolher o modelo e as condições de avaliação do PDS.	A. 3.6.2. Escolha do modelo e das condições de avaliação do PDS.	<ul style="list-style-type: none"> •N.º de reuniões: pelo menos 1 em cada FSF •N.º de parceiros envolvidos: pelo menos 5 em cada reunião 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias • Câmara Municipal • Instituições parceiras 	Até 31 de março de 2019

8. RECOMENDAÇÕES DE GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E PARTICIPATIVA

O modelo de Governança Local Partilhada e Participativa que se propõe aqui, como modelo de regulação inovador, significa, antes de mais, passar de um lógica de regulação e de resolução dos problemas da Sociedade e da Vida, em geral, na Casa Comum, assente, só ou essencialmente, no Estado (modelo de “Governação”), para uma outra de partilha de responsabilidades, decisões, recursos e tarefas, envolvendo todos os outros atores da Sociedade, neste caso com intervenção ao nível local, ou seja:

- O Estado Local descentralizado (autarquias locais, ou seja, municípios e freguesias);
- O Estado Central, incluindo os Serviços Públicos desconcentrados;
- As organizações da Sociedade Civil (da chamada Economia Social e Solidária), com intervenções (nomeadamente na área social) no território local;
- As empresas aí localizadas;
- As coletividades locais, das diferentes áreas (sociais, culturais, desportivas, recreativas);
- A Comunidade em geral.

Para se construir uma dinâmica de Governança Local Partilhada e Participativa são necessárias seis condições de base:

1) Que o Estado Local, neste caso a Câmara Municipal, enquanto facilitadora, e as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, enquanto animadoras, assumam um papel inicial neste processo, mas aceitando partilhar responsabilidades e poderes, e não o de controladores e autoridade máxima;

2) Que o Estado Central e os seus Serviços Públicos desconcentrados no território se envolvam no processo, aceitando o princípio da descentralização de poderes e responsabilidades e abdicando de uma visão estritamente setorial e vertical, a favor de uma lógica integrada e horizontal de parceria;

3) Que as empresas, locais ou a trabalhar no território, assumam, de forma permanente e convicta, estratégias de Responsabilidade Social, Ambiental, Cultural e Comunitária, integrando as plataformas locais de Governança Partilhada e Participativa (como poderão ser os FSF);

4) Que as instituições de intervenção social (nomeadamente as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social), normalmente já presentes nos FSF, assumam o seu papel de parceiras na

regulação dos problemas sociais (ou outros, como culturais, territoriais e ambientais), e não de subordinadas e “quase-delegações” do Estado;

5) Que as coletividades locais (das áreas sociais, culturais, desportivas, recreativas ou de Desenvolvimento Local), de iniciativa de pessoas da Comunidade, passem a ser também parceiras dos FSF e sejam efetivos caminhos de participação da Comunidade organizada, ou seja de Democracia Participativa Comunitária Direta;

6) Que a Comunidade em geral, e em particular os “sem voz” ou não organizados e não representados, possam ter acesso à participação direta nesses processos de partilha de responsabilidades e de poderes, no levantamento dos problemas e necessidades (diagnóstico) e na procura e concretização de respostas, reforçando os caminhos da Democracia Participativa Comunitária Direta.

Ou seja, a Governança Local Partilhada e Participativa implica: a partilha de poderes e responsabilidades; a territorialização das ações; uma pedagogia e uma metodologia de participação; uma visão integrada dos problemas e das soluções; uma lógica de trabalho em parceria; uma flexibilidade de estratégias.

Claramente os FSF são a plataforma ideal para aplicar este modelo inovador, pelas dinâmicas que (alguns) já desenvolvem, pelas parcerias que reúnem e pelas potencialidades que encerram, mas necessitam de avançar decisivamente, mas também com sensatez e prudência, na direção daquelas seis condições enunciadas.

Este PDS pode ser uma excelente oportunidade para que tal aconteça.

9. PARCEIROS FÓRUNS SOCIAIS DE FREGUESIA E DE UNIÃO DE FREGUEISAS

FREGUESIA DE ARGONCILHE

Data: 15/07/2014

Agrupamento de Escolas de Argoncilhe
Associação de Pais EB 1 do Carvalho
Centro Social e Paroquial de Argoncilhe
Conferência Vicentina de Argoncilhe
EB 1 S. Domingos
Junta de Freguesia de Argoncilhe
Sabores de S. Martinho de Argoncilhe

FREGUESIA DA ARRIFANA

Data: 28/10/2015

Acra - Associação Cultural e Recreativa de Arrifana
Agrupamento de Escolas de Arrifana
Agrupamento de Escuteiros 1285 Arrifana
Associação de Pais EB2/3 de Arrifana
Associação de Pais da Escola Básica do Outeiro
Associação Ser+ Pessoa-Associação de Alcoólicos Recuperados de SMF
Banda de Música Arrifana
Centro Social e Paroquial de Arrifana
Cercifeira, CRL
Conferência São Vicente de Paulo de Arrifana
Corporação de Bombeiros de Arrifana
DECEL- Desenvolvimento de Estabelecimentos de Ensino, Limitada
Hippyfes Futebol Clube
Junta Freguesia de Arrifana
Manhouce Futebol Clube
Os arrifanenses-Futebol Clube
Unidade de Saúde Familiar Sudoeste
Serviço Local da Segurança Social

FREGUESIA DE ESCAPÃES

Data: 24/01/2015

Agrupamento de Escolas de Arrifana
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Escapães
Associação de Pais e Encarregados de Educação JI/EB1 St. António
Associação do Centro Social de Escapães
Clube Cultural Desportivo de Nadais
Conferência São Vicente de Paulo de Escapães
Cidadão António Soares
Grupo de Jovens
Junta Freguesia Escapães
Paróquia de Escapães
Rancho Folclórico de S. Martinho de Escapães

FREGUESIA DE LOUROSA

Data: 18/09/14

Agrupamento de Escolas de Lourosa
Centro Cultural e Recreativo "Os Malmequeres de Lourosa"
Centro Infantil de Lourosa
Centro Social de Lourosa
Corporação de Bombeiros Voluntários de Lourosa
EB 1 Dr. Sérgio Ribeiro
EB1 Aldeia Nova
EB 1 Casalmeão
Farmácia Teles
GIP Lourosa
GNR Lourosa
Grupo de Jovens de Lourosa "O Kerigma"
Grupo Sócio-Caritativo de Lourosa
Junta de Freguesia de Lourosa
Louromédica
Unidade de Saúde Familiar Famílias
Zoo Lourosa

FREGUESIA DE FIÃES

Data: 05/05/2014

Agrupamento de Escolas Coelho e Castro de Fiães
Associação de Pais EB 2/3 Coelho e Castro de Fiães
Associação de pais EB da Avenida
Associação Juventude de Fiães
Escola Básica Chão do Rio
Centro Social José Padre Coelho
Cerci Lamas, CRL
Centro Social Santa Maria de Fiães
Centro de Assistência e Promoção Social de Fiães
Fiães Solidário
Grupo Musical Fiães
Junta de Freguesia de Fiães
Juventude Operária Católica
Unidade de Saúde Familiar Fiães

FREGUESIA DE FORNOS

Data: 29/10/2015

Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira
Associação de Pais da Escola Básica do 1º Ciclo Ribeiro
Centro Social Paroquial de Fornos
Cercifeira,CRL

Cidadão Manuel Resende
Comissão Pais da escola Farinheiro
Conferência São Vicente de Paulo Fornos
Conservatório de Música de Fornos
Escola Básica de 1º ciclo Farinheiro
Grupo de Jovens "os que dizem"
Junta de Freguesia de Fornos
Paróquia de Fornos
Serviço Local da Segurança Social

FREGUESIA DE MILHEIRÓS DE POIARES

Data: 24/02/2015

Agrupamento de Escolas de Arrifana
Associação Abraçar Milheirós de Poiares
Centro de Cultura e Desporto de Milheirós de Poiares
Centro Social Dr. Crispim Torres Borges de Castro
Clube de Caçadores e Pescadores Milheirós de Poiares Conferência Vicentina de Milheirós de Poiares
Grupo Cénico "Os Velhos"
Grupo de Cavaquinhos Musicoterapia
Grupo Desportivo Milheiroense -G.D.M
Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sul
Paróquia de Milheirós de Poiares
Sociedade Columbófila - Pátria
RITUS (Associação Recreativa e Cultural)
Rusga de Milheirós de Poiares

FREGUESIA DE MOZELOS

Data: 19/02/2015

Agrupamento de Escolas de Argoncilhe
Social de Mozelos
APPV-Associação Pelo Prazer de Viver
CASM-Centro de Apoio
Mozelos
Conferência Vicentina de Dragões Mozelenses
Fundação Albertina Ferreira de Amorim
Futebol Clube de Mozelos
Grupo Columbófilo de Mozelos
Grupo de Dinamização Cultural de Mozelos
Junta de Freguesia de Mozelos
Juventude Atlético Mozelense
Tuna Musical Mozelense

FREGUESIA DE NOGUEIRA DE REGEDOURA

26/11/2015

Acnr - Associação de Cicloturismo de Nogueira da Regedoura
Agrupamento de Escolas de Argoncilhe

ADNR-Associação de Desenvolvimento de Nogueira de Associação Alcoólicos recuperados de Nogueira da Regedoura
APPV-Associação Pelo Prazer de Viver
Centro Social S. Cristovão de Nogueira de Regedoura
Centro Social Luso Venezuelano
Conferência Vicentina de Nogueira de Regedoura
Regedoura
Associação de Pais EB 1 Souto
GIP de Nogueira de Regedoura
Grupo Columbófilo de Nogueira de Regedoura
Junta freguesia de Nogueira de Regedoura L.O.C.
Rancho Folclórico S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura
Relâmpago União futebol clube nogueirense
Unidade de Saúde Familiar Sem Fronteiras

FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO

Data: 27/01/2016

Academia de música de Paços de Brandão
Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão
Associação Cultural do Carnaval de Paços de Brandão
BTT Brandoense
Centro Social de Paços de Brandão
CIRAC – Círculo de Recreio, Arte e Cultura
Clube de Ténis de Paços de Brandão
Conferência Vicentina
DAO – Associação Cultural e Desportiva
Escola Profissional de Paços de Brandão
ISPAB-Instituto Superior de Paços de Brandão
GIP de Paços de Brandão
GRIB- Grupo Recreativo Independente Brandoense
Grupo Recreativo Independente Brandoense
Junta de Freguesia de Paços de Brandão
Museu de Papel de Paços de Brandão

FREGUESIA DE RIO MEÃO

Data: 17/11/2015

AMAR - Academia de Música e Artes de Rio Meão
Associação de Pais do Outeiro
Associação de Pais de St.º António
Centro de Federação de Artes Marciais
Cerci-Lamas, CRL
Clube de Rodas de Rio Meão
Clube Ornitológico de Rio Meão
Comissão de Festas de Rio Meão
Conferência Vicentina de Rio Meão
JAR - Juventude Atlético de Rio Meão

Junta de Freguesia de Rio Meão
Juventude Atlético de Rio Meão
MACUR - Centro de Dia e Infantil (Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio)
Rancho Folclórico "As Florinhas de Rio Meão"
Rancho Folclórico e Etnográfico Terras de St.ª Maria
Serviço Local da Segurança Social
Unidade de Saúde Familiar

FREGUESIA DE ROMARIZ

Data: 11/01/2016

Junta de Freguesia
Agrupamento de Escolas de Arrifana
Agrupamento de Escuteiros 1048 de Romariz
Associação Cultural de Romariz
Associação de Pais de Romariz
Centro Social Dr. Crispim Torres Borges de Castro
Centro Social e Paroquial de Romariz
Conferência Vicentina N.ª Sr.ª dos Remédios
Junta de Freguesia de Romariz
F.N.A (Núcleo St. Isidoro de Romariz - escuteiros adultos)
Papaquilómetros Moto Clube de Romariz
Sociedade Columbófila

FREGUESIA DE SANGUEDO

Data: 08/04/2014

Agrupamento de Escolas de Argoncilhe
AMICIS (Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva de Sanguedo)
CASTIIS (Centro de Assistência Social à 3.ª Idade e Infância de Sanguedo)
Cruz Vermelha – Delegação de Sanguedo
Junta de Freguesia de Sanguedo
Juventude de Sanguedo
Paróquia de Sanguedo

FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE VÊR

Data: 22/01/2015

Agrupamento de Escuteiros 1357 de São João de Vêr
Associação Cultural e Desportiva Lavandeira
Associação de Pais Escola Básica Fonte Seca
Associação de Pais Escola Básica Souto Redondo
Associação de Pais Escola Básica São João de Vêr
Associação Melhor Viver
Associação Ser + Pessoa- Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira
Casa Ozanam
Grupo Amizade

Grupo Sócio-Caritativo de São João de Vêr
Junta de Freguesia de São João de Vêr
LOC/MTC (Movimento Trabalhadores Cristãos)
O Abrigo - Centro de Solidariedade Social de São João de Ver
Patronato Amor de Deus
Rancho Regional de São João de Vêr
Sporting Clube de São João de Vêr
Sport Ciclismo de São João de Vêr
Unidade de Saúde Familiar Cuidar (USF Cuidar)

FREGUESIA SANTA MARIA DE LAMAS

Data: 25/03/15

Agrupamento de Escuteiros 862 Santa Maria de Lamas
Associação de Bem estar Santa Maria de Lamas
Associação Pelo Prazer de Viver
Cercilamas,CRL
CINCORK-Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça
Conferência Vicentina de Santa Maria De Lamas´
Clube de Futebol União de Lamas
Colégio Liceal Santa Maria de Lamas
Farmácia Santa Maria
GIP Santa Maria de Lamas
Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas
Lamas Movediças-Associação Cultural, Recreativa e Desportiva
Lamas Futsal Clube
Motards de Lamas
Museu de Santa Maria de Lamas
Paróquia Santa Maria de Lamas
Tuna Esperança
Unidade de Saúde Familiar Saúde Mais
União da Mata Futebol Clube

FREGUESIA DE SÃO PAIO DE OLEIROS

24/01/2014

ADESPO- Associação de Desenvolvimento de São Paio de Oleiros
Agrupamento de Escuteiros São Paio de Oleiros
APN-Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares
Associação de Pais EB 1 Oleiros
Associação "Os Flechas AMO -Associação Musical Oleirense
Biblioteca São Paio de Oleiros
Diácono /Grupo de assistência de São Paio de Oleiros
Grupo Columbófilo de São Paio de Oleiros
Grupo Desportivo de São Paio de Oleiros

Grupo de jovens de São Paio de Oleiros
Grupo Musical de São Paio de Oleiros
Grupo Recreativo dos Amigos do Teatro Oleirense (G.R.A.T.O.)
Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros
Movimento de apoio social a S. Paio de Oleiros – MASSPO
Rancho Folclórico do Centro Desportivo de São Paio de Oleiros
São Paio de Oleiros Andebol

UNIÃO DE FREGUESIAS DAS CALDAS DE S. JORGE E PIGEIROS

Data: 15/04/2014

Agrupamento de Escolas Coelho e Castro Fiães
Agrupamento Escuteiros 901 de Caldas de São Jorge
Associação de Pais EB1 Caldelas
Associação Particular Solidariedade Social Padre Osório Pigeiros
Associação Juventude Inquieta
Caldas de São Jorge Sport Clube Futebol
Caldas de São Jorge Sport Clube Secção atletismo
Centro Social e Paroquial S. Jorge
Centro Social Dr. Crispim de Milheirós Poiares
Ciclo Unido-Grupo CicloTurismo Pigeiros
Comissão Festas Pigeiros
Conferência S. Vicente de Paulo de Caldas S. Jorge
Espaço 2027
Grupo Carnaval
Grupo Cultural e Recreativo Brisa Dourada - Caldas S. Jorge
Grupo Dançares e Cantares . "Rio Uíma" - Caldas S. Jorge
Impulso Jovem - Grupo de Jovens de Pigeiros
Jardim Infância de Bajouca (Pigeiros)
Paróquia Caldas S. Jorge
Paróquia Pigeiros
Posto Enfermagem de Pigeiros
Rancho Folclore As Florinhas de Caldas S. Jorge
RSI – CERCIFEIRA,CRL
Unidade de Saúde Caldas de São Jorge
União das Freguesias das Caldas de São Jorge e Pigeiros

UNIÃO DE FREGUESIAS DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR

Data:06/05/2014

Alphabetimus
Associação Cultura Recreio Banda Marcial do

Vale
Agrupamento Escuteiros 1248 Canedo
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB
Mirante
Associação Taekwondo de Canedo
Agrupamento de Escolas de Canedo
A.D.C. Juventude Canedo
A.R.D. Vilamaiorense
CASTIIS (Centro de Assistência Social à 3.ª Idade e Infância de Sanguedo)
Canedo Futebol Clube
Centro Social Vilamaiorense
Centro Recreativo e Cultural do Vale
Centro Social e Paroquial do Vale
Conferência Vicentina de Canedo
Conferência Vicentina de Vila Maior
Grupo Desportivo Pessegueiro - Vale
O JARDIM- Centro De Solidariedade Social De Canedo
Paróquia de Canedo
Pesca Desportiva
Rancho Folclórico S. Pedro de Canedo
União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior

UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE

Data: 03/06/2015

Agrupamento de Escolas da Corga do Lobão
Associação de Pais Centro Escolar Louredo
Associação de Pais EB1 e JI Gião
Associação de Pais JI Lobão e Guisande
Associação de Pais EB2,3 da Corga de Lobão
Banda Musical S. Tiago de Lobão
Centro Comunitário Louredo- Espaço Memórias
Centro Social e Recreativo de Louredo
Centro Social Gião
Centro Social S. Mamede de Guisande
Centro Social S. Tiago de Lobão
Conferência S. Vicente de Paulo Gião
Conferência S. Vicente de Paulo Lobão
Conferência Vicentina Louredo
Grupo Solidário de Guisande
GIP Lobão
Obra Frei Gil- CAFAP
Obra Frei Gil - Lar Infância e Juventude
Rancho Etnográfico Os "Pinhoeiros" de Lobão
Rancho Folclórico S. Tiago Lobão

União das Freguesia de Lobão, Gião, Louredo e Guisande

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO

Data: 23/10/2015

ACES Feira Arouca
Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa
Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira
Associação Apoio Social de Sanfins
Associação Ser+Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados
Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira
Centro Social Paroquial da Feira
Centro Social Sta.Cruz-Irmãs Passionistas
Centro Social Paroquial de Sanfins
CERCIFEIRA,CRL
Conferencia Vicentina S. Tiago de Espargo
Conferencia Vicentina N^a Senhora da Ajuda
Conferência Vicentina Imaculada Conceição de Santa Maria da Feira
Conferência S. Mamede de Travanca
Cooperativa Casa dos Choupos,CRL
Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Sanguedo
GNR-Feira
Liga dos Amigos do Hospital São Sebastião
PSP-Feira
Rosto Solidário
Santa Casa da Misericórdia
Serviço Local da Segurança Social

Universidade Sénior
União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo

UNIÃO DE FREGUESIAS SOUTO E MOSTEIRÔ

Data: 06/02/2015

Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa
Agrupamento de Escuteiros 1295 de Souto
AGISCE- Associação Jovem de Intervenção Sócio-Cultural e Ecológica
Almisouto - Associação de Lazer de S.Miguel de Souto
Associação Pais Escola Básica 1^o ciclo de Mosteiro
Associação de Pais EB1 Valrico
Associação Pôr do Sol, Centro Social, Cultural e Desportivo de Mosteirô
Associação Roda Souto Team
Centro Paroquial de Santo André de Mosteirô
Centro Social de Souto
Cidadão Jorge Pintassilgo
Clube Desportivo de Tarei
Grupo de Jovens Mosteirô
Grupo de Jovens Os Samaritanos de São Miguel de Souto
Grupo Folclórico "os Romeiros" de São Miguel de souto
Fórum Ambiente e Cidadania
Jardim de Infância da Macieira
Representante Pais Escola Básica do 1^o ciclo de Tarei
Unidade de Saúde familiar Sudoeste Souto
União das Freguesias Souto e Mosteirô

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRITEM – Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (2013), *Estratégia e Plano de Ação EDV 2020*.

AMP – Área Metropolitana do Porto (2014), *Estratégia integrada de desenvolvimento territorial AMP 2020*. Porto.

AMP – Área Metropolitana do Porto [et. al] (2014), *Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto 2014 – 2017*. Porto.

BASTOS, Maria Inês (2014), *Governança Partilhada em contextos de Desenvolvimento Local - O caso CLIP – Recursos e Desenvolvimento*. Dissertação de mestrado em “Estudos de Desenvolvimento”, ISCTE-IUL, Lisboa, 84 páginas.

CERC - Conseil de l’emploi, des revenus et de la cohésion sociale (2008), *La Cohésion Sociale - Séminaire 2007*. Paris: Dossier n° 3 du CERC, pp. 5-6.

GONÇALVES, João (2015), *O Envolvimento de Crianças e Jovens num modelo de Gestão Territorial Participada ao nível local*. Dissertação de doutoramento em Engenharia Civil - Especialização em Planeamento do Território e Ambiente, Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, 359 páginas.

INE – Instituto Nacional de Estatística

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo – Fundação Manuel Francisco dos Santos

PORTUGAL. Ministério da Saúde (2018), *Retrato da Saúde*, Lisboa. ISBN 978-989-99480-1-3

PORTUGAL (2017), *Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação. Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*. Lisboa.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Serviço Nacional de Saúde (2017), *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 – 2025*. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016). Lisboa.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde (2017), Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. ISBN 2184-1217

PORTUGAL (2014), Acordo de Parceria 2014 – 2020 – Portugal 2020.

PORTUGAL. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (2013), Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020. Lisboa.

UN - UNITED NATIONS (1995), The World Summit for Social Development - Copenhagen Declaration, the Ten Commitments. Copenhagen: UN Publishing, p. 1. Cf. também: UN (1995), Declaration and Programme of Action of the World Summit for Social Development. Copenhagen, UN Publishing, pp. 9-17.

UN - UNITED NATIONS (2015), Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1). New York (sustainabledevelopment.un.org).